

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS

VALÉRIA PATRÍCIA ARAÚJO SILVA

**“A TERRA DO NUNCA”: LUTA POR MORADIA,  
CONFLITOS E SOCIABILIDADES EM UM  
CONDOMÍNIO VERTICAL DO PROGRAMA  
MINHA CASA, MINHA VIDA NA CIDADE DE  
CAMPINA GRANDE-PB**

CAMPINA GRANDE- PB

2017

VALÉRIA PATRÍCIA ARAÚJO SILVA

**“A TERRA DO NUNCA”: LUTA POR MORADIA,  
CONFLITOS E SOCIABILIDADES EM UM  
CONDOMÍNIO VERTICAL DO PROGRAMA  
MINHA CASA, MINHA VIDA NA CIDADE DE  
CAMPINA GRANDE-PB**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande.

**Orientador:** Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha

CAMPINA GRANDE – PB

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586t

Silva, Valéria Patrícia Araújo.

"A terra do nunca" : luta por moradia, conflitos e sociabilidades em um condomínio vertical do programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Campina Grande-PB / Valéria Patrícia Araújo Silva. – Campina Grande, 2017.

130 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha".

Referências.

1. Realocação. 2. Condomínio. 3. Vida Cotidiana. 4. Programa Minha Casa, Minha Vida. I. Cunha, Luís Henrique Hermínio. II. Título.

CDU 351.778.5(043)

# VALÉRIA PATRÍCIA ARAÚJO SILVA

Dissertação de mestrado aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha / UFCG  
(orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima/UFCG  
(examinadora interna)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Tânia Régia Filgueiras de Oliveira/UFCG  
(examinadora externa)

CAMPINA GRANDE – PB

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu pai, José Araújo, que partiu quando eu estava no terceiro mês do mestrado, por sempre ter acreditado, investido e se orgulhado de mim. Foi por você que criei forças para concluir este trabalho, pai!

A minha mãe por todo o apoio, carinho e dedicação.

Aos meus avós (in memoriam) por terem investido e acreditado em minha capacidade, quando nem eu mesma acreditava.

Ao meu esposo pelo apoio, paciência e compreensão.

Ao meu cachorrinho, Bob Marley, por ter estado comigo nos momentos mais difíceis.

Às assistentes sociais da SEPLAN pela gentileza e pela confiança.

Às famílias do Condomínio Major Veneziano que dividiram comigo suas histórias de vida, seus sonhos e dores, tornando esta pesquisa possível.

À professora Maria de Assunção, por ter sido a primeira pessoa a acreditar que este trabalho seria possível.

À Viviane Santos por toda a ajuda e parceria ao longo da construção desse trabalho.

Ao meu orientador Luís Henrique Hermínio Cunha, por ter encarado esse desafio comigo, pela competência e pela compreensão.

Às professoras que compõem a banca, Elizabeth Christina de Andrade Lima e Tânia Régia Filgueiras de Oliveira.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e seu corpo docente.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que possibilitou a realização deste trabalho

Por fim, agradeço aos melhores amigos do mundo que me apoiaram quando mais precisei: Poliano, Amanda Sonaly, Ana Paula, Rosangela, Livia Maria, Danielle, Jéssica Albuquerque e Edilvan.

## RESUMO

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no âmbito da habitação de interesse social, realocou para o Condomínio Habitacional Major Veneziano as famílias da “Favela do Papelão”, da “Ocupação Margarida Maria Alves” - organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) - e centenas de outras famílias oriundas de diversos bairros da cidade de Campina Grande-PB. As experiências, dinâmicas, adaptações, lutas e vivências destas famílias são muito diferenciadas e esta dissertação de mestrado buscou revelar, a partir de entrevistas realizadas com 35 moradores, como estigmas, desigualdades, precariedades, segregações e irregularidades são ressignificados no cotidiano de um condomínio vertical do PMCMV. Além disso, esta pesquisa reflete sobre a política habitacional implementada no Brasil na última década destinada às famílias baixa renda. Neste aspecto, a partir da ótica da sociologia da vida cotidiana, este estudo resgata as origens, trajetórias e experiências com o espaço urbano das famílias realocadas para os apartamentos, a partir da percepção dos próprios sujeitos beneficiados pelo programa de moradia. Quatro anos depois da realocação efetivada, o “sonho” da casa própria não se realizou para todos. Muitas famílias da ocupação Margarida Maria Alves permanecem no condomínio, enquanto a maior parte daquelas que chegaram provenientes da Favela do Papelão deixou os apartamentos. Além das reclamações referentes à segregação urbana, já revelada por outros estudos sobre o PMCMV, foi possível apreender também uma dinâmica de conflitos, vulnerabilidades e precariedades que girava em torno de dois temas principais: o não pagamento da taxa de condomínio e as regras da convivência coletiva. Há ainda o medo e a insegurança frente à criminalidade e violência, principalmente associados ao uso e venda de drogas, roubos e furtos. A percepção mais comum é de um sonho frustrado, ou, como diz uma moradora “Eu costumo chamar isso aqui de terra do nunca, aqui nunca existiu, aqui não existe, nem a gente existe”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Realocação; condomínio; vida cotidiana; Programa Minha Casa, Minha Vida.

## **ABSTRACT**

The Brazilian Housing Program "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV), in the ambit of social interest's housing, reallocated to the Condominium Housing Major Veneziano the families of the "Favela do Papelão", the "Ocupação Margarida Maria Alves" – organized by the Movement of Fight in the Neighborhoods, Villages and Favelas (MLB) – and hundreds of other families from different neighborhoods of the city of Campina Grande-PB. The experiences, dynamics, adaptations, struggles and experiences of these families are very different and this Master's dissertation sought to reveal, from interviews with 35 residents, such as stigmas, inequalities, precariousness, segregation and irregularities are re-signified in the daily life of a vertical condominium Of PMCMV. In addition, this research reflects on the housing policy implemented in Brazil in the last decade for low-income families. In this aspect, from the perspective of the sociology of everyday life, this study rescues the origins, trajectories and experiences with the urban space of families reallocated to the apartments, based on the perception of the individuals benefited by the housing program. Four years after the actual relocation, the “dream” of the home was not realized for all. Many families of the occupation Margarida Maria Alves remain in the condominium, while the majority of those that arrived from the Favela do Papelão left the apartments. In addition to the complaints about urban segregation, already revealed by other studies on the PMCMV, it was also possible to understand a dynamics of conflicts, vulnerabilities and precariousness that concern two main themes: the nonpayment of the condominium fee and the rules of collective coexistence. There are also fear and insecurity in front of crime and violence, mainly associated with the use and sale of drugs, robberies and thefts. The most common perception is of a frustrated dream, or, as one resident says: “I usually call this here a never land, here it never existed, it does not exist, nor we do exist”.

**KEY WORDS:** Reallocation; Condominium; Daily life; Housing Program Minha Casa, Minha Vida.



## **LISTA DE SIGLAS**

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEHAP - Coordenadoria da Companhia de Habitação Popular

CLOC - Coordenadora Latino americana de Organizaciones del Campo

COHAB- Companhias de Habitação Popular

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FCP - Fundação da Casa Popular

FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCC - Índice Nacional da Construção Civil

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPSEN - Instituto de Previdência do Servidor Público Municipal

MBL – Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAC- Programa de Aceleração de Crescimento

PAIH- Plano de Ação Imediata para a Habitação

PLANHAB - Plano Nacional de Habitação

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PSF – Programa Saúde da Família

PTTS – Projeto do Trabalho Técnico Social

RECIME - Rede Cidades Médias

SAMU- Serviço de Atendimento Médico

SEAC - Secretaria especial de Ação Comunitária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Cidade

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

TTS- Trabalho Técnico Social

UBSF- Unidade Básica de Saúde da Família

UEPB- Universidade Estadual da Paraíba

UFCG- Universidade Federal de Campina Grande

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Regras sociais para adesão ao movimento e à ocupação

Quadro 2- Ações do Projeto Técnico Social

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1 - Barracos da “Ocupação Margarida Maria Alves” e da “Favela do Papelão”

Imagem 2 - Formação do MLB Campina Grande

Imagem 3 - Regras expostas nos corredores do Major Veneziano

Imagem 4 – Registro da chegada das famílias do MLB ao terreno do bairro Dinamérica

Imagem 5 - Condomínio Habitacional Major Veneziano - Faixada do Major II

Imagem 6 - Arredores do condomínio

Imagem 7- Roupas dependuradas no condomínio

Imagem 8 - Parquinho do condomínio

Imagem 9 -Carroça que a entrevistada utiliza para a coleta de materiais recicláveis

Imagem 10- Planta do mercado público do Major Veneziano

Imagem 11- Comércio ilegal na frente do Major Veneziano

Imagem 12- Memorando da SEPLAN solicitando retirada do comércio ilegal

Imagem 13- Blocos dos apartamentos que demonstram os batentes e áreas verdes

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>A SOCIOLOGIA DA VIDA COTIDIANA</b> .....	18
<b>PERCURSO PESSOAL DA PESQUISA</b> .....	22
<b>CAMINHOS DA PESQUISA</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 1. O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL: DILEMAS DO DIREITO À CIDADE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO</b> .....	28
1.1 Resgate histórico da urbanização no Brasil.....	31
1.2 O direito à cidade.....	36
1.3 A política habitacional no Brasil.....	37
1.3.1 A política habitacional durante a ditadura militar e a experiência do BNH.....	40
1.3.2 O período de redemocratização: era Lula e o PMCMV.....	43
1.3.3 Era Temer e as novas regras do PMCMV para 2017.....	46
<b>CAPÍTULO 2. MOVIMENTOS SOCIAIS, FORMAÇÃO DO MLB/CAMPINA GRANDE E DA “OCUPAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES”</b> .....	49
2.1 Os movimentos sociais em um aspecto geral/ histórico do MLB no Brasil.....	50
2.2 Urbanização e periferização de Campina Grande - PB.....	53
2.3 Construção do MLB/Campina Grande – PB.....	58
2.4 Adesão das famílias à ocupação e as regras de convivência.....	61
2.5 A relação entre “Ocupação Margarida Maria Alves” e “Favela do Papelão”: O processo de produção de estigmas.....	64
2.6 O descaso do poder público e a negação do direito à cidade.....	71
2.7 O processo de concessão das unidades habitacionais e as realocações para o	74
2.8 O Trabalho Técnico Social.....	79
<b>CAPÍTULO 3. “MORAR LONGE DO MUNDO”: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE O “SONHO” DA CASA PRÓPRIA NO MAJOR VENEZIANO</b> .....	81
3.1 Um revoltado.....	84
3.2 Uma militante no condomínio.....	87
3.3 O casal do MLB.....	94
3.4 A ameaçada.....	95
3.5 Um morador assassinado.....	96
3.6 Os forrozeiros.....	97
3.7 “A terra do nunca”.....	100

3.8 Uma mãe de família.....	103
3.9 Foi Deus quem me deu.....	105
3.10 O primo do político.....	106
3.11 Uma mulher de lutas.....	109
3.12 Uma catadora de materiais recicláveis.....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

A realocação, a partir de dezembro de 2013, de cem famílias da “Ocupação Margarida Maria Alves” (organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB) e mais cem da “Favela do Papelão”, que residiam em barracos no Bairro do Dinamérica, para o Condomínio Habitacional Major Veneziano, em Campina Grande (PB)<sup>1</sup> – construído no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), na Faixa um, que corresponde à Habitação de Interesse Social<sup>2</sup>, em parceria com a Secretaria de Planejamento da Cidade – SEPLAN – produz o encontro de duas dinâmicas distintas, ainda que interligadas: as lutas dos movimentos sociais por moradia e a execução de uma ambiciosa política habitacional iniciada no segundo mandato do governo Lula (2003-2010)<sup>3</sup>.

Este “encontro” gera uma situação social de grande interesse sociológico. Famílias com diferentes origens sociais e trajetórias de vida (inclusive sujeitos que vieram de outros bairros, além destes oriundos da ocupação e da favela) e com diferentes concepções da realização do sonho de ter a casa própria passam a viver em um mesmo lugar e precisam produzir coletivamente vivências urbanas, estratégias de adaptação e convivência.

O Condomínio Habitacional Major Veneziano foi construído para abrigar aproximadamente mil novecentos e noventa e quatro famílias. Esses sujeitos chegaram de diferentes bairros de Campina Grande. As famílias da “Ocupação Margarida Maria Alves”, com sua marca de militância organizada, representam apenas cinco por cento do total e mais cinco por cento são provenientes da “Favela do Papelão” que, entre todas as famílias, são aquelas marcadas pelo maior número de carências e vulnerabilidades sociais.

---

<sup>1</sup>A cidade de Campina Grande está localizada no agreste do estado da Paraíba sobre o planalto da Borborema, e abriga atualmente uma população de 385.213 mil habitantes, de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

<sup>2</sup>O Programa Habitação de Interesse Social, por meio da Ação Apoio do Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, objetiva viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos em localidades urbanas e rurais. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).

<sup>3</sup>Quando de seu lançamento, em 2009, a meta era construir um milhão de habitações em todo o país, já que o déficit habitacional correspondia, na época, a 5,7 milhões de domicílios.

O bairro Três Irmãs, onde essas unidades habitacionais do PMCMV foram construídas, não tinha praticamente nenhuma infraestrutura urbana e as famílias tiveram que enfrentar e ainda enfrentam muitas dificuldades quanto ao acesso a serviços públicos como transporte, saúde, educação, áreas de lazer, entre outros. A precariedade urbana, já revelada por outros estudos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, - como por exemplo, o texto do Observatório das Metrópoles, publicado em 2015, intitulado por “Minha casa, e a cidade?”, que reúne vários autores na avaliação do PMCMV em seis estados brasileiros - apenas revela alguns dos problemas enfrentados pelos moradores.

Outras questões pareciam mais prementes para as famílias recém-chegadas, produzindo grandes estranhamentos, tensões e conflitos: a gestão do condomínio; as relações sociais estabelecidas na nova forma de residir, a relação das famílias com o bairro, problemas estruturais dos apartamentos; a prática de “ilegalidades”; as regras do regimento interno; a taxa do condomínio; o uso e venda de drogas; furtos e roubos dentro do empreendimento, e o acompanhamento dos gestores públicos etc.

O enfrentamento dessas questões esteve associado à produção de estigmas e formas veladas de segregação interna que este trabalho busca revelar. Neste processo, as famílias da “Ocupação Margarida Maria Alves” e da “Favela do Papelão”- que uso como pano de fundo- tiveram experiências diferenciadas de inserção no Condomínio<sup>4</sup>. Muitos moradores provenientes da “Ocupação Margarida Maria Alves” foram contratados para realização de uma série de trabalhos remunerados pelo próprio condomínio, enquanto os demais, oriundos da “Favela do Papelão”, foram aqueles que ninguém “queria dar notícia”, os mais vulneráveis socialmente, os que, segundo as narrativas dos outros moradores, em boa parte abandonaram, venderam ou trocaram suas moradias.

Nessa perspectiva, insere-se o que chamo de terceiro grupo, que reúne famílias originárias de outros bairros da cidade que, em grande maioria, por inúmeras questões,

---

<sup>4</sup> Segundo o Projeto do Trabalho Técnico Social, o empreendimento está localizado na Rua Petrópolis, divisa do bairro das Três Irmãs e bairro das Cidades na Alça Sudoeste, com uma distância aproximadamente de 8 km do centro da cidade; limita-se com os bairros Acácio Figueiredo (Catingueira), Presidente Médici e com o Conjunto Rocha Cavalcante. O Residencial Major Veneziano faz parte de um novo complexo habitacional entregue no ano de 2013, composto por 1984 unidades habitacionais que se divide em quatro conjuntos habitacionais com 31 blocos de 16 apartamentos cada, e apresenta também 16 apartamentos adaptados para pessoas com deficiência. A infraestrutura existente no local é a seguinte: abastecimento de água (98% rede geral e 2% sem abastecimento de água), energia elétrica (99% possui eletricidade e 1% não possui), coleta de lixo (98% atendido), esgoto (98% possui rede de esgoto), transporte (100% de atendimento), pavimentação (5% da área têm calçamento e 95% não possui). (QUEIROZ, 2016, p. 51).



principalmente de inadimplência da taxa do condomínio, são alvo de xingamentos, preconceitos e estigmas, vistos como famílias problema. Dentro desse grupo inserem-se também os que se julgam “diferenciados”, “gente de bem”, por possuir trajetórias de vida diferenciadas dos mais pobres e, segundo as próprias narrativas, “sabem viver em coletividade” diferente dos vizinhos.

Esses sujeitos, por sua vez, apresentam-se como superiores aos demais, aqueles que, por terem uma trajetória de vida diferente e, seguir as regras impostas pelo regimento interno, como o pagamento em dia da taxa de condomínio, acreditam piamente serem “melhores” que os vizinhos, estigmatizando aqueles que consideram como “mundiça” “desorganizados”, “velhacos”, “sujos”, “cachaceiros”, “gentinha”, “sebosos” e “favelados”.

Érika Almeida<sup>5</sup>, 46 anos, artesã, que chegou ao Major Veneziano<sup>6</sup>, vinda do bairro do Bodocongó, resume as contradições investigadas neste trabalho: “O paraíso é da porta para dentro, da porta da minha sala para fora é um inferno; som alto dos vizinhos é um problema; e ninguém pode dizer nada, quem é doido de olhar feio pra esse povo?”.

Já Napoleão Garcia, 68 anos, aposentado, que veio do bairro das Malvinas, afirma que foi a realização de um sonho a concessão do apartamento: “Eu gosto muito do meu cantinho, com essa idade até um dia desse não tinha casa própria, é claro que isso aqui é um sonho pra gente, como é que vou achar ruim um negócio desse todo novinho?”.

Breno Silveira, 33 anos, fotógrafo, que veio do bairro do Centenário, narra outra problemática: “Aqui é uma favelada grande, esse povo não sabe viver em coletividade não, minha amiga, a prefeitura juntou os lixos todinho de Campina e instalou aqui, pense numa gentinha sebosa”.

Na busca por literaturas que me ajudassem na construção deste trabalho, verifiquei a existência de uma heterogeneidade de estudiosos, como arquitetos, urbanistas, economistas, sociólogos e assistentes sociais no que se refere às pesquisas sobre políticas habitacionais, em especial o PMCMV. Outro fato observado aponta para uma parcela de pesquisas que fazem a avaliação do programa, através de entrevistas com agentes públicos, responsáveis pela aplicação da política, apontando para a segregação socioespacial.

---

<sup>5</sup>Todos os nomes nesta dissertação foram trocados para evitar a identificação dos entrevistados.

<sup>6</sup> O empreendimento foi construído a partir de uma parceria entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Campina Grande – PMCG.

A motivação que me levou a desenvolver este trabalho de dissertação de mestrado, parte, inclusive do meu interesse em contribuir com a reflexão crítica sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, principalmente, a política de moradias destinadas à população pobre, denominada por Habitação de Interesse Social<sup>7</sup>. Mas também, principalmente, dar voz aos sujeitos sociais que vivenciam essas experiências urbanas; refletir sobre a política não apenas em termos de dados quantitativos ou a partir de uma visão exterior.

Minha intenção é compreender, para além da segregação socioespacial já discutida em outras literaturas, como se estabelecem essas novas experiências urbanas de adaptação, convivência e sociabilidades, subsidiadas pelo poder público através da política habitacional do PMCMV. Neste trabalho, faço um resgate das trajetórias das famílias dos dois grupos que habitavam no mesmo espaço do bairro do Dinamérica, sem deixar de lado as outras pessoas, que chamo de terceiro grupo, que vieram de outras localizações, abordando, no primeiro momento, as tensões e conflitos que se estabeleceram no período em que as famílias da ocupação e da favela conviveram lado a lado nos antigos barracos.

As trajetórias familiares, assim como também as narrativas sobre o processo de realocação para o condomínio habitacional, não podem ser tomadas aleatoriamente. Afinal, este universo de pesquisa apresenta um perfil socioeconômico. Variáveis como a origem, renda, raça, religião, escolaridade e composição familiar, são fundamentais para avaliar a experiência de vida de cada família em um mesmo espaço social. Enfim, a memória que se tem sobre a experiência vivida não pode ser isolada do contexto social de cada família. (HALBWACHS, 2004, SANTOS 2017).

Neste sentido, inspirada em José Machado Pais (1986) e José de Souza Martins (2008), como também na perspectiva do Artesanato Sociológico de Wright Mills (1959), busca-se considerar as perspectivas dos próprios moradores, num esforço de realização de uma sociologia do cotidiano, produzida a partir de trajetórias, memórias, experiências, afetos, sonhos, frustrações, decepções e realizações.

Conforme Martins:

Esta síntese entre o agora e o histórico seria possível a partir da imaginação sociológica e do artesanato intelectual, baseando-se em

---

<sup>7</sup> Em relação aos projetos de Habitação de Interesse Social, destinados à população com renda até três salários mínimos, cabe aos municípios e estados, através das Companhias de Habitação Popular, elaborar o Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS), por meio da realização de um trabalho de acompanhamento das famílias, desde a seleção até após a ocupação dos empreendimentos, buscando identificar as demandas sociais da população e a elaboração de ações articuladas com as demais secretarias municipais para promover a adaptação das famílias ao novo local de moradia. (SANTOS, 2017, p. 55).

Wright Mills, “um modo sociológico de ver, descrever e interpretar desde as mais simples ocorrências de rua até os fatos e fenômenos sociais relevantes e decisivos.” (MARTINS, 2014, p.11).

Inspirada nessa perspectiva da sociologia do cotidiano, o estudo aqui proposto traz o desafio de compreender as vivências, as lutas e as sociabilidades que emergem no espaço residencial, para enfim, revelar as novas formas de estigmas, vulnerabilidades, precariedades e desigualdades, como também, se faz necessário analisar as estruturas que orientam as ações, escolhas, decisões, impressões, e os discursos que constituem a política de moradia.

## A SOCIOLOGIA DA VIDA COTIDIANA

Nesse sentido, este trabalho dialoga com a literatura da sociologia da vida cotidiana elaborada por Machado Pais (2003, p. 12), que coloca como dever da sociologia da vida cotidiana acionar paradigmas que permitam entrelaçar os planos da micro e da macroanálise sociológica, ou seja, dos comportamentos dos sujeitos com aqueles outros planos que resultam da conjugação de variáveis macrosociológicas, como poder, ideologia, autoridade e desigualdade social.

Observando as questões de vizinhança, Machado Pais destaca que:

Durante anos os paradigmas sociológicos, estruturalista e empirista, viveram “porta com porta” sem dialogarem no mesmo “andar” da sociologia. Sendo assim, “a partir da análise do cotidiano que seria possível tecer o universo social entre as micro e as macroestruturas, assim como faz uma “lançadeira de tear. (PAIS, 2003, p.114).

Queiroz (2017) destaca que para Castells (1983, p. 155), “A relação entre certo tipo de habitat e modos específicos de comportamento é um tema clássico da sociologia urbana”, assim:

O estilo de vida das pessoas se manifesta na representação meramente ideológica dos indivíduos e grupos, cujas reações cotidianas são marcadas por múltiplas associações, derivadas da experiência que se manifesta nos bairros de maneira distinta, separando-os pela forma como vivem, como bairro popular, burguês, etc.. (CASTELLS, 1983, apud, QUEIROZ, 2017, p 31).

Neste trabalho, também busquei dialogar com a obra “A Sociabilidade do Homem Simples”, de José de Souza Martins (2008), que propõe compreender o homem comum através do seu próprio cotidiano, partindo da compreensão das condições de atuação no processo histórico, as possibilidades de conscientização ou alienação e também do fazer histórico desse homem simples.

Assim, abordo as interações e relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos dentro do novo espaço social. Meu intuito é apreender essas a partir da própria concretude da vivência cotidiana dos indivíduos. Assim:

O cotidiano é a mediação que edifica as grandes construções históricas e que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e, em primeira instância decifrada no cotidiano. É nesse cotidiano e na sua historicidade (compreendendo-se aí as categorias de tempo, espaço e

agentes sociais) que o homem deve buscar a sua emancipação. (MARTINS, 2008, apud SOUZA, 2010, p. 189).

Para Martins, o documento escrito não é substituído pela memória, no entanto, a memória é um instrumento por meio do qual a realidade pode ser revelada, e isso não podemos encontrar nos documentos escritos. A realização deste trabalho possui um pressuposto, o de que a reestruturação da vida tem seu cerne na mudança da configuração espacial na qual está a moradia. Os indivíduos e as famílias tinham sua rotina cotidiana nas antigas moradias, seus trabalhos, laços sociais estabelecidos em acordo com a configuração do espaço, da moradia e de seus entornos.

É a mudança de localização da residência, da configuração espacial e dinâmica do lugar que promovem e implicam uma reestruturação das atividades dos indivíduos e famílias (DE PAULA, 2009). No que corresponde às análises das relações que se estabelecem a partir do cotidiano desses sujeitos, temos a seguinte reestruturação como ponto principal para reflexão das relações sociais:

A vida cotidiana não se constituiu ainda num objeto unificado por qualquer sistema conceptual e teórico coerente e próprio. Por outro lado, não deixa de haver alguma margem para duvidar se faz sentido uma sociologia especializada que tenha por objeto de investigação a vida cotidiana. Não nos compete, todavia, deitar mão à faca com que será lícito ou não partilhar o bolo da sociologia geral em fatias de sociologias especializadas. Lícito será partir da verificação de que a vida cotidiana é um termo que se tem imposto, orientando reivindicações, atitudes, discursos. Por outro lado, e como tentaremos demonstrar, o cotidiano pode constituir um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais. (PAIS, 1986, p. 8).

Conforme Pais (1988), os etnometodólogos, inspirados pela filosofia fenomenológica, sugerem que os métodos a utilizar na apreensão do real social não devem resultar de complexas ou sofisticadas abstrações, mas sim, buscar na raiz dos detalhes empíricos, isto é, no próprio sentido da vida cotidiana.

Segundo o autor, por esse motivo os etnometodólogos dão atenção especial aos significados subjacentes às relações sociais do mundo do sentido comum, através de uma observação naturalística que respeita tanto o ponto de vista como a própria linguagem corrente do povo que habita o mundo, a partir das experiências e perspectivas do sentido comum que são compartilhadas por quem participa da vida social. Em sua sociologia da vida cotidiana, Pais enfatiza a importância de recorrer às instituições sociais para negociar cotidianamente as interações sociais dos indivíduos, assim:

Para Balandier, a especificidade da sociologia da vida cotidiana deriva, pelo menos, de duas características: d) Ela centra a sua interrogação sobre o sujeito individual, suas relações próximas e regulares, e não sobre os grandes dispositivos sociais (agrupamentos, organizações ou sistemas); b) Ela estuda as práticas e representações através das quais esse sujeito prepara e negocia cotidianamente a sua inserção social. Ora, e este poderá ser um dos equívocos apontados, será que a especificidade do objeto de investigação da vida cotidiana se restringe a estas duas características? E serão elas características essenciais dessa especificidade? Como é possível negociar cotidianamente a inserção social sem recorrer às instituições sociais, se é verdade que essa inserção se desenvolve também ao nível dos grandes dispositivos sociais? (PAIS, 1986, p.13).

Pais enfatiza que a principal característica da vida cotidiana é a espontaneidade. O ritmo fixo, a repetição. De acordo com o teórico, a rigorosa regularidade da cotidianidade não está de modo algum em contradição com essa espontaneidade, muito pelo contrário, uma coisa se conecta a outra. No primeiro momento deste trabalho, trarei a construção da problemática habitacional, discutindo a política, abordando o contexto histórico da urbanização no Brasil, o direito à cidade, as políticas habitacionais no período da Ditadura Militar, a experiência do BNH e o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, com foco nas Habitações de Interesse Social que são destinadas às famílias carentes, dialogando com literaturas que fornecem compreensões a respeito de outras experiências de realocações.

Posteriormente, abordarei os movimentos sociais em um contexto geral, até chegar ao contexto do MLB nacional e na formação do movimento de luta por moradia em Campina Grande. Ainda neste capítulo dois, discutirei a formação da “Ocupação Margarida Maria Alves” pelo MLB, suas lutas por moradia, a negação do direito à cidade por parte do poder público municipal, o encontro, as tensões e conflitos vivenciados entre a ocupação e a “Favela do Papelão” durante o período em que viveram nos barracos.

Em seguida, trago a discussão da realocação dos dois grupos para o empreendimento habitacional construído pelo PMCMV, o encontro com os outros moradores que vieram de outros bairros, a relação entre vizinhança, agentes públicos, bairro e espaço residencial; no terceiro capítulo, resgato as trajetórias e origens dos moradores do Major Veneziano e suas percepções sobre o cotidiano no condomínio, discutindo os novos padrões de sociabilidades, conflitos, as novas formas de estigmas, de segregação, os dilemas, as perspectivas, e as estratégias de adaptação construídas na tentativa de superar as frustrações e desgostos experimentados coletivamente e

cotidianamente nas novas moradias. Também neste capítulo, reflito sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, sugerindo caminhos para a implementação da política habitacional destinada a famílias de baixa renda.

## PERCURSO PESSOAL DA PESQUISA

Por mais que pareçam distintas, minha trajetória de vida e a trajetória dos sujeitos estudados nessa dissertação se encontram em determinados momentos e dialogam em determinados aspectos. Durante toda sua vida, meu pai trabalhou como pedreiro e, posteriormente mestre de obras. Durante toda a minha infância, adolescência e juventude vivi em meio a andaimes, tijolos, cimentos e telhas, vendo meu pai, através de construções de moradias, trazer para casa o sustento da família.

Devido essa vivência, tudo o que se relacionava à construção de imóveis me interessava bastante. “Naquele tempo” não existia, ainda, o PMCMV, e por várias vezes presenciei meu pai, de forma gratuita, oferecer seus serviços de construtor para amigos e familiares que não tinham condições de pagar a um pedreiro para construir suas casas. Através do seu trabalho, vi muitas pessoas realizarem o sonho de ter a casa própria. Tudo isso me encantava. Após iniciar o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG passei a olhar para a questão da moradia por um viés diferente, inspirada, principalmente, pela *imaginação sociológica*, abordada por Wright Mills.

Diversos questionamentos foram surgindo, passei a olhar a questão da moradia com certo senso crítico, especialmente quando olhava para as favelas ou habitações em condições precárias. Enquanto moradora do bairro do Centenário, desta cidade, costumava, desde a adolescência, frequentar o Ginásio de Esportes “O Meninão”, localizado no bairro do Dinamérica. Lá, jogava handebol, futsal e baleada com alguns amigos, além de caminhar pelos arredores do ginásio. Sempre que passava perto desse local, observava uma grande quantidade de barracos de madeira e plástico erguidos ao lado do ginásio. Antes mesmo de entrar para a faculdade, já muito ouvia se falar sobre a “Favela do Papelão” na cidade, principalmente através da mídia, que na maioria das vezes, de forma preconceituosa e estigmatizadora, relacionava alguns crimes da cidade à favela, contribuindo mais ainda para sua marginalização.

Mesmo ouvindo muito sobre a “Favela do Papelão”, não sabia bem que essa era, justamente, aquela que muito me chamava atenção pelas condições precárias que as



famílias eram submetidas. Nos barracos, não havia nenhuma infraestrutura ou equipamento urbano. Não possuía água encanada, banheiros, nem energia elétrica. De acordo com Lima (2010), com a ausência de espaços habitáveis nas áreas centrais da cidade, as populações pobres são levadas a ocupar áreas mais distantes, multiplicando ocupações irregulares e favelas, os denominados aglomerados subnormais, identificados pelo IBGE, em que a ausência de infraestrutura é um elemento complicador para o processo de reprodução da força de trabalho e para as atividades inerentes à vida cotidiana.

Numa manhã de dezembro de 2013, durante mais uma passagem por perto dos barracos, observei que os mesmos estavam sendo desfeitos por vários homens e mulheres. Percebi que havia caminhões ao lado, onde os objetos dos moradores estavam sendo depositados. Aproximei-me, instigada pela curiosidade de saber para onde aquelas pessoas estavam indo. Iniciei um rápido diálogo com alguns moradores que ali estavam e fui informada que aqueles indivíduos estavam de mudança para um conjunto residencial construído pelo Poder Público Municipal, com financiamento do Governo Federal, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCG, na faixa um (Habitação de Interesse Social).

Fui informada pelos moradores que o residencial tinha o nome de Major Veneziano e localizava-se no bairro das Três Irmãs. Eu estava no final da graduação, e não sabia muito bem como prosseguir, mas já sabia que ali, a partir daquela realocação, poderia estar meu futuro projeto de mestrado. Mesmo confusa em relação a como iniciar, o que fazer e como fazer, esse pequeno diálogo com as pessoas que estavam de mudança despertou minha imaginação sociológica para o leque de possibilidades que esse processo de transferência poderia oferecer em termos de estudos, me despertando, rapidamente, o interesse em desenvolver esta pesquisa.

Poucos meses depois, em mais uma visita ao Ginásio de Esportes “O Meninão”, percebi que haviam pouquíssimos barracos no espaço, além da presença de vários animais, acredito que abandonados pelos antigos moradores. Concomitantemente, eu estava iniciando a escrita do pré-projeto de mestrado para submeter ao processo de seleção do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGCS da UFCG. Após minha inserção no programa, eu e o meu orientador, Luís Henrique Cunha, traçamos alguns pontos iniciais da pesquisa.

Com os indivíduos que habitavam nos barracos do bairro do Dinamérica devidamente instalados nas novas moradias, além de outros sujeitos oriundos de outros

bairros, iniciei a pesquisa de campo no dia 13 de abril de 2016, no Condomínio Habitacional Major Veneziano. Já no primeiro dia, fui surpreendida por uma briga entre moradores que trabalham como moto-taxistas clandestinos em frente ao Condomínio. Na ocasião, os homens discutiam quem pegaria a próxima “corrida”. Essa primeira situação foi bastante relevadora, uma vez que todos nós corremos juntos para dentro do condomínio, gritando: ele está armado!

Nesse momento se iniciava os primeiros diálogos entre pesquisador e pesquisados. As primeiras informações em relação àquela briga, veio do senhor Inácio José de 68 anos que me informou que, naquele lugar, brigas acontecem com frequência, principalmente pelo fato de haver grande consumo de álcool, inclusive pelos motos-taxistas, que também são moradores do condomínio.

O segundo dia de campo foi também revelador: percebi duas mães discutindo no parquinho. Como estava próxima, percebi que a discussão foi motivada por “fofocas”. Algumas pessoas se aproximaram e afastaram as mulheres que se recolheram para seus apartamentos. É importante destacar que o medo da não aceitação e da resistência por parte dos moradores era algo que temia, porém, em quase todas as minhas idas ao campo de pesquisa, surpreendi-me com o desejo que as pessoas possuíam de falar e de ter alguém para ouvi-las.

Era como se vivessem sufocados e esperassem ansiosamente por “salvadores”, alguém que pudesse se sentar junto a elas e ouvir seus principais anseios, suas dificuldades, suas tristezas, frustrações e, principalmente, alguém que pudesse resolver todos os seus problemas, inclusive de desemprego, insatisfação com a moradia, problema de saúde, problemas na estrutura dos apartamentos, assaltos, atrasos nos pagamentos da taxa do condomínio, e até de desavenças entre vizinhos. Não tinha como não me envolver, por mais que me esforçasse, afinal, ali, eu era apenas uma pesquisadora. As dores daquelas famílias, por todo o período do mestrado e da escrita dessa dissertação, também foram compartilhadas por mim. E isso foi outro desafio que tentei e tento superar.

Já nas narrativas iniciais, fui surpreendida por algo que acabou dando novos rumos ao meu trabalho. Fui informada que no espaço do bairro do Dinamérica, na verdade, haviam dois grupos de moradores. O primeiro, que já habitava ali há mais de doze anos, que recebeu o nome de “Favela do Papelão” e, para minha surpresa, um segundo grupo que chegou entre início e metade de 2013, que recebeu o nome de

“Ocupação Margarida Maria Alves” e que era, na verdade, organizado pelo Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas – MLB<sup>8</sup>.

Já nas primeiras falas, observei que as famílias da ocupação e da favela não possuíam muito contato físico e verbal durante o período que viveram nos barracos, lado a lado. Em campo, outro fato me chamou atenção: as famílias que vieram da “Ocupação Margarida Maria Alves”, organizada pelo MLB, referiam-se, aos da “Favela do Papelão” com certa aversão e repugnância, pelo fato dos outros serem moradores de “favela” e enquanto estes, de “ocupação”, relatando uma série de problemas vivenciados no passado, quando os dois grupos tinham seus barracos no mesmo espaço.

No período da pesquisa, observei que as opiniões dos moradores do Major Veneziano eram discordantes em relação às novas moradias. Aquele espaço habitacional não foi destinado, apenas, às famílias que vieram dos barracos do bairro do Dinamérica, mas várias outras famílias de variados bairros da cidade de Campina Grande – PB, e este foi outro compromisso que assumi: incluí-los, também, nesta pesquisa. Cada morador avaliava a nova moradia a partir de sua própria experiência, entrando em questão a subjetividade, a idiossincrasia de seus valores, suas histórias de vida, a forma como se relacionava com os antigos bairros e vizinhança e, agora, a partir da vida cotidiana: o novo espaço residencial, o novo bairro e os novos vizinhos.

Diante deste quadro, tornava-se difícil estabelecer parâmetros gerais que me permitissem discutir o êxito da política pública habitacional, que era meu interesse inicial na pesquisa. Aquilo tudo me parecia grandioso demais e sobremaneira complexo para focar apenas em uma discussão. Além da idiossincrasia das narrativas dadas por essas pessoas, eu observava algo em comum: todas as narrativas, referente ao passado e ao presente cotidiano, refletia-se na reestruturação da vida dessas pessoas em relação ao novo espaço social, o quanto os moradores recorriam ao passado para explicar as frustrações do presente.

---

<sup>8</sup> É importante destacar, que no momento que iniciei a pesquisa de mestrado, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB já havia sido desmobilizado.

## CAMINHOS DA PESQUISA

A metodologia utilizada na construção deste estudo caracterizou-se a partir do artesanato sociológico do método qualitativo, com pesquisa documental, e abordagem compreensiva dos elementos de pesquisa, articulando a observação direta a entrevistas informais com a população do Major Veneziano e com os funcionários da Secretaria de Planejamento do Município de Campina Grande – PB –SEPLAN.

Para a elaboração deste estudo, utilizei o registro dos dados através de anotações, registros fotográficos e gravações de áudio, possibilitando captar o cotidiano dos indivíduos, a realidade do uso do espaço habitacional, as sensações das pessoas em relação às novas moradias e como essas pessoas rememoram seu passado através de suas trajetórias e suas experiências de vida.

A escolha dos entrevistados se deu de forma aleatória. De início, tentei aplicar questionários, no entanto a realidade empírica me mostrou que essa não seria a melhor escolha, principalmente, pela resistência dos mesmos ao perceberem papel e caneta em minhas mãos, pois o medo de perder suas moradias, principalmente, em grande parte, pelo atraso do pagamento da taxa condominial, faz com que essas pessoas tenham sempre muita cautela ao falar com alguém sobre assuntos que dizem respeito à moradia.

Sendo assim, iniciei um contato inicial com os síndicos dos quatro condomínios que formam o Major Veneziano, buscando saber, primeiramente, quem eram os moradores que vieram da “Favela do Papelão” e como faria para localizá-los. Após entrevistar os síndicos, fui à procura de alguns sujeitos que vieram do “Papelão” e, em seguida, da “Margarida”. Após as entrevistas com esses, fui à busca dos sujeitos que vieram de diferentes bairros da cidade.

As famílias entrevistadas relatam que antes dos apartamentos serem concedidos pelo poder público, “ter a casa própria” era o maior sonho de suas vidas. A partir das trajetórias narradas pelos moradores, sobre as antigas e nas novas moradias, tentou-se compreender<sup>9</sup> de que forma as diferenças se colocam em um mesmo espaço social subsidiado pelo Estado, através do PMCMV. Nesse estudo, avançaremos no sentido de compreender, diante das frustrações surgidas nas novas habitações, como os moradores

---

<sup>9</sup> O residencial escolhido para esta pesquisa localiza-se no bairro das Três Irmãs, na cidade de Campina Grande – PB. Cada apartamento possui aproximadamente 40 m<sup>2</sup>; construídos através de alvenaria de tijolos, laje e cerâmica. A nova habitação dispõe de dois quartos, um banheiro, sala e cozinha. O Condomínio é dividido entre os Majores I, II, III e IV, totalizando, aproximadamente, 1984 moradias.

do Condomínio Major Veneziano rememoram seu passado nas antigas moradias e nos antigos bairros da cidade, na tentativa de analisar cotidiano atual das novas moradias.

## CAPÍTULO 1

### O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL: DILEMAS DO DIREITO À CIDADE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

A questão da moradia na sociedade capitalista, geralmente, é tida no nosso imaginário como algo que constitui diversos sentimentos e diversos significados simbólicos, como sucesso ou fracasso, felicidade ou tristeza, crescimento ou retrocesso, principalmente frente ao aluguel, ou à moradia de “favor”. Não ter conquistado “o sonho da casa própria” faz com que inúmeras famílias sintam-se infelizes, inseguras; em contrapartida, ter o próprio lar, apresenta-se como uma verdadeira conquista, como uma espécie de crescimento pessoal que provoca grande satisfação e segurança.

Para Castells (1979), a moradia apresenta características que dizem respeito a sua qualidade, o material de construção, durabilidade, conforto; a sua forma, se é individual, coletiva, como se integra ao conjunto de habitações em um espaço; seu status institucional, se a casa é própria, alugada, cedida, dividida; estas características vão determinar os papéis, os níveis e as filiações simbólicas dos ocupantes.

Assim, é compreendida como uma mercadoria que é produzida e distribuída de acordo com as condições econômicas e sociais dos indivíduos. É o único bem que tem seu preço valorizado ao mesmo tempo em que é consumido, de acordo com as melhorias que são realizadas, seja na moradia ou nos investimentos urbanos no local em que está instalada. (KOWARICK, 2000, apud SANTOS 2017, p. 39).

No Brasil, o direito à moradia é um direito social (Constituição Federal de 1988, Cap. III, Art. 6), mas em um país com tantas desigualdades sociais como o nosso, esse processo tem se efetivado de maneira excludente e contraditória. O rápido processo de industrialização com a consequente urbanização causou a “crise urbana” (SILVA 1986), que se materializa no espaço através da constituição de um tecido urbano diverso nas escalas local, regional, intraurbana e em relação à rede urbana.

Para Freyre (2006), a moradia se constitui como um dos fatores que mais exerce influência sobre o ser humano, sobre o seu desenvolvimento e relação com a sociedade. Assim,

É o espaço da sociabilidade familiar, onde são feitos planos e traçadas estratégias de sobrevivência, onde também se dividem fracassos, brigas, alegrias e conquistas. A partir da moradia o indivíduo estabelece também relações de vizinhança, de vida em comunidade e cria laços de pertencimento e identidade com o local. (KOWARICK, 2000, apud SANTOS, 2017, p. 39).

No sentido de avançar neste debate, este estudo dialoga com a obra “Cidadania Insurgente”, de James Holston (2013, p. 22), que aborda os engajamentos de uma cidadania específica em tais processos de mudanças. O autor enxerga o caso do Brasil como paradigmático de um tipo de cidadania que todas as nações desenvolveram e que permanece entre os mais comuns, uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de modo que legitimam e reproduzem a desigualdade social.

De acordo com Holston (2013, p. 21), as democracias prometem cidadanias com mais igualdade na organização das diferenças sociais, no entanto, na prática, boa parte das democracias vivencia conflito entre os cidadãos, principalmente quando seus princípios entram em choque com preconceitos referentes aos termos da incorporação nacional e da distribuição dos direitos. Para o autor, os conflitos entre os cidadãos aumentaram significativamente com a democratização e urbanização do século XX.

Assim, a insurgência mundial de cidadanias democráticas ocorridas nas décadas recentes rompeu com fórmulas estabelecidas de governo e de privilégio nas mais diversas sociedades. O resultado é um emaranhado entre a democracia e seus opositores em que novos tipos de cidadãos surgem para expandir a cidadania democrática, ao mesmo tempo em que novas formas de violência e exclusão a corroem. (HOLSTON, 2012, p. 21).

Para o teórico, o contexto histórico demonstra que as cidades tem sido palco de desenvolvimento da cidadania, e a urbanização global avança no sentido de criar condições especialmente voláteis na medida em que as cidades se enchem de cidadãos marginalizados e de não cidadãos que criticam sua exclusão. De acordo com Holston (2013), as periferias urbanas se desenvolveram no país como o lugar dos trabalhadores pobres. Depois da década de 30, essas regiões afastadas se tornaram praticamente as únicas áreas em que os trabalhadores estabelecidos e os novos imigrantes conseguiram garantir uma moradia na economia urbana de um Brasil que se modernizava. Sendo assim, essas famílias foram construindo barracos numa subdivisão periférica que quase sempre era ilegal e não possuía serviços de infraestrutura.

Quando a migração urbana se acelerou nas décadas subsequentes, o mesmo aconteceu com essas autoconstruções em regiões afastadas,

fora do alcance da supervisão do governo ou de seus funcionários. Ao mesmo tempo, um novo estado nacional procurava modernizar a organização da economia e da sociedade que se urbanizavam. Seu objetivo era articular uma nova esfera pública de cidadania para canalizar e regulamentar essa nova força de trabalho urbana. (HOLSTON, 2013, p; 197).

Holston (2013, p. 197), acredita que entre os anos 1930 e 1980, o desenvolvimento das periferias urbanas e a institucionalização dos direitos sociais fundados no trabalho urbano consolidaram um padrão centrífugo de segregação nas cidades brasileiras e modernizaram a já diferenciada cidadania dos brasileiros. Nesse contexto, a segregação espacial e a diferenciação da cidadania foram processos simultâneos num projeto de modernização nacional.

O termo “periferia” era usado em São Paulo nos anos 1940 para se referir às terras nas margens da cidade, no entanto, nos anos 1960 esse termo se tornou uma forma popular de designar os assentamentos de pessoas além do perímetro de serviços urbanizados e de infraestrutura da cidade. No período em que as regiões mais distantes foram se enchendo de moradores carentes que a palavra “periferia” substituiu os antigos termos “subúrbio” e “zona rural”. (HOLSTON, 2013).

Posteriormente, surgiram vários discursos que homogeneizaram a grande heterogeneidade das condições desses assentamentos distantes num conceito político único de “periferia”. Nesse vocabulário cambiante, a noção de periferia não se refere ao espaço externo excluído do sistema capitalista em que as subclasses supostamente existem. Refere-se às relações de dependência mútua – a produções sociais do espaço – nas quais as partes componentes definem umas às outras por meio de mecanismos de dominação e resposta. (HOLSTON, 2013, p. 208).

Para o autor, a periferia evoca uma complexa noção de desigualdade entre os moradores da cidade. Para os habitantes das periferias, denota o desenvolvimento de bairros residenciais distantes do Centro da cidade, onde vivem longe dos locais de trabalho. Em sua memória coletiva, refere-se a uma interminável concatenação de bairros pobres onde alguma forma de moradia ilegal ou precária é comum, inclusive loteamentos não regulamentados, residências clandestinas e favelas.

Holston (2013, p. 208), coloca que, como acontece com a maior parte das questões de dominação, a periferia também denota lutas e, para muitos moradores, realizações individuais e coletivas sem precedentes, como foi o caso da “Ocupação Margarida



Maria Alves”, organizada pelo MLB, que discutirei mais adiante. Holston (2013, p. 208), coloca:

Esse significado se concentra precisamente nas questões de residência que condenaram as periferias: construções de casas, casa própria, conflitos de propriedade, serviços urbanos ausentes, falta de creches e escolas, prejuízos ambientais e assim por diante – questões que ao longo da história ficaram à margem das arenas políticas tradicionais de homens, trabalho, sindicatos, o Estado e partidos políticos, mas que têm sido de fato mais eficazes na mobilização das classes trabalhadoras brasileiras na luta por seus direitos de cidadania e no desenvolvimento de novas identidades culturais.

Para os moradores, a periferia representa um drama de mudança extraordinária, cujos temas de desigualdade e luta, segregação e inclusão, pobreza e melhorias, humilhação e afirmação são ao mesmo tempo intensamente pessoais e políticos no cotidiano: um drama em que as experiências de barracos, ruas de terra, esgoto a céu aberto, inundações, expulsões, violência, serviços urbanos precários, ônibus lotados e intermináveis viagens para o trabalho são lidas através do futuro das construções de casas, de melhorias no bairro, da organização de comunidades e do consumo moderno que constituem o sonho de algum dia ter casa e destino próprios. (HOLSTON, 2013, p. 208).

Segundo o teórico, os moradores leem as mudanças cotidianas de seus bairros - a partir de cada telha colocada, cada utensílio, num sofá e num segundo andar, com cada novo posto de saúde, escola, rua asfaltada e tubulação de esgoto - como prestações dessa narrativa da transformação da vida subalterna. (HOLSTON, 2013, p. 209). Trata-se de questões que serão abordadas nos momentos seguintes, a partir do processo de realocação das famílias de uma ocupação e uma favela para as unidades habitacionais do PMCMV.

### **1.1 Resgate histórico da urbanização no Brasil**

Para Santos (2017, p. 40), no que se refere aos elementos históricos da urbanização no Brasil, os primeiros sinais de mudança na paisagem espacial e social tiveram início em meados século XIX, com o crescimento da exportação do café. Nesse período a maior parte da população brasileira estava dispersa em pequenas comunidades

de subsistência, fossem nos decadentes engenhos de açúcar no Nordeste ou nas estâncias de gado no Sul.

Com o fim do tráfico negreiro na metade do século, a mão-de-obra ficou escassa, pois o modelo de economia colonial não dispunha de incentivos para atrair a mão-de-obra dos setores de subsistência, recorreu-se, então, ao imigrante europeu. “A relação de servidão do trabalho escravo com a relação monetária do trabalho livre no mesmo setor ficou insustentável, forçando a abolição em 1888”. (SINGER, 1973, p.120, apud SANTOS, 2017, p. 40).

Buscando se afastar cada vez mais de seu passado escravocrata, o Brasil iniciou um projeto de Estado com inspirações liberais. Recém-saído do contexto da escravidão e sem um projeto de integração do negro na sociedade, o país inaugurou sua República em 1889 com uma camada expressiva de pobres, negros e sem emprego, com a crença de um mercado como um espaço para indivíduos juridicamente iguais e autônomos com capacidades de concorrer pela distribuição de bens e serviço. (SANTOS, 2017, p. 40).

No Brasil, durante o século XIX, um conjunto de situações acabou influenciando a ampliação e a formação dos espaços urbanos. “O fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade. Concomitantemente, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na nascente indústria brasileira”. (MARICATO, 1997, apud, MOTTA, 2014, p. 1).

Já no século XX as mudanças sociais, econômicas e políticas se acentuaram. O Brasil iniciou o processo de substituição de importações fundando um parque industrial produtor de bens de consumo não duráveis no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente, e começou a desenvolver uma agricultura comercial voltada para a formação de um mercado interno no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. (SANTOS 2017, p. 42). Segundo Santos (2017, p. 42), as imigrações europeias aumentaram seu volume por conta da I Guerra Mundial. A queda na Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, acabou interferindo na economia mundial e, conseqüentemente, na economia agroexportadora do Brasil, contribuindo com a decadência das oligarquias cafeeiras. O projeto de Estado brasileiro precisava ser repensado e a economia do país precisava se desenvolver e adentrar ao novo cenário mundial que surgia.

Conforme Santos (ano 2017, p. 42), conflitos e jogos de interesses, além de contradições políticas e econômicas contribuíram para a derrubada das oligarquias

tradicionais no ano de 1930 com o governo de Getúlio Vargas. De acordo com a autora (2017, p. 42), nesse mesmo ano foi criado o Estado Novo, um projeto político e econômico para desenvolver o Brasil enquanto Nação. Posteriormente, foi assumida uma política mais decidida de industrialização e de construção de um Estado interventor, para regular as relações entre a sociedade (trabalhadores assalariados, classe média) e o mercado (industriais e empresários).

Focados no desenvolvimento capitalista e na construção de uma sociedade urbano-industrial, foi criado um sistema de incentivos para os trabalhadores urbanos, uma legislação trabalhista que os colocou em melhores condições que os trabalhadores rurais. Estes incentivos somados às transformações econômicas e tecnológicas no campo mobilizou um grande volume de trabalhadores rurais que migrou para as cidades em busca de oportunidades. Paralela a essa população migrante, a taxa de mortalidade decresceu acelerando o crescimento da população e constituiu, então, um reservatório de mão-de-obra para a economia capitalista. (SINGER, 1973, p.123.).

Já na segunda metade do século XX, a industrialização se expande com a entrada do capital estrangeiro e a criação de indústria de bens duráveis, bens de capital e bens intermediários. Como São Paulo já era o maior parque industrial do Brasil graças à produção do café, essas atividades acabaram se concentrando mais nesta cidade. Entre os anos 1950 até o final do Regime Militar na década de 1980, a paisagem social e demográfica no Brasil passa por uma inversão residencial, tornando-se mais urbana do que rural. (SANTOS, 1996, p.29). Santos destaca que no decorrer destas décadas constituiu-se um complexo padrão de divisão territorial do trabalho social impactando tanto no campo quanto nas cidades.

Segundo o autor, concentraram-se atividades industriais e comerciais em um número pequeno de centros urbanos como, por exemplo, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e suas respectivas áreas metropolitanas, e assimetricamente, a população urbana dispersa pelo conjunto de cidades. “Formaram-se cidades heterogêneas com base na função e posição dentro deste sistema urbano de divisão territorial do trabalho social, diferenciando-se de acordo com as atividades produtivas industriais e comerciais que concentravam”. (FARIA, 1991, p.105, apud SANTOS, 2017, p. 43).

O modelo de ocupação urbana das cidades, mesmo com sua heterogeneidade, que resultou do processo de urbanização é centro-periferia, de maneira que as atividades industriais e comerciais se concentraram no centro e a população, em sua maioria negra

e pobre, na periferia. (SANTOS, 2017, p. 43). Em meados de 1930, a classe trabalhadora residia, em sua maioria, nas vilas e nos bairros operários pertos dos locais de trabalho. A partir da iniciativa dos industriários, com o crescimento adensado a partir de 1960, as moradias foram distribuídas em outros pontos das cidades, formando o padrão periférico de ocupação do solo urbano, através de alternativas habitacionais encontradas na periferia, em locais sem infraestrutura, nas favelas<sup>10</sup> e nos cortiços, esses próximos aos centros urbanos. (KOWARICK, 2000). Nesse contexto,

Além do crescimento industrial e demográfico, no período do regime militar, o país também experimentou o crescimento econômico expressado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Ao mesmo tempo as desigualdades se acentuavam para aqueles que não haviam se integrado à sociedade urbano-industrial, que não podiam pagar pelo “preço do progresso”. Tendo, por um lado, desenvolvido ramos secundários e subsidiários (comércio e serviços), a industrialização acabou marginalizando uma parcela significativa da população urbana que não foi absorvida ao trabalho assalariado formal – o que é característico do capitalismo – alimentando um processo desigual e excludente composto por subempregados e subsalários. (KOWARICK, 1985, apud SANTOS, 2017, p. 43).

Santos (2017, p. 44), afirma que nesse período de crescimento econômico, ainda que limitado às classes médias e altas, o mercado interno se intensificou e desenvolveu um consumo individual e coletivo promovido e incentivado pelos meios de comunicação. Programas de crédito foram criados para facilitar o consumo das camadas médias com capacidade de pagamento para os mais carentes, resultando, em muitos casos no endividamento das famílias, fazendo com que mais membros da família se rendessem ao trabalho precarizado. (SANTOS, 2017, p. 44).

A própria habitação “legal” foi colocada como um bem de consumo que podia ser financiado com a criação do Banco Nacional da Habitação. O poder público não acompanhou a expansão urbana e somente na década de 1960 é que o Estado passou a interferir de maneira mais intensa por meio de mecanismos legais na ocupação e ordenação do solo urbano. Exemplo da cidade de São Paulo que já estava com seu espaço urbano traçado com a aquisição de terrenos por grupos privados em áreas centrais à espera de valorização. Os investimentos nos centros urbanos e a especulação imobiliária encareceram o preço da terra e seus respectivos tributos, colocando como alternativa para os mais pobres as favelas, os cortiços ou a periferia. (SANTOS, 2017, p. 44).

A autora destaca que o trabalhador mal remunerado, assalariado ou “marginal”, que contribuiu para o processo de acumulação capitalista não participou em igualdade da

---

distribuição dos equipamentos e serviços urbanos nem do consumo coletivo ou individual. Sujeito a uma vida altamente espoliada, assim:

Tendo em vista a dificuldade de acesso a terra e à moradia regular, o que se colocou para os pobres foram situações de irregularidade, ilegalidade e clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade da maioria, nega o acesso aos benefícios básicos para a vida nas cidades.”. (KOWARICK, 2000, p.54).

O “marginal”, o “favelado”, o “encortiçado” e o “periférico” foram desqualificados, segundo Santos (2017, p. 44), perante a sociedade enquanto morador e cidadão. A partir da mobilização populacional para os centros urbanos, muitos espaços deixaram de existir para fazer surgir novos ou adensar aqueles já existentes. “E a vida no espaço urbano demandou novas formas de organização política e de sociabilidade não vistas nos espaços rurais ou nas cidades menores”. (FARIA, 1991, apud SANTOS 2017).

Constituída por sujeitos com diversas trajetórias, às cidades se adaptam e transformam modos de vida, experiências e cotidiano. Em meio às transformações vivenciadas no processo de migração, alguns hábitos permaneceram, resignificaram ou desapareceram: “Mais que um processo geográfico, econômico ou urbanístico, tal processo culminou em mudanças profundas em seu modo de vida, na forma que satisfaz suas necessidades e no surgimento de novas sociabilidades.” (OLIVEIRA, 2012, p.65).

## **1.2 O direito à cidade**

Para Maricato (2015), investir em políticas públicas é um avanço, mas não é o suficiente. Na opinião da urbanista, o direito à cidade depende de uma política urbana de estruturação, que democratize, principalmente, o uso e a ocupação do solo. Maricato estabelece que o direito à cidade é um conceito francês que informa aos seus moradores o dever de ter direito à cidade enquanto festa urbana, isto é, a cidade que expressa a diversidade e utiliza seus espaços mais valorizados para oferecer lazer, cultura e serviços à população.

Sendo assim, a autora acredita que a ocupação desse espaço urbano é alvo de uma intensa luta de classes dentro das cidades, e historicamente os menos favorecidos ocupam periferias das cidades, onde o direito a ela é sempre negligenciado, devido à falta de infraestrutura e urbanização. Em *Cidadania Insurgente*, James Holston (2013), estabelece que o processo de urbanização no Brasil, com o desenvolvimento das

grandes cidades, repetiu o mesmo padrão de exclusão à propriedade que marcou o acesso à terra no campo, dificultando a posse legal de áreas em centros urbanos.

O autor demonstra que os mesmos fatores que fragmentaram e subjugarão os pobres rurais, no que se refere ao acesso à terra e aos direitos políticos, ilegalidades na moradia, "mau governo da lei" - também recaíram sobre os trabalhadores urbanos, impedindo que tivessem a experiência substantiva da cidadania.

Em sua obra, Holston (2013) traz como exemplo a cidade de São Paulo, que foi palco da intensa industrialização, sob o discurso da modernização, onde, de certa forma, acabou aprofundando o processo de segregação espacial com a expulsão dos trabalhadores pobres das zonas centrais da cidade. Segundo Maricato (2013), o direito à moradia é o direito mais especial e complexo que existe, principalmente pelo fato da moradia estar atrelada a terra, que se tornou produto vendável no fim do período da escravidão no Brasil. Para a autora, as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho e, nem toda melhoria nas condições de vida quer dizer melhoria nas condições de salários e distribuição de renda.

Para a autora, boas condições de vida dependem, principalmente, de políticas públicas urbanas como transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo e segurança. Maricato estabelece que a cidade não é apenas reprodução da força de trabalho, ela é um produto, ou seja, um grande negócio, principalmente para os capitais que embolsam com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. "Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos" (MARICATO, 2008, p. 1).

De acordo com Harvey (2010, p.1), a luta pelo direito à cidade está no centro da luta contra o capital, nesse contexto, uma cidade deve considerar o morador não como objeto, mas como sujeito "O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital" (HARVEY 2010, p.1).

### 1.3 A política habitacional no Brasil

As políticas de moradias propostas no Brasil foram, em grande parte, ineficazes por conta de diversos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. De acordo com Holz e Villela (2008), o surgimento de políticas habitacionais, de fato preocupadas em solucionar a problemática é recente, sendo implementada na Constituição Federal de 1988, e regulamentado pelo Estatuto da Cidade (2001), que regula o uso da propriedade urbana em torno do interesse coletivo e do equilíbrio ambiental, sendo um mecanismo que propõe inovações na política habitacional e importante ferramenta de regularização fundiária.

Como dito anteriormente, diversos fatores provocaram o aumento populacional nas cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, criando a necessidade por moradia, transporte e demais serviços urbanos. Motta (2014, p. 4), estabelece que a primeira medida do governo brasileiro foi oferecer crédito às empresas privadas para que elas produzissem habitações.

Em relação às vilas operárias, esta solução beneficiava principalmente os empresários que, além de manter o controle sobre seus funcionários mantendo-os próximos às fábricas, tinham outra forma de lucratividade, pois as casas eram alugadas ou oferecidas aos funcionários sendo o valor debitado dos salários. Estas vilas foram os primeiros conjuntos habitacionais no Brasil, tendo um grande impacto na formação do solo urbano. Mas com o crescimento populacional e a formação de um exército de mão-de-obra a fixação de trabalhadores nas fábricas tornou-se desnecessária. Sobre as casas de aluguel, o setor público intervinha somente em casos mais graves de insalubridade, por meio de uma legislação sanitária ou ação policial, e concedia isenções fiscais que beneficiavam basicamente os locadores. E como neste período o comércio ainda era predominante na economia urbana, enquanto a indústria era secundária e sem capacidade de absorver investimentos, a construção de casas de aluguel era uma maneira segura de rentabilizar poupanças e recursos disponíveis na economia urbana. (BONDUKI, 1994, p.712)

No entanto, os empresários não obtiveram lucros com a construção de habitações individuais:

Devido à grande diferença entre os preços delas e das moradias informais; alguns passaram a investir em loteamentos para as classes altas, enquanto outros edificaram prédios para habitações coletivas, que passaram a figurar como a principal opção para que a população urbana carente pudesse permanecer na cidade, especialmente no centro da cidade, onde estariam próximos das indústrias e de outras

possibilidades de trabalho (PECHMAN, 1983, apud MOTTA, 2014, p. 2).

Motta (2014) destaca que o poder público, apesar de financiar a construção das moradias coletivas, enxergava os cortiços como espaços decadentes, imorais e uma ameaça à ordem pública. Tendo como referência os ideais positivistas, o novo poder republicano realiza, no início do século XX, uma reforma urbana no Rio de Janeiro para melhorar a circulação de mercadorias, serviços e pessoas na cidade.

Quinhentos e noventa prédios velhos foram demolidos para construção de cento e vinte novos edifícios, o que significou a expulsão de diversas famílias pobres de suas moradias, a ocupação dos subúrbios e a formação das primeiras favelas do Rio de Janeiro (MARICATO, 1997). Sendo assim, do início do século XX até a década de 1930, diversas cidades brasileiras tiveram o problema da habitação evidenciado com o poder público atuando de maneira ineficiente.

No que se refere às habitações construídas e os programas de financiamento, Bonduki (1994), mostra que estes beneficiaram muito mais as classes médias e altas do que as classes mais pobres, pois estas tinham uma capacidade maior de acumulação.

Nesse contexto, sem condições de pagar pelos aluguéis ainda disponíveis ou de financiar uma moradia, as classes populares consolidaram o padrão periférico de crescimento urbano através de alternativas habitacionais em locais irregulares e autoconstruir suas moradias, resultando nos aglomerados urbanos, favelas e assentamentos precários sem acesso aos serviços públicos, intensificando os problemas urbanos. (BONDUKI, 1994, p.729, apud SANTOS, 2017, p. 47).

Segundo Motta, (2014) a principal marca da política habitacional do período populista foi à criação da Fundação da Casa Popular (FCP), que, apesar dos resultados modestos, foi o primeiro órgão nacional criado para prover residências para a população carente. A FCP foi criada em 1946, durante o Governo Dutra, para funcionar como uma resposta social a um contexto de fortes pressões dos trabalhadores e de crescimento do Partido Comunista. Mesmo tendo recebido diversas funções relacionadas à política urbana em geral, essa fundação se tornou ineficaz, devido ao acúmulo de atribuições, à falta de recursos e de força política, somadas à ausência de respaldo legal; assim, em 1952, o governo federal reduziu as atribuições da FCP, sendo extinta em 1964.

### **1.3.1 A política habitacional durante a Ditadura Militar e a experiência do BNH**



Como dito anteriormente, com a Ditadura Militar, o FCP chegou ao fim, sendo criado, então, o Plano Nacional de Habitação, o primeiro grande plano do governo militar. Para além das ações diretamente relacionadas à habitação, o projeto buscava a dinamização da economia, o desenvolvimento do país (geração de empregos, fortalecimento do setor da construção civil etc.) e, acima de tudo, controlar a população pobre, garantindo a estabilidade social. No que corresponde à concepção de política urbana do golpe militar, o planejamento era a solução para o “caos” urbano e para controlar o crescimento das favelas e ocupações irregulares.

Assim, a partir de 1964, as ações públicas voltadas para as vilas e favelas são sufocadas; os movimentos sociais e as associações são reprimidos, lançados na ilegalidade e impedidos de atuar; os moradores de favelas, bem como suas ocupações e associações passam novamente a ser tratados como problema de polícia.

Bolaffi (1979) possibilita a compreensão no que tange as condições sobre as quais o BNH foi criado. Para o teórico, o problema das moradias foi levado em conta a partir das estratégias de poder do período militar. O autor destaca que diante dos inúmeros problemas sociais vividos naquele momento, além da questão habitacional, como fome, desemprego, transporte, saúde, educação e desigualdade de renda, o Governo Federal elegeu a moradia popular como um problema crucial, fundando um banco de financiamento e subsídio habitacional.

Nesse aspecto, é criado o BNH enquanto um banco de financiamento habitacional por meio do Sistema Financeiro de Habitação. Seus recursos eram arrecadados através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado em 1966 como uma poupança compulsória dos trabalhadores assalariados com carteira registrada e da poupança voluntária do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. A política habitacional regida pelo BNH incentivou a economia, gerando empregos e consolidando o setor da construção civil. Nos vinte e dois anos de funcionamento deste sistema foi financiada a construção de 4,3 milhões de habitações novas, sendo deste total 2,4 milhões de habitações destinadas para a população pobre. (SANTOS, 2017, p. 49).

Para Bolaffi (1979, p. 55), o BNH criou padrões de construção de habitações que não levou em consideração as diferenças regionais, ambientais e culturais dos espaços urbanos brasileiros e gerou também muitos bairros “dormitórios”, graças à construção

de grandes conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, afastados de todas as atividades urbanas e dos serviços públicos, intensificando os problemas urbanos.

Na perspectiva do autor, quem mais lucrou com a política foi, por um lado às classes médias e altas que correspondiam aos critérios de financiamento bancário exigidos pelo sistema, por outro lado, o setor da construção civil que contou com fontes estáveis de financiamento para produzir as moradias. As classes trabalhadoras mais pobres tiveram como saída à autoconstrução de suas moradias em locais precários, muitas vezes clandestinos, irregulares, afastados dos serviços públicos necessários para a reprodução de sua força de trabalho.

A trajetória do SFH e do BNH não foi linear e pode ser dividida em três fases. A primeira, de 1964 a 1969, foi a de implantação e expansão do BNH e das COHABs, com um considerável financiamento de habitações para o “mercado popular”, convergindo com o objetivo do governo de se legitimar junto às massas.

Entre 1970 a 1974, inicia-se a segunda fase, que acabou se consistindo em um esvaziamento e uma crise do SFH, sobretudo devido à perda do dinamismo das COHABs, que se tornavam financeiramente fragilizadas devido à inadimplência causada, principalmente, pela perda do poder de compra do salário mínimo, situação que atingia seus principais mutuários, oriundos das camadas carentes. Isso fez com que os financiamentos passassem a ser destinados às famílias de classe média, uma vez que os juros para essa classe eram maiores e o índice de inadimplência, se comparado com o das classes mais humildes, era inferior.

De 1975 a 1980, inicia-se, então, a terceira fase do SFH, caracterizada pela reestruturação e pelo revigoramento das COHABs, com aumento do número de habitações construídas, a grande maioria destinada à classe média. Diante dessa problemática, os meios encontrados pelas famílias carentes acabaram sendo as favelas e os loteamentos clandestinos de periferias de grandes capitais e nas regiões metropolitanas das cidades.

A solução para o problema habitacional das famílias pobres acabou sendo a autoconstrução, em sua maioria, realizada nos assentamentos precários e irregulares, nas grandes cidades. Autores como Francisco de Oliveira e Ermínia Maricato, discutiram sobre o papel desempenhado pela autoconstrução na consolidação da acumulação capitalista no país. Para Oliveira (2003), a autoconstrução da habitação proletária contribui consideravelmente para o rebaixamento da reprodução da força de trabalho, isto é, dos custos da mão de obra urbana, pelo fato de que os salários não incluíam o

custo real da sobrevivência dos trabalhadores, excluindo o custo da moradia, já que eram feitas através da autoconstrução, realizados em grande escala, geralmente nos finais de semana, e de forma não remunerada. (OLIVEIRA, 2003).

Os efeitos maléficos devido à precariedade das moradias autoconstruídas nas periferias das cidades foram temas do autor Lúcio Kowarick (1979) que discutiu o termo “espoliação urbana” para explicar o processo de exploração socioeconômico que acomete os trabalhadores pobres urbanos. (KOWARICK, 1979). No ano de 1980, a crise econômica interfere negativamente os investimentos do SFH, trazendo como consequência a extinção do BNH em 1986, sendo assim:

Em resposta às críticas, o BNH reajustou o valor das prestações, mas o sistema financeiro de habitação acabou quebrando. Com a redemocratização em 1985, esperava-se que o SFH, o BNH, as Companhias Habitacionais Estaduais – consideradas agentes locais responsáveis pela execução dos projetos e programas habitacionais –, passassem por uma profunda reestruturação em vista da formulação de uma nova política habitacional, mas o BNH acabou sendo extinto em 1986. As atribuições referentes à habitação foram distribuídas entre o então Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, O Conselho Monetário, o Banco Central do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF) (SOUZA, 2005, p.39, apud SANTOS, 2017, p. 50).

Após dois anos do fim do BNH, a partir da queda nos recursos destinados às COHABs, os financiamentos se concentraram ainda mais na classe média. Com o intuito de solucionar essa situação, o Governo Federal lançou, em 1987, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria especial de Ação Comunitária (SEAC), que tinha como meta financiar moradias para sujeitos com renda inferior a três salários mínimos. Mesmo com sua grande importância (comparando ao baixo número de unidades financiadas pelas COHABs), o Programa não atingiu suas metas, pois, além da alta inflação do período, não possuía uma política e uma gestão bem estabelecidas. (MOTTA, 2014).

### **1.3.2 O período de redemocratização: era Lula e o PMCMV**

Durante o período Collor, o programa de moradias que teve maior destaque foi o PAIH-Plano de Ação Imediata para a Habitação, que sugeriu o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, mas não cumpriu suas metas. O governo Itamar criou os

Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população carente, a serem construídas em regime de “ajuda mútua”. No entanto, esses programas tinham uma padronização excessiva e muitos critérios legais, o que impossibilitava muitos municípios de conseguirem os recursos disponibilizados.

No que se refere ao período do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o reconhecimento da importância de se realizar a regularização fundiária, da ampliação da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Todavia, essa ideia não foi concretizada por conta da perspectiva neoliberal do governo e às limitações impostas pelos bancos internacionais, como o FMI (DENALDI, 2003 et al., apud MOTTA, 2014, p. 8).

Para Fernandes (2008), no início dos anos 2000, foi aprovada a Lei Federal 10.257, conhecida como Estatuto das Cidades, que, em linhas gerais, tem como objetivo dar suporte jurídico às estratégias e processos de planejamento urbano. Segundo Motta (2014), o Estatuto reforçou mecanismos para garantia da função social da propriedade e da regularização fundiária, tais como imposto sobre propriedade imobiliária urbana progressiva, desapropriação com títulos da dívida pública, usucapião urbano, concessão especial para fins de moradia, demarcação de zonas especiais de interesse social etc.

A era Lula iniciou trazendo muita expectativa em relação às políticas habitacionais. Composto pelas secretarias de Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos, foi criado o Ministério das Cidades. Também foi aprovada, no ano de 2004, a Política Nacional de Habitação, para ser coordenada pelo novo ministério. A primeira Conferência Nacional das Cidades foi realizada no ano de 2003, com intuito de discutir as bases de atuação da Política Nacional de Habitação, além de propor a criação do Conselho Nacional de Habitação, criado em 2004.

Santos (2017) destaca que a proposta do Fundo Nacional de Habitação sofreu forte oposição da equipe econômica do governo Lula e só foi aprovado em 2005 e instalado em 2006. A mesma lei que aprovou o fundo instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, voltado para administrar a política habitacional para a população de baixa renda nos três níveis de governo, com os recursos do Fundo para subsidiar as ações em nível federal, estadual e municipal. Para aderirem ao SNHIS e acessarem o FNHIS os municípios e os estados teriam que construir os Planos Locais de Habitação de Interesse Social, além da criação dos Fundos Municipais de Habitação e do Conselho Gestor com representação da sociedade civil. (SANTOS, 2017, p. 52).

Entre os anos de 2007 e 2009 foi elaborado, pela Secretaria de Habitação, o Plano Nacional de Habitação, PlanHab, componente central da nova política habitacional que estava sendo construída, com objetivo de planejar as ações públicas e privadas em médio e longo prazo para solucionar as necessidades habitacionais no prazo de quinze anos, prevendo seu monitoramento, avaliação e revisão de quatro em quatro anos.

Nesta ação, vários setores da sociedade se envolveram, levando em consideração as diversidades regionais e características municipais. Já em 2007, em um momento de crescimento econômico no país, o Governo Federal elabora o Plano Nacional de Saneamento Básico e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alocando recursos com a meta de investir em obras de infraestrutura, como energia, rodovias, saneamento básico e habitação, incluindo intervenções de caráter social como a urbanização de assentamentos precários. (ARAGÃO, 2011 et al., apud SANTOS 2017).

O Programa Minha Casa, Minha Vida, sem dúvida, foi o principal projeto voltado para a questão habitacional do país. O programa foi criado em abril 2009, pelo Ministério das Cidades, como mecanismo para estimular a produção da habitação, com o intuito de reduzir o déficit habitacional e manter o crescimento dos setores imobiliários e da construção civil, impulsionando o crescimento da economia, frente aos efeitos da crise capitalista mundial de 2008, tendo como objetivo a construção de um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos.

De acordo com Amore (2015), este programa permite à população, participação direta nas questões burocráticas do financiamento, inclusive no que tange os contratos, que discutam os projetos e ainda acompanhem de perto toda a obra de suas futuras habitações, ou seja, a população passaria a ser protagonista de sua própria história, conforme o autor. Após dois anos de funcionamento -2009 a 2011, cumprida a meta de um milhão de moradias contratadas, a fase dois do programa foi lançada com o intuito de construir mais de dois milhões de unidades habitacionais, com aumento dos custos máximos e com o acréscimo de especificações como a exigência de acessibilidade universal, aumentando, com isso, os critérios de exigências de padrões mínimos de qualidade, e dimensões dos espaços.

De acordo com Amore (2015), na faixa um (Habitação de Interesse Social) de renda, são mobilizados os “dinheiros baratos”, que não exigem retorno, sobre os quais não se aplicam juros, oferecendo um subsídio quase integral para as famílias mais pobres, como por exemplo, renda familiar de até R\$ 1600,00 reais. Lembrando que a

partir de janeiro de 2016, o Programa Minha Casa, Minha Vida, fase três, aumentou esta renda total para R\$ 1, 800,00 por família.

O autor destaca que O PMCMV, ainda inclui investimentos com recursos orçamentários e do FGTS para a produção e reformas de unidades habitacionais rurais no chamado Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), contratados com entidades governamentais e sociais, sindicatos, associações e cooperativas. Neste caso, o que prevalece não são os critérios de corte por renda familiar mensal, mas pela renda anual, que tem a sazonalidade das safras ou produção agropecuária, como fatores determinantes. A prefeitura pode disponibilizar a terra e realizar parcerias com construtoras que apresentem o pacote completo da produção com os melhores custos benefícios, como foi o caso da Prefeitura de Campina Grande que doou o terreno no bairro Três Irmãs para a construção das unidades habitacionais.

O contexto das políticas habitacionais no Brasil recebeu e ainda recebem inúmeras críticas. Para Azevedo e Andrade (1982), os principais programas habitacionais tornaram o problema de moradia (uma obrigação do estado e um direito) numa questão de mercado, transferindo para o setor privado o protagonismo na produção das moradias a serem financiadas. Esse modelo acaba tornando as moradias como verdadeiras mercadorias rentáveis aos seus proponentes, atingindo muito mais a classe média e o empresariado da construção civil.

Essa distorção da política pública habitacional demonstra a contradição do objetivo social da política com o modo empresarial de produção da moradia. Na impossibilidade de conciliação, os interesses dos empresários influenciaram (e até certo ponto determinaram) os investimentos públicos para habitação e o público para o qual eles seriam direcionados, em detrimento da função social da política habitacional. (MOTTA, 2014).

O dever da Caixa Econômica Federal é avaliar os projetos elaborados pelas construtoras e repassar o subsídio para a construção das habitações. Já o dos municípios cabe avaliar, acompanhar a construção das moradias e, após a implantação e realocação das famílias, cabe acompanhar as unidades, principalmente contribuindo no fornecimento de equipamentos urbanos e serviços de consumo coletivo, que em sua maioria, não vem acontecendo na prática.

Já ao Governo do Estado, também cabe efetiva participação no acompanhamento dos empreendimentos, mas a realidade demonstra que este, continua sendo o mais ausente do processo: “Ocorre uma chamada “confusão federativa” em que a União

financia a habitação e os municípios definem e providenciam as possíveis áreas para a construção, ficando os estados sem um papel definido”. (SANTOS 2017, p. 54).

### **1.3.3 Era Temer e as novas regras do PMCMV para 2017**

No início de 2017, o então Presidente Michel Temer apresentou as novas regras do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em seu anúncio, o governo federal, afirma que, com as novas regras, o programa vai garantir maior acesso dos brasileiros a política habitacional, além de se aproximar mais da realidade de mercado.

Nas novas mudanças, para que o beneficiário se enquadre na primeira faixa, a renda total da família precisa ser de até R\$ 2.600 mil. Antes, esse limite era menor, de R\$ 2.350 mil. No que se refere à renda das famílias da faixa dois passou de R\$ 3,6 mil para R\$ 4 mil; enquanto da faixa três saiu de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil. Com o reajuste das faixas de renda e também do limite de financiamento, um número maior de moradias também poderá ser custeado. O programa também ganhou novas regras para contratações da Faixa um, que atende famílias com renda de até R\$ 1,8 mil.

A partir de agora, a modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) chegará aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Em relação às prioridades, as famílias com crianças nascidas com microcefalia foram dispensadas do sorteio para serem incluídas no projeto e ganharam prioridade máxima. Em relação às outras prioridades, não houve mudanças. As famílias residentes em áreas de risco ou insalubres que tenham sido desabrigadas, a partir de documento público que comprove, além de mulheres responsáveis pela unidade familiar e pessoas com deficiência, terão prioridade. (PORTAL BRASIL, 2017).

Nas novas regras, a renda máxima das famílias foi reajustada nas faixas 1,5 e 2. Na faixa 1.5, o teto da renda mensal passa de R\$ 2.350 para R\$ 2.600; na faixa dois, de R\$ 3.600 para R\$ 4.000. Os reajustes foram feitos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que foi de 7,69% entre outubro de 2015 e dezembro de 2016.

Outra mudança anunciada foi o aumento do teto do valor dos imóveis, feito com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC), que foi de 6,67% entre outubro de 2015 e dezembro de 2016. Nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, o valor máximo de financiamento passou de R\$ 225 mil para R\$ 240 mil. Nessas capitais, para

famílias com renda mensal acima de R\$ 7.000, o teto será de R\$ 300 mil. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).

Das 610 mil unidades habitacionais que serão contratadas em 2017, 170 mil serão destinadas à faixa um do programa, 60 mil à faixa 1,5 e 380 mil às faixas dois e três. Na faixa um, que atende a famílias com rendimento mensal de até R\$ 1.800, as habitações são subsidiadas em até 90% e apenas 10% do valor do imóvel é pago pelos beneficiários. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).

Dos trabalhos que analisam a política, este estudo buscar dialogar com o livro “Minha Casa e a Cidade?” do Observatório das metrópoles, organizado por Amore, Shimbo e Rufino, que faz uma avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Discutindo diretrizes para esta política, os autores atentam para as possíveis consequências negativas dadas a ruptura causada na vida dos moradores, apontando para o risco de implantação dos empreendimentos em locais distantes onde o acesso aos bens de consumo coletivo poderia ser dificultado.

Ainda no que se refere a literaturas sobre política habitacional, este trabalho busca articular-se ao trabalho de dissertação de mestrado de Viviane Vidal dos Santos, (2017), intitulado “Viver em condomínios verticais do Programa Minha Casa, Minha Vida na periferia de Curitiba-PR: pós-ocupação, trajetórias e sociabilidade”, que traz uma experiência de realocação e a faz uma avaliação da política habitacional na cidade de Curitiba, capital Paranaense, através da perspectiva da sociologia do cotidiano.

A pesquisa de campo revelou, através das próprias narrativas, que o fato dos moradores receberem apartamentos ao invés de casas, o desconhecimento das dinâmicas de morar em um condomínio fechado com determinadas regras, desavenças e conflitos entre vizinhos, desemprego, distância dos empreendimentos dos principais pontos da cidade, abandono ou venda irregular dos apartamentos, retorno às antigas moradias e a áreas de risco, contribuem para o desgosto e frustrações dos moradores. As problemáticas citadas acima apontam para a confirmação de que uma quantidade de problemas socioespaciais aos arredores do condomínio são problemas presentes na vida cotidiana dessas pessoas.



## **CAPÍTULO 2**

### **MOVIMENTOS SOCIAIS, FORMAÇÃO DO MLB/CAMPINA GRANDE E DA “OCUPAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES”**

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB – Campina Grande, foi o responsável por formar a “Ocupação Margarida Maria Alves”, estando à frente das principais lutas por moradia na cidade, tendo como objetivo principal chamar a atenção dos agentes públicos para a questão da reforma urbana, do direito à cidade e de morar dignamente. Inicialmente, a ocupação, então formada pelo movimento, solicitou a Prefeitura da cidade uma ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, para que pudesse permanecer no mesmo espaço em que os barracos já estavam erguidos, no bairro do Dinamérica, conforme observa-se na imagem abaixo:

Imagem 1- Barracos da “Ocupação Margarida Maria Alves” e da “Favela do Papelão”



Fonte: acervo do MLB.

Entretanto, o poder público negou esse direito, alegando que havia um “dono” daquele espaço. Com o direito à ZEIS negado, nesse momento, uma série de questões começa a se desdobrar, até chegar à contraproposta da realocação para as unidades do PMCMV, não só para famílias da ocupação organizada pelo MLB, como também para os sujeitos da “Favela do Papelão”.

## **2.1 Os movimentos sociais em um aspecto geral/ histórico do MLB no Brasil**

Inicialmente é preciso discutir os movimentos sociais. Para Gohn (2008), podemos entender como movimentos sociais aquelas ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Segundo a autora, na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Nesse contexto:

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A

experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos” (GOHN, 2011, p. 336).

Para Gohn, (2011, p. 336) os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Segundo a autora, é atuando em redes que se constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão que lutam pela inclusão social. Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. Nesse sentido, a autora pontua algumas características dos movimentos sociais:

O que caracteriza um movimento social? Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, tem opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. (GOHN, 2011, p. 336).

Segundo a autora, a retomada do movimento popular urbano de bairros, ou movimento comunitário se deu especialmente no México e na Argentina. Todos esses movimentos têm surgido na cena pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas. De acordo com Gohn, (2011, p. 336), movimentos que estavam na sombra e tratados como insurgentes emergem com força organizatória, como os Piqueteiros na Argentina, Cocaleiros na Bolívia e Peru e Zapatistas no México. Outros, ainda, articulam-se em redes compostas de movimentos sociais globais ou transnacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e a Via Campesina, além da Coordenadora Latino americana de Organizaciones del Campo (CLOC), como destaca a autora.

No Brasil, em meados de 1970 e parte dos anos 1980, Gohn esclarece que tiveram destaque os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, em destaque os movimentos de cunho cristão, inspirados pela teologia da libertação. Nesse contexto:

No fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, o cenário sociopolítico transformou-se de maneira radical. Inicialmente, houve declínio das manifestações de rua, que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise, porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal: os regimes militares. Em realidade, as causas da desmobilização são várias. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. A criação de uma Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante nos anos 1990, no plano organizativo; estruturou vários movimentos populares em nível nacional, tal como a luta pela moradia, assim como buscou uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares. (GOHN, 2011, p.342).

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) se apresenta em seu site oficial como um movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente. No site, o MLB se descreve como um movimento formado por várias famílias sem-teto de todo o país vítimas da especulação fundiária e imobiliária.

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) está em seu nono ano de existência. Durante esse tempo consolidou-se como um dos principais movimentos de massas na luta pela reforma urbana no Brasil, organizando o povo pobre que vive nas cidades brasileiras para defender seus direitos e lutar por um país sem desemprego e fome, um país socialista. Como resultado das lutas desenvolvidas pelo Movimento, o MLB já está organizado em 13 estados brasileiros, é filiado ao Fórum Nacional de Reforma Urbana e uma das principais forças que compõem a Central de Movimentos Populares (MBL, 2008).

Em seu site (2016), o MLB destaca que a reforma urbana é uma ferramenta que faz parte da luta maior da classe trabalhadora para construir uma sociedade diferente, com igualdade, dignidade e direitos para todos: a sociedade socialista. Este movimento social de luta por moradia apresenta-se como o motor principal da luta pela reforma urbana, pois através dela é possível conseguir mobilizar milhares de pessoas, pressionar o poder público e chamar a atenção para a problemática enfrentada pelo povo pobre nas grandes cidades. Nesse contexto, tem importância fundamental a organização e realização das ocupações. O MLB acredita que a ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo. “Ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista. Logo, enquanto morar dignamente for um privilégio, ocupar é um dever” (MLB, 2016).

Movimentos sociais, como o MLB, organizados para a melhoria qualitativa e quantitativa das políticas habitacionais, são ferramentas de extrema importância na luta pelas mudanças nas políticas públicas em habitação social. Segundo Lima, podemos citar a aprovação do Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a criação do Conselho de Habitação de Interesse Social, o Conselho das Cidades e a Medida Provisória número 459 que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a Regularização Fundiária, embora este último não tenha passado por discussões nas instâncias de gestão democrática.

## **2.2 Urbanização e periferização de Campina Grande - PB**

Queiroz (2016, p. 39), destaca que a origem de Campina Grande<sup>11</sup> remonta ao século XVII, inicialmente como aldeia, e como vila, no século XVIII. Esse processo de formação local se deve a dois movimentos, segundo a autora, o estabelecimento de fazendas de gado na região e a constituição de entroncamento utilizado pelos tropeiros. De acordo com Maia et al. (2013, p. 38, apud, QUEIROZ, 2016, p. 39),

---

<sup>11</sup> Campina Grande, segunda cidade na hierarquia urbana da Paraíba, situada no planalto da Borborema, em uma altitude de 555 metros e com 367.278 habitantes (Censo Demográfico, IBGE, 2010, apud MAIA, 2014, p. 14).

No período quando os fluxos comerciais eram realizados com tropas de burros, a localização geográfica privilegiada da Vila Nova da Rainha, antigo nome de Campina Grande, era de fundamental importância (ponto *optimun*) para os viajantes, por oferecer um descanso físico exigido para o transcurso entre as cidades do Sertão e do Litoral Oriental. Campina Grande estabeleceu-se, originalmente, como um ponto modal para o conjunto de fluxos que, por um lado, abasteciam o Sertão e, ao mesmo tempo, permitiam a saída dos produtos produzidos no interior, com destino ao litoral. A gênese da cidade foi, portanto, produto da ampliação das atividades e do domínio europeu na América, elemento que atribui sentido global às funções que o espaço local desempenhou em sua fundação. Por conseguinte, uma vila foi construída a partir da atividade comercial agrícola, do incremento do entreposto comercial favorecido pela situação geográfica, do cruzamento de caminhos de tropeiros que interligavam as regiões do Seridó, do Brejo e do Cariri paraibanos.

Diante do exposto, percebe-se que a cidade de Campina Grande-PB surgiu no século XVIII, do entroncamento de caminhos que ligavam o litoral ao sertão, em local onde os antigos tropeiros faziam pouso. Sua origem, além de seus primeiros impulsos de expansão, deve-se à comercialização de mercadorias vindas das duas regiões. (MAIA, 2014, p. 14). No entanto, foi no século XX que, em decorrência da cultura algodoeira que Campina Grande viveu o período de maior incremento urbano, pois recebia grande parte do algodão produzido na Paraíba, o qual, após passar pelos primeiros beneficiamentos, era, então, exportado.

Segundo Maia (2014), os anos de 1930 e 1940 representam o apogeu da cidade que, além de passar por uma grande reforma urbanística, recebeu vários equipamentos modernos. Após esse momento, a dinâmica econômica da cidade é determinada pelo declínio da cultura algodoeira. Já para Queiroz (2016, p. 43), entre as décadas de 50 e 60, Campina Grande passou por um reordenamento de seu espaço urbano, como por exemplo, a implantação de dois distritos industriais - extensores de sua mancha urbana - localizados no eixo sudoeste, ao lado do eixo rodoviário da BR-104, e a noroeste da cidade, ao lado do eixo rodoviário da BR-230.

A economia industrial da cidade estava então associada ao mercado nacional. Ainda na década de 50, outro fato importante deu impulso à dinâmica urbana da cidade - a criação da Escola Politécnica da Paraíba, atualmente, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, fundada em 1952, inicialmente com o curso de Engenharia Civil, que recebeu diversos engenheiros e técnicos para a cidade. A política urbana estabelecida na década 50 acompanhou o objetivo nacional de crescimento econômico. Isso quer dizer que durante o processo de industrialização do Brasil os recursos destinados às ações

estabelecidas não o eram para o embelezamento da cidade, mas para criar espaços favoráveis à instalação de novas indústrias. (QUEIROZ, 2016, p. 43).

Para Queiros (2016), no período de 1950 o processo de industrialização no país foi acompanhado pelo aumento da urbanização no Brasil. Esse crescimento ocorreu principalmente a partir do aumento do êxodo rural, em que pessoas migravam do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, de acordo o molde capitalista, que reproduzia nas cidades brasileiras o modelo das cidades Europeias em busca de atrair investimentos. Desta forma, Campina Grande sofreu forte influência desse processo, originário de sua expansão como cidade.

Na década de 60, na tentativa de fomentar o seu desenvolvimento através de política federal voltada para as regiões brasileiras consideradas frágeis financeiramente, criaram-se distritos industriais para sediar empresas multinacionais. Tal iniciativa, porém, não conseguiu garantir o desenvolvimento da atividade industrial nem possibilitou o crescimento econômico desejado.

O processo de urbanização de Campina Grande se intensifica na década de 60, no momento em que ocorre a expansão urbana promovida pela intervenção do estado brasileiro (governo militar), com a produção de moradias através da construção acentuada de conjuntos habitacionais. “Essas novas áreas residenciais não foram edificadas contíguas à malha urbana, produzindo, assim, grandes vazios urbanos, ou seja, as cidades espraiadas, traduzidas por Milton Santos (1993), ou a descontinuidade territorial, expressa por Sposito (2007)”. (MAIA 2014, p. 100).

Maia (2014, p.100), destaca que é nesse contexto que ocorre a expansão de Campina Grande na década de 60, tendo essas características intensificadas nas décadas de 70 e 80, data que coincide com a criação do Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) nesta cidade. Esta implementação repercutiu bastante no país, uma vez que a cidade passou a receber um grande contingente de pessoas qualificadas e preparadas para impulsionar o comércio, a demanda por serviços e o setor imobiliário, assim,

O crescimento populacional da cidade deveu-se principalmente à forte migração campo-cidade, impulsionada pelas alterações das relações de trabalho no campo, primeiramente no cultivo da cana-de-açúcar, seguido depois por outras lavouras e também pela pecuária, atividades que resultam na expulsão do homem do campo. Na cidade de Campina Grande, destaca-se a construção, em 1980, do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio (político local), posteriormente chamado de Malvinas pela população. Construído pela Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba (CEHAP), equivalente à

COHAB de outros estados, a exemplo de todos os outros conjuntos erguidos no período 1960-1980, foi instalado bastante distante do centro e da área efetivamente urbanizada, criando um longo vazio, ou uma grande mancha urbana descontínua, na porção oeste da malha urbana. O Conjunto Malvinas foi o primeiro grande empreendimento habitacional popular construído pelo estado em Campina Grande. Atualmente, corresponde a um bairro da cidade e é composto por habitações que foram sendo construídas no seu entorno, constituindo subdivisões: Dinamérica, Novo Cruzeiro, Conjunto Habitacional Mariz, Conjunto Habitacional Humberto Lucena, Cinza, Conjunto Habitacional Rocha Cavalcanti, Conjunto Habitacional Ana Amélia, Conjunto Habitacional Raimundo Asfora, Conjunto Habitacional Bárbara, Conjunto Habitacional Grande Campina e Conjunto Habitacional Alto das Malvinas, abrigando cerca de 80.000 habitantes. (MAIA, 2014, p.100).

Diante desse contexto, percebemos que a cidade de Campina Grande seguiu um ritmo acelerado de crescimento populacional entre as décadas de 70 e 80, principalmente por conta da migração campo-cidade, bem como da mobilidade da população que veio das cidades hierarquicamente inferiores da rede urbana paraibana. Este processo de crescimento populacional incentivou a formação de favelas e a expansão espalhada das cidades, tendo como consequência uma periferização espacialmente demarcada pela produção de moradias precárias em infraestrutura, como as favelas, além da construção de moradias populares nos espaços considerados afastados e deslocados do tecido urbano ou de áreas efetivamente urbanizadas. (MAIA, 2014, p. 102). Nesse contexto,

Tal expansão “empurrou” a população mais pobre para áreas mais distantes, o que aguça a segregação e a injustiça social, pois como bem já destacou Rodrigues (1989), é exatamente a população de menor poder aquisitivo que vai arcar com custos maiores de transporte. Esse processo, que tanto marcou a urbanização de décadas passadas, não foi interrompido e permanece, de forma bastante intensa, por meio da construção de novos conjuntos habitacionais, do aquecimento do mercado imobiliário que promove a construção de condomínios residenciais fechados em áreas distantes e separadas da cidade (tanto física como socialmente), bem como da produção de habitações para a população de menor renda e também das que são consideradas de interesse social, ou seja, aquelas construídas para realocar moradores de favelas. (MAIA, 2014, p. 102).

Diante do exposto, pode-se compreender que as favelas são produzidas através da ação individual em que as famílias vão aos poucos construindo suas moradias em espaços que podem ser públicos ou privados mediante a ocupação irregular de terras, como foi o caso da “Favela do Papelão” do bairro do Dinamérica. Já as ocupações, por



sua vez, geralmente ocorrem a partir de uma decisão coletiva, na qual a ação é planejada de forma conjunta, e também envolvem tanto áreas públicas quanto privadas, a exemplo da “Ocupação Margarida Maria Alves”, organizada pelo MBL, e também instalada no espaço do bairro do Dinamérica. Tanto as favelas, quanto as ocupações se caracterizam pela não propriedade da terra, pela irregularidade fundiária e, posteriormente, pela autoconstrução de residências.

Durante o período de 1970 ao início da década de 1980, a Cidade de Campina Grande – PB apresentou um aumento significativo no número de favelas, passando de três para dezessete. De acordo com Melo, “verificou-se um acelerado processo de favelamento com a consequência de cinco anos de seca na região Nordeste (inclusive pela intensificação do êxodo rural) e do processo de proletarização de vastas camadas da população, fruto de grave crise econômica, social e política”. (MELO 1986, p. 31).

Conforme o autor, o crescimento populacional, a pobreza e o êxodo rural trouxeram como consequência o aparecimento de favelas na cidade. “Na atualidade, a situação habitacional em Campina Grande, segundo o IBGE, não difere muito da analisada nos anos 1980. Com o passar dos anos, a condição da moradia ficou ainda mais precária, já que a cidade apresentou, em 2000, o número de 27 aglomerados subnormais” (LIMA, 2010).

Segundo o Censo do IBGE de 2010, a Cidade de Campina Grande, com pouco mais de 400 mil habitantes, possui 41 favelas que abrigam aproximadamente 30 mil pessoas. Essas comunidades estão distribuídas em aterros sanitários, ferrovias, rodovias entre outras áreas carentes do município. De acordo com o estudo realizado pela Rede Cidades Médias (Recime):

A estrutura urbana de Campina Grande se divide em centro-periferia, com três zonas (eixos) de alta e média renda, que se irradiam a partir do Centro da cidade, contribuindo para a sua expansão: o primeiro vai da direção leste até o centro e abrange os bairros da Prata e Bela Vista, que possuem uma boa infraestrutura; o segundo rumo em direção à Zona Sul, no bairro do Catolé, onde se constata uma crescente valorização imobiliária que ganhou impulso após a construção do “Partage Shopping”, área tida como estratégica, pois além de ser a entrada para as pessoas que vêm do litoral, possui boa infraestrutura e fica próxima ao centro da cidade; e o terceiro eixo de expansão se localiza mais a noroeste, área que passa por um processo de especulação imobiliária forte, principalmente em relação aos bairros do Alto Branco, Nações e Jardim Tavares. Nessas localidades estão surgindo grandes investimentos, a exemplo dos condomínios fechados horizontais. Isso ocorre porque essas áreas possuem grandes vazios urbanos, mas também por serem via de acesso ao Centro e ponto

estratégico de saída para as cidades do Brejo paraibano. (MAIA et al., 2013, apud QUEIROZ, 2016, p. 47).

De acordo com Queiroz (2016, p. 49), a cidade de Campina Grande, que possui Plano Diretor, realizou uma revisão deste em 2006. Esse documento sugere a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), classificadas em dois grupos: o primeiro relativo a áreas públicas ou particulares, ocupadas por assentamentos carentes de população de baixa renda; e o segundo, a áreas onde não há subutilização ou utilização do solo urbano, nas quais o Estado deve efetivamente atuar para promover a regularização fundiária mediante a construção de equipamentos públicos ou de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda. Assim, Maia (2013, p. 164-165, apud QUEIROZ, 2016, p. 49), analisa que:

As linhas anteriores revelam como vem se dando a produção da moradia em Campina Grande, cidade que até o final do século XX mantinha forte concentração da ocupação nos bairros próximos ao Centro. Devido aos programas de financiamento, porém, já nos anos 1980 expande-se e constitui área periférica caracterizada pela moradia popular. Nesse mesmo período, a falta de moradia e o problema de acesso a terra tornam-se evidentes, com o surgimento de um maior número de ocupações irregulares. Desde os anos 1990, inicia-se um processo de expansão do tecido urbano, impulsionado pela instalação do Shopping Center na via, que também é a BR-230, a principal artéria de ligação com a capital do Estado. Posteriormente, novos empreendimentos, com outras estruturas, são instalados na cidade: de um lado, visando à remoção de favelas, os conjuntos habitacionais e de outro, os condomínios horizontais e verticais destinados à população de alta e média renda, que vai se afastando do Centro e se dirigindo à área leste.

Diante do exposto, Maia (2013), revela que se produzem espaços diferenciados e desigualmente habitados na cidade, isto é, uma cidade periférica. Para o autor, periferias distintas e espaços segregados, apartados por muros ou pela exclusão social que vão determinar a fragmentação da cidade.

### **2.3 Construção do MLB/Campina Grande – PB**

O primeiro morador entrevistado, que ajudou na construção deste trabalho, foi o Assistente Administrativo Márcio Douglas, de 35 anos. Nascido na cidade de Patos – PB, filho de agricultores, veio para Campina Grande com o sonho de iniciar um curso superior, e teve na casa de sua irmã, no bairro da Prata, desta cidade, sua morada,

durante boa parte da graduação. Márcio Douglas descreve um pouco de sua trajetória de vida, destacando que durante sua graduação em Matemática pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, foi presidente do Centro Acadêmico do Curso, e presidente do Diretório Central dos Estudantes– DCE, nesse contexto, o entrevistado nº 1, Márcio Douglas, narra:

Sempre fui envolvido com militância, desde os tempos de escola, assim que cheguei à UFCG me envolvi com o DCE, com o CA do curso de Matemática, com tudo que podia. A militância sempre foi muito viva em mim. Assim que tive conhecimento sobre o MLB, tratei de me integrar ao grupo, rapidamente me tornei coordenador do movimento de luta por moradia na cidade. (Márcio Douglas, entrevista concedida em abril de 2016).

Sabemos que o Movimento Luta nos Bairros Vilas e Favelas – MLB é um movimento social de cunho nacional, no entanto, segundo Douglas, somente em 2012 o movimento chegou à Campina Grande - PB. Em abril de 2012, Wilson Alves e Camila Marques, da coordenação nacional do MLB, participaram de uma reunião do Conselho Municipal da Cidade, realizado no Instituto de Previdência do Servidor Público Municipal - IPSEN. Neste encontro, os coordenadores do MLB fizeram alguns contatos com outros participantes, onde foram informados de uma reunião do movimento estudantil da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, em que seria discutida a provável greve dos professores naquele ano.

Esses, por sua vez, acreditaram que seria de extrema importância participar desta reunião para aproveitar o momento e apresentar o MLB aos estudantes da UFCG. Douglas narra que foi despertado imediatamente pelo movimento de lutas por moradia, trocando rapidamente números de telefone com os coordenadores do MLB. Este, por sua vez, afirma que o fato de haver na cidade de Campina Grande-PB, naquele ano de 2012, um déficit habitacional de cerca de 10 mil moradias, foi fator decisivo para sua inserção no movimento.

Ainda no ano de 2012, organizado pela Coordenadoria da Companhia de Habitação Popular - CEHAP, e pela coordenação nacional do MLB, foi sediado o Encontro Norte e Nordeste pelo Direito à Cidade, no auditório da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, polo sede. De acordo com o zelador Jobson Silva, 33 anos, que também participou do MLB e morou na “Ocupação Margarida Maria Alves” e hoje reside no Condomínio Major Veneziano, o evento ofereceu três dias de formação política, onde foram discutidas pautas referentes à questão urbana, o direito à cidade e a

luta pela moradia. Outra oportunidade de formação política que o movimento de moradia desta cidade teve aconteceu na Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP, no início de 2013.

Segundo narrativas, após intensos encontros de formação política e diversas reuniões, o MLB – Campina Grande iniciou seus trabalhos. A primeira atividade do movimento foi listar alguns bairros da cidade, que consideravam com alto índice de precariedade e que mereciam atenção, para iniciar as mobilizações com as famílias.

O MLB formou alguns núcleos para que fossem realizadas reuniões semanais e mensais. Esses núcleos eram, na verdade, terraços, garagens e até as salas das casas de integrantes do movimento. Inicialmente foram criados núcleos no bairro das Três Irmãs, Catingueira, Bairro das Cidades e Palmeira, porém, em praticamente todas as áreas carentes da cidade o grupo possuía contato, principalmente com as lideranças de associações de moradores desses bairros.

Segundo Márcio Douglas, nas reuniões era discutido o quanto o aluguel, a terra, e materiais de construção são caros no Brasil, além da questão fundiária, mobilidade urbana, desigualdade social e, principalmente, a proposta de ocupar um terreno sem função social na cidade, que fosse de propriedade da prefeitura municipal ou governo do estado. Nesse contexto o entrevistado Márcio Douglas, coordenador do MLB, evidencia:

As reuniões costumavam lotar, uma vez contabilizamos 400 famílias, porém, nem todo mundo entendia que éramos de um movimento de lutas, a maioria vinha até as reuniões pra pedir uma casa própria, como se isso fosse fácil, nós sempre deixávamos claro a luta do MLB, a partir daí orientávamos as famílias a se cadastrarem nos órgãos responsáveis pelas Habitações de Interesse Social, como por exemplo, a CEHAP e a SEPLAN. (Márcio Douglas, entrevista concedida em abril de 2016).

Já formada, a Ocupação organizada pelo movimento social ganhou o nome de “Ocupação Margarida Maria Alves”, nome que faz alusão a uma paraibana de Alagoa Grande, sindicalista e defensora dos direitos humanos, considerada a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas no Estado da Paraíba, que durante a Ditadura Militar, foi assassinada por um matador de aluguel a mando dos poderosos daquela época. Conforme o entrevistado Sebastião Nunes, “A gente queria um nome marcante, e assim como a “grande” Margarida Maria Alves, também lutávamos pelos direitos das minorias. Segue imagem dos integrantes do MLB durante uma manifestação em Campina Grande - PB:

Imagem 2- Formação do MLB Campina Grande



Fonte: acervo do MLB

Nas rodas de debates formadas constantemente na ocupação, a própria realidade das famílias era levada em consideração, principalmente, fazendo uma ponte entre as discussões referentes ao direito à moradia e ao déficit habitacional no país, contextualizando o próprio cotidiano do qual essas pessoas estavam inseridas, despertando o senso crítico dos alunos e ampliando suas visões de mundo.

Na escola construída na ocupação, discutiam-se temas como desigualdade social, capitalismo, solidariedade e direitos humanos, além de realizar atividades culturais como oficinas de artesanato, teatro, dança, música e capoeira. Aulas de matemática e português também eram trabalhadas, além da própria alfabetização para aqueles que ainda não sabiam ler nem escrever. Tudo era realizado por educadores e educadoras voluntárias, que a convite de Márcio Douglas e de outras lideranças do MLB, disponibilizaram-se a levar diversas atividades para as famílias.

#### **2.4 Adesão das famílias à ocupação e as regras de convivência**

Rosilene Ferreira, 46 anos, desempregada, ex-moradora da “Ocupação Margarida Maria Alves” e integrante do movimento, destaca que o primeiro contato com o MLB se deu, inicialmente, por conta de uma lista que chegou até o bairro do Cinza, pelas mãos

dos presidentes da associação de moradores do bairro, solicitando a assinatura dos interessados em participar de uma reunião com o movimento social para que os mesmos apresentassem as propostas de ocupar um terreno da cidade, em busca de chamar atenção do poder público para a questão da moradia.

Rosilene Ferreira acrescenta que não sabia nada sobre o movimento, porém, ela e cerca de 30 pessoas de sua família assinaram a lista por curiosidade, e também porque no fundo sempre teve o sonho de possuir uma casa própria. Segundo Rosilene, essas 30 pessoas de sua família, que antes moravam entre os bairros das Malvinas, Cinza, Catingueira e Presidente Médici também aderiram ao MLB e participaram da “Ocupação Margarida Maria Alves”, assim, nas palavras da entrevistada Rosilene Ferreira:

Nenhum da gente tinha casa, meu pai nem aposentado era na época, minha irmã é deficiente, a outra estava grávida, um mói de sobrinho danado, quase todo mundo desempregado e morando ou de aluguel ou nos fundos da casa da sogra, esse motivo nos levou a se juntar ao MLB, pois sempre acreditamos que nosso sonho de ter nosso lar pudesse ser realizado, foi aí que eu e minha família embarcamos nessa, e outra, não nos arrependemos, temos maior orgulho do mundo de dizer pra todo mundo que conquistamos a moradia através de lutas. (Rosilene Ferreira, entrevista concedida em abril de 2016).

Através dessas narrativas, verificou-se que Rosilene Ferreira e mais de 30 pessoas de sua família aderiram ao movimento com o objetivo em comum: conquistar o sonho da casa própria. Essas pessoas eram o esposo de Rosilene, duas filhas, seu pai, sua madrasta, sete irmãos, sete sobrinhos, seis cunhados e quatro primos. A partir das informações repassadas pela mesma, compreendemos que a possibilidade de estarem todos juntos foi fator preponderante para a tomada de decisão da Família Ferreira de ocupar o terreno do Dinamérica. Esse laço familiar serviu como uma ponte de apoio e segurança para que todos pudessem encarar o desafio de morar em uma ocupação formada por habitações construídas com materiais recicláveis, em que a maioria da vizinhança nunca havia se visto na vida. Além da família de Rosilene, mais 170 pessoas de variados bairros da cidade fizeram parte do movimento e da ocupação.

Através dos relatos de Rosilene Ferreira e de sua família, tudo o que aprenderam durante as discussões políticas do MLB e durante as aulas da escola comunitária construída na ocupação, foi uma verdadeira “revolução” em suas vidas, dando-lhes oportunidade de voltarem a estudar e voltar a sonhar com um futuro melhor. As famílias

que decidiram aderir à “Ocupação Margarida Maria Alves”<sup>12</sup> tiveram que seguir algumas regras estipuladas pelo MLB. O primeiro critério para participar da ocupação seria se integrar ao movimento de lutas por moradias (MLB). A pesquisa de campo revelou, através das falas das famílias, que para se integrar ao movimento precisariam seguir e respeitar determinadas regras. O primeiro passo seria preencher uma ficha concordando com alguns critérios estabelecidos para poder participar do movimento e da ocupação, conforme observa-se no quadro 1:

Quadro 1 – Regras sociais para adesão ao movimento e à ocupação

Participar das reuniões semanais do MLB	Participar dois dias por semana do mutirão de limpeza
Participar dois dias por semana das tarefas da cozinha comunitária	Participar dois dias por semana da comissão de segurança
Não ligar som alto dentro da ocupação	Não beber dentro da ocupação
Não usar drogas na ocupação; não trazer drogas para a ocupação.	Evitar sair ou chegar de madrugada na ocupação (se for o caso, comunicar a comissão de segurança).
Participar dos cursos de formação promovidos pela coordenação do MLB	Respeitar uns aos outros, sendo proibido qualquer tipo de confusão entre os moradores da ocupação; obedecer às orientações da coordenação da ocupação.

Além das regras estabelecidas no quadro, os moradores da ocupação possuíam algumas atividades como a produção de produtos artesanais para vender, com a participação coletiva na confecção e na venda, bem como no momento em dividir os lucros. A cooperação, a democracia, a solidariedade, e a justiça social, também eram conceitos fundamentais para a boa convivência entre as famílias, segundo as próprias falas dos sujeitos.

Todas as famílias integradas ao movimento passaram por uma espécie de avaliação durante aproximadamente três meses. Segundo informações, os que

<sup>12</sup>É importante destacar que no período em que fui ao campo de pesquisa, o MLB já havia sido desfeito.

transgredissem as regras citadas acima seriam chamados para uma conversa com os coordenadores, sob pena de serem afastados do movimento e da ocupação, segundo a moradora, Danielly Ferreira, secretária, 24 anos: “Tudo era na base do diálogo, tinha uns cara lá que já havia sido preso, e de vez em quando vinha com brabeza e querendo fazer as coisas erradas, a gente chamava e conversávamos pacificamente, então eles pediam desculpa e tudo ficava bem A gente se entendia”.

Para Bodart (2015) para entendemos o que significam as regras sociais é fundamental compreendermos que se trata de um fenômeno social que só é possível existir se todos os indivíduos de determinado grupo estiverem em comum acordo, por isso o adjetivo “social”. O segundo passo é compreender que sem elas seria praticamente impossível à vida em sociedade. Dessa forma, algumas regras foram postas nos corredores do Condomínio Major Veneziano, conforme imagem 3:

Imagem 3- Regras expostas nos corredores do Major Veneziano



Fonte: acervo da autora

Ao nascermos muitas dessas regras já estão postas na sociedade e outras são construídas diariamente. Marcio Douglas nos esclarece que o fato de adotar essas regras foi um meio de estabelecer e aperfeiçoar a convivência entre as famílias. Em sua abordagem sobre normas sociais, Bodart (2015), afirma que para Emile Durkheim, a



sociedade só existe devido às regras sociais que padronizam, de certa forma, as condutas dos indivíduos, estando a serviço da ordem e do bem comum.

Para o autor, Karl Marx acredita que as normas sociais são criadas por aqueles que tem poder, com o objetivo de manter o status quo, em outros termos, as desigualdades sociais entre os dominados e dominantes, enquanto que Max Weber, segundo Bodart, acredita que as normas sociais são fruto das ações e intencionalidade dos indivíduos. Nesse contexto, compreendemos que essas regras sociais agiam como uma espécie de controle social sobre os indivíduos que iam se integrando ao movimento, a fim de manter a ordem e a coesão grupal, na tentativa de continuar na luta pelo objetivo principal: a casa própria.

## **2.5 A relação entre “Ocupação Margarida Maria Alves” e “Favela do Papelão”: O processo de produção de estigmas**

Quando a “Ocupação Margarida Maria Alves”, organizada pelo MLB, se instalou no espaço do bairro Dinamérica, a “Favela do Papelão” ali já estava há mais de doze anos, e já era bastante conhecida na cidade. De acordo com narrativas dos integrantes do MLB, antes da ocupação se mudar para o terreno, alguns integrantes foram até a “Favela do Papelão” já inserida naquele espaço há alguns anos, na tentativa de estabelecer algum diálogo com as famílias, a fim inseri-las ao movimento.

No entanto, segundo relatos, se deram conta da complexidade que seria dialogar com essa população, principalmente pela resistência e dispersão das famílias, conforme o ajudante de pedreiro de 35 anos, Jobson Silva:

O pessoal do papelão era muito disperso, insistimos bastante, mas o pessoal do tráfico pediu para não entrarmos lá, pois as famílias já tinham tudo que precisavam pra viver, disseram que se a gente entrasse lá iríamos atrapalhar a principal fonte de renda deles que era o tráfico de drogas; foram firmes, compreendemos e nos retiramos. (Jobson Silva, entrevista concedida em abril de 2016).

Nesse contexto, é importante destacar que o entrevistado acima, não teve contato, nesse momento, com todos os moradores da “Favela do Papelão”. Quando o mesmo se refere a algumas pessoas com quem falou inicialmente, a fim de recrutá-las para o MLB, em que afirma que os mesmos usavam e vendiam drogas, e não queriam o

MLB por ali, não quer dizer que todas aquelas famílias comercializavam drogas. Através de dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento da cidade – SEPLAN, a maioria das famílias da “Favela do Papelão” exercia atividades remuneradas como a coleta de material reciclável nas proximidades do Bairro do Dinamérica; trabalho doméstico que a maioria das mulheres realizava nas casas de famílias da região; e outra boa parcela sobrevivia dos recursos provenientes do Programa Bolsa Família.

Inicialmente duzentas famílias do MLB ocuparam o terreno do Dinamérica na madrugada do dia 30 de novembro de 2012, entretanto, desacreditadas de conseguir suas moradias, diante do descaso do poder público em dialogar com o movimento, cem famílias acabaram saindo da ocupação e voltando para as antigas moradias, restando apenas cem. Segundo narrativas, logo no primeiro dia que a ocupação chegou ao espaço, alguns integrantes da “Ocupação Margarida Maria Alves” foram até os antigos moradores do terreno, avisar sobre sua chegada, conforme Douglas,

Nesse momento quem nos recebeu foi uma senhora que aparentava ter uns noventa anos, ela parecia ser a pessoa mais respeitada da área, a mais antiga também. O nome dela era Dona Creuza, ela foi a primeira pessoa a morar no “Papelão”, falamos pra ela sobre nosso movimento e ela disse que a gente podia montar os barracos, desde que não subíssemos jamais pra “ocupação de cima”, foi aí que novos nomes foram dados para diferenciar os grupos: “ocupação de baixo” e “ocupação de cima”. (Márcio Douglas, entrevista concedida em abril de 2016).

De acordo com a atendente de 29 anos, Verí Silva e seu esposo, o ajudante de pedreiro de 35 anos, Jobson Silva, antigos moradores da “Ocupação Margarida Maria Alves”, houve forte resistência por parte dos que ali já moravam em relação aos que estavam chegando e, após a instalação das famílias, mesmo com aval da senhora Creuza, alguns homens foram até a “ocupação de baixo” tirar satisfação, como fala a entrevistada Verí Silva “Lembro como se fosse hoje, era a gente ainda arrumando parte dos barracos e os “caba” da “Favela do Papelão” tudo armado dando tiro pra cima pra nos intimidar, o negócio foi difícil”.

Conforme as narrativas dos moradores da “Ocupação Margarida Maria Alves”, houve uma nova conversa, dessa vez com mais moradores da “Favela do Papelão”, para informá-los os motivos que os levaram até ali, e foi determinado por parte dos antigos moradores que para que pudessem ali se instalar, não seria permitido o acesso até os barracos vizinhos, cada um viveria no seu espaço, sem invadir o do outro. Em caso de

transgredir esse critério, os novos moradores poderiam sofrer represálias por parte dos antigos moradores, como descreve a entrevistada, Rosilene Ferreira:

Tivemos que falar com o chefe do tráfico da ocupação do Papelão para que ele nos liberasse para ficar ali perto deles em nossos barracos, a gente não ia prejudica-los em nada, só queríamos levantar nossos barraquinhos e viver em paz. (Veri Silva, entrevista concedida em abril de 2016).

Diante da narrativa acima, após longas conversas com alguns moradores da “Favela do Papelão”, foi decidido que os dois grupos conviveriam no mesmo espaço, desde que houvesse respeito e privacidade, principalmente por parte dos da ocupação. Para nortear esta discussão utilizamos a obra “Os estabelecidos e os outsiders”, publicada no ano de 1965, em que apresenta o estudo, realizado com uma cidade fictícia da Inglaterra chamada Winston Parva. O objetivo de Elias e Scotson, nesse trabalho, era entender, através de várias perspectivas, como estatísticas, entrevistas, documentos e etnografia, a lógica da configuração social e das relações de interdependência que se verificam na cidade. Os autores apresentam três zonas em que se divide Winston Parva, na primeira habitavam as pessoas mais privilegiadas economicamente, devido à ascensão social lhes permitiu mudar para a área de classe média da cidade, nas zonas dois e três residiam os operários das fábricas locais. Os autores nos chama atenção para algo curioso, o fato dos moradores da zona dois se comportarem como superiores em relação aos moradores da zona três, pelo simples fato de habitarem por mais tempo.

Os teóricos enfatizam que não havia diferença étnica, diferença de escolaridade, nem de desenvolvimento econômico, entre a zona dois e a zona três, mas mesmo assim, os habitantes da zona dois, que se denominavam por “aldeia”, negava-se qualquer contato com os recém-chegados da zona três, pelo simples motivo de serem outsiders na terra dos estabelecidos. Esse processo de estigmatização fica bastante evidente em Winston Parva, sendo ele vital para reforçar a superioridade dos habitantes das zonas um e dois em relação aos da zona três, em outras palavras, para preservar seu status social privilegiado.

Ao relacionar a suposta rejeição dos moradores da “ocupação de cima” em relação aos recém-chegados da “ocupação de baixo” com a obra de Elias e Scotson, verifiquei que essa exclusão dos mais antigos aos mais novos moradores, não se dava pelo motivo de preservação de status social por parte da “Favela do Papelão”. Identifiquei, a partir das narrativas dos dois grupos, que essa “rejeição” acontecia por

conta de um pequeno grupo de pessoas. Em entrevista com famílias da própria “Favela do Papelão” fomos informados que apenas um pequeno grupo de traficantes eram contrários aos novos vizinhos, devido ao medo da exposição do comércio de drogas que se realizava em alguns dos “barracos de cima”.

Neste estudo, compreendi que boa parte da “Favela do Papelão” tinha interesse em estreitar laços com o pessoal da “Ocupação Margarida Maria Alves” principalmente pelo fato da “ocupação de baixo” possuir uma cozinha comunitária onde eram servidas refeições diariamente, eventos culturais para as crianças quase todos os finais de semana, rodas de samba e de capoeira. Conforme o coordenador do MLB disserta:

Fizemos parceria com vários professores da ADUFCG, com professores do curso de música e também de capoeira, todo final de semana tinha eventos culturais na nossa ocupação, nós sempre convidávamos o pessoal da ocupação de cima, mas os traficantes não permitiam que as famílias descessem pra “ocupação de baixo”, eles achavam que podíamos prejudicar o comércio deles. (Márcio Douglas, entrevista concedida em abril de 2016).

Na fala do entrevistado acima, fica claro como as famílias do MLB se esforçavam na tentativa de demonstrar que os moradores da favela que não queriam o contato, sempre colocando a “culpa” para os “traficantes”. A partir de conversas com alguns moradores da “Favela do Papelão” fui informada que de fato eles eram convidados a participar dos eventos culturais e da cozinha comunitária das famílias do MLB, no entanto, laços de amizade não foram construídos, os contatos eram sempre muito práticos e rápidos. Percebi, que por mais que a ocupação organizada pelo MLB tentasse elevar suas qualidades e demonstrar frequentemente que tentava incluir os moradores da “ocupação de cima”, e que eles eram os responsáveis por não querer estreitar os laços, sempre colocando a culpa para os “traficantes”, essa inclusão não se realizava na prática.

A análise de Jeffrey C. Alexander (2013) nos esclarece um pouco sobre essa problemática. Para o autor as aristocracias tratavam as camadas mais baixas como necessidades práticas, os impérios patrimonialistas toleravam os outsiders, se eles pagassem seus impostos, como hóspedes. Em nenhum desses dois sistemas sociais, grupos da periferia podiam penetrar no centro (SHILS, 1975). Ou seja, a convivência e a reciprocidade eram até possível; a inclusão, não.

Segundo narra Maria das Neves, antiga moradora da “Favela do Papelão”:

Realmente no início os traficantes não queriam que a gente descesse, mas depois foram ficando na deles, e também eram poucos, tinha só uns seis. Eles mesmos foram vendo que lá nossas crianças tomavam sopa, comiam sanduiche, e até tinha aula na escolinha da ocupação de baixo. Mas não passava disso, não tivemos essa amizade toda com eles, não (Maria das Neves, entrevista concedida em abril de 2016).

Segundo o entrevistado Márcio Douglas, as famílias dos “barracos de cima” aos poucos, começaram a frequentar a ocupação do MLB em busca de alimentos e aulas para as crianças, assim:

Os caras do tráfico nunca quiserem que o pessoal descesse, mas aos poucos as famílias vieram se chegando, mas era tudo muito sem intimidade, pegavam as comidas e se retiravam, não tinha muita conversa, era tudo sem amizade, a gente também não queria ser amigo. A gente tinha era medo. (Márcio Douglas, entrevista concedida em abril de 2016).

Segundo narrativas, diariamente havia assassinatos na “Favela do Papelão”, como descreve Rosilene Ferreira “A gente morria de medo, era enrolado na coberta e rezando pra passar aquela zoadada de bala, com o tempo a gente foi até se acostumando, era algo frequente na ocupação de cima”. Outro dado importante é que além dos eventos culturais e da cozinha comunitária criada na “Ocupação Margarida Maria Alves”, uma escola também foi improvisada de papelão, onde a perspectiva da Educação Popular de Paulo Freire era trabalhada diariamente com as crianças, jovens e adultos.

Diante de tantas surpresas que a pesquisa campo revelava, uma, em especial, me chamava à atenção: As famílias da “Ocupação Margarida Maria Alves” organizadas pelo MLB, conhecida como a “ocupação de baixo”, mesmo não havendo diferenças consideráveis em relação a grau de escolaridade, financeira ou étnica, se referiam, constantemente, com repugnância e aversão ao falar dos moradores da “Favela do Papelão”, primeiros moradores do espaço do Dinamérica. As narrativas apontavam para certa superioridade pelo simples fato de integrarem uma “ocupação” e não uma “favela”. Algo que me chamou atenção foi à insistência das famílias do MLB ao enfatizar que as famílias da “Favela do Papelão” que os excluía e os rejeitavam, pelo fato de não querer impedimentos ao comércio de drogas.

A entrevistada Marta Lira, zeladora, 39 anos, descreve um pouco essa situação:

Todas as nossas reuniões a gente deixava claro que não se tratava de uma favela, nosso movimento tinha organização, tinha uma filosofia, tinha uma luta pelos direitos das minorias, você sabe como é, as favelas são conhecidas pelos altos índices de tráfico, prostituição e criminalidade no

geral, e a gente não tinha essas coisas não. (Marta Lira, entrevista concedida em maio de 2016).

A fala da entrevistada acima confirma o estigma e o preconceito identificado na “Ocupação Margarida Maria Alves” em relação às famílias da “Favela do Papelão”. Já Mizael Gonçalves, aposentado, 73 anos, coloca “Era um povo diferente da gente, tinha maconheiro lá, traficante, bandido de toda espécie, pra você ideia, nem fumar e beber era permitido na nossa ocupação, tinha organização e objetivos iguais entre a gente”. Mais uma vez a fala do entrevistado reafirma o processo de estigmatização contra os sujeitos da favela.

Os entrevistados demonstraram a todo o momento que tinham certeza de suas “diferenças” em relação às famílias da “Favela do Papelão”. Ao serem perguntados sobre seus vizinhos realocados também para o Major Veneziano, as respostas demonstravam estigmas e preconceito, como narra Rosilene Ferreira: “Eu não dou notícia desse povo, a maioria que foi realocada trocou seu apartamento por droga; quando eles não eram traficantes, eram envolvidos com prostituição, roubos ou vício” Era um povo bem sem futuro”.

As narrativas das famílias da “ocupação de baixo” revelaram a presença do autoelogio, da certeza da “diferença” entre os dois grupos, e da “superioridade” em relação aos moradores da favela, enfatizando, por diversas vezes as suas qualidades, destacando as dinâmicas e experiências urbanas que os “tornavam diferentes” em relação às outras famílias da “ocupação de cima”. O entrevistado Damião Ferreira, desempregado, 52 anos, narra:

Olhe moça, pra você ter ideia, até o uso de cimento e tijolo era proibido na nossa ocupação, justamente porque tínhamos uma filosofia de vida diferente, estávamos ali por conta de uma luta, estávamos de passagem, não queríamos ali, fazer morada, também não éramos envolvidos com criminalidade, pra você ter ideia, até arma era proibido em nossa ocupação. (Damião Ferreira, entrevista concedida em maio de 2016).

A narrativa acima confirma o processo de estigmatização presente no período em que os dois grupos viveram nos barracos. Um dos problemas vivenciados por moradores de

favelas<sup>13</sup> é, sem dúvida, o estigma. Este, por sua vez, acaba gerando um distanciamento entre os moradores das favelas e os da cidade, assim,

A preponderância de fronteiras urbanas marcadas é um componente central do mundo da vida da favela. Os moradores amam suas comunidades, mas são extremamente conscientes das representações sociais negativas e do estigma criados no asfalto. O crime, a violência e a marginalização são equiparados, por aqueles que a veem de fora, à identidade dos moradores das favelas, que relatam uma série de experiências marcadas pela discriminação e pela segregação quando atravessam as fronteiras da cidade. (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 252).

A forma como os integrantes do MLB se referem aos moradores da favela, confirma essa representação social negativa que se criou em relação aos moradores de favelas, e isso é evidente a partir do momento que nas próprias falas dos sujeitos se associa tráfico, violência e assaltos aos moradores da “Favela do Papelão”.

## **2.6 O descaso do poder público e a negação do direito à cidade**

As famílias entrevistadas informaram que em abril de 2012, antes de ocuparem o espaço, durante a gestão do prefeito Veneziano Vital do Rêgo, um primeiro ofício foi construído pelo movimento e enviado para a Prefeitura de Campina Grande. Nele, foi solicitada alguma área para a construção de moradias para essas famílias. Conforme a entrevistada Madalena Leite, dona de casa, de 47 anos “Protocolamos o ofício lá na prefeitura, mas até hoje esperamos sentados, não tiveram a consideração nem de ligar pra gente”. Não satisfeitos, outro ofício foi protocolado junto à prefeitura em junho de 2012, nenhum efeito surtiu novamente, nenhuma posição à prefeitura tomou, conforme narra Madalena Leite:

---

<sup>13</sup>De acordo com LIMA (2009), podemos também denominar as formações habitacionais subnormais (favelas) pelo processo de formação, “espontâneo” ou “ocupações”. As ocupações espontâneas, embora tenham a feição de favelas, são produzidas a partir da ação individual, em que as famílias vão aos poucos construindo as suas residências em áreas públicas ou privadas. Já as ocupações, dão-se a partir de uma decisão coletiva, com planejamento da ação e de forma conjunta. As ocupações são feitas também em áreas públicas ou privadas. Tanto as favelas quanto as ocupações irregulares, são caracterizadas pela posse e não pela propriedade da terra e pela maneira com a qual a habitação é construída, a autoconstrução.

Não quiseram atender a gente, aí pegamos cem famílias e fomos pra frente da prefeitura, levamos bandeiras, fomos com camisas com o nome do nosso movimento, levamos apitos, fizemos um verdadeiro auê lá na frente, e dissemos que só saíamos quando Veneziano falasse com a gente. (Madalena Leite, entrevista concedida em abril de 2016).

Segundo a entrevistada acima, o assessor do prefeito os recebeu, informando que Veneziano Vital do Rêgo havia viajado, no entanto, iria pegar o telefone do coordenador do movimento, Márcio Douglas, para entrar em contato o mais breve possível, no entanto, Douglas narra:

Aguardamos mais uma vez e não nos procuraram, em 30 de novembro de 2012, durante uma madrugada, ocupamos o terreno do Bairro do Dinamérica, onde já habitava a "Favela do Papelão", alugamos caminhões, levamos todo o material e todas as 200 famílias, quando o dia estava raiando nascia a nossa "Ocupação Margarida Maria Alves". (Márcio Douglas, entrevista concedida em abril de 2016).

De acordo com o entrevistado acima, a partir de várias tentativas de contato com o prefeito, todas frustradas, decidiram coletivamente, ocupar o espaço do bairro Dinamérica, conforme é perceptível através da Imagem 4:

Imagem 4- Registro da chegada das famílias do MLB ao terreno do Bairro do Dinamérica.





Fonte: Acervo da SEPLAN

Conforme as narrativas, fui informada que outro documento foi protocolado junto à prefeitura no dia em que a ocupação do terreno foi realizada, nele foi solicitado que a prefeitura não despejasse as famílias da ocupação até que uma solução fosse encontrada. No mesmo documento foram solicitados agasalhos, alimentos e roupas. O segundo ponto de pauta do ofício era a solicitação de parte do terreno ocupado pelas famílias para a criação de uma ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, para que fosse transformado o então terreno em um conjunto habitacional com creche, CRAS, escola e uma unidade básica de saúde. Conforme o site do Senado Federal, todos têm o direito de morar bem. Mas a realidade não é outra. Grande parte da população vive em locais precários, em ocupações irregulares, estâncias, comunidades isoladas e locais sem saneamento básico. De acordo com o Estatuto da Cidade, o plano diretor deve reconhecer essas situações e as características especiais de algumas partes do seu território. E pode fazer isso mediante a criação de zonas especiais, destinando áreas para abrigar moradias populares.

Em algumas cidades, as regras das ZEIS já existiam desde os anos 1980, mas o Estatuto as estendeu para todo o país. “A função da ZEIS é reservar terrenos ou prédios vazios para moradia popular, facilitar a regularização de áreas ocupadas e a regularização de cortiços. Essa atitude afasta a população carente das periferias das cidades e as áreas de preservação ficam protegidas”. (SENADO FEDERAL 2016). O terceiro ponto da pauta foi à solicitação de apoio financeiro à prefeitura para a realização do Encontro Norte-Nordeste de Moradia que aconteceria em 2013 na cidade. Dentro desse documento ainda foi anexado uma lista com todos os nomes das pessoas que haviam ocupado o terreno. De acordo com Márcio Douglas, nesse documento ficou

explicito os objetivos da “Ocupação Margarida Maria Alves” e que estavam abertos ao diálogo.

Foi então que pela primeira vez as autoridades se pronunciaram. Fui informada que ainda durante a manhã do primeiro dia da ocupação, dois carros da Polícia Militar foram até os moradores solicitar que se retirassem. Os moradores alegam que de forma pacífica informaram a PM que não iriam sair até que fosse entregue um mandado de reintegração de posse e a prefeitura os procurasse para um diálogo.

Em seguida realizaram uma assembleia entre as famílias, onde foi decidido que o MLB permaneceria no espaço. Foi aí então que a Prefeitura Municipal de Campina Grande foi à ocupação pela primeira vez, onde os informou que não seria possível a transformação da área em uma ZEIS, pelo fato do terreno do Dinamérica se encontrar em processo judicial por conta de um herdeiro ter reivindicado seus direitos, entrando com um processo contra a PMCG.

Nesse contexto, uma contraproposta foi lançada: realocar os moradores da ocupação para algum empreendimento do PMCMV de interesse social. Na época, cerca de dois mil apartamentos e duas mil casas estavam sendo construídos no Bairro das Três Imãs desta cidade. Como os apartamentos do Major Veneziano ficariam prontos primeiro, a PMCG propôs que as famílias que não trabalhassem com reciclagem fossem os primeiros a serem transferidos para o condomínio habitacional, enquanto os que trabalhassem com reciclagem esperasse a construção das casas que demoraria mais alguns meses.

A prefeitura solicitou ao pessoal do MLB que estabelecesse contato com seus vizinhos da “Favela do Papelão” para que eles também pudessem se cadastrar na Secretaria de Planejamento do Município - SEPLAN, e conseqüentemente, serem transferidos, juntamente à “Ocupação Margarida Maria Alves” para o conjunto residencial. Foi aí então onde se iniciou outro dilema: as tensões e conflitos estabelecidos entre os dois grupos de moradores.

## **2.7 O processo de concessão das unidades habitacionais e as realocações para o Major Veneziano**

Após intensas lutas do MLB, sob o discurso de retirar essas famílias de área de risco e extrema miséria, tentando diminuir o déficit habitacional da cidade, facilitando o acesso à saúde, alimentação, à educação, saneamento básico, segurança, e qualidade de vida, o poder público, iniciou no final de 2013, o processo de transferência de cem famílias da ocupação e mais cem da favela, que residiam em casas construídas por materiais recicláveis, para apartamentos novos, construídos pelo PMCMV, em parceria com o Ministério das Cidades e com o município de Campina Grande – PB.

Segundo a Assistente Social da SEPLAN, Mohanna Gomes, responsável pelo Trabalho Técnico Social (TTS), a Prefeitura Municipal cadastrou e entrevistou as famílias que habitavam no espaço do Dinamérica e, em seguida, foi enviado um dossiê para a Caixa Econômica Federal, que ficou responsável por aprovar ou não às concessões das moradias. Segundo esta funcionária, não houve sorteio no momento em que as famílias foram selecionadas, houve apenas o sorteio para definir em qual apartamento e bloco, cada família ficaria, mas esse processo só foi realizado pela Caixa Econômica Federal, mediante concessão aprovada.

Outro momento importante a destacar, foi à ocasião em que a Secretaria de Planejamento - SEPLAN do município, órgão responsável por cadastrar e selecionar famílias para o Programa Minha Casa, Minha Vida no âmbito da Habitação de Interesse Social, solicitou a ocupação/MLB, antes da realocação para o condomínio, que estreitassem o contato com os moradores da “Favela do Papelão” na tentativa de incluí-los às inscrições para casas e apartamentos, como narra Leide Guedes, faxineira, 29 anos:

Fomos lá a pedido do Secretário da SEPLAN, Márcio Caniello, e novamente os chefões do tráfico disseram que não queriam casa pra ninguém, pois ali já tinham suas moradias. Mandaram a gente se calar com essa conversa que isso acabaria esvaziando a favela deles e consequentemente quebrando o comércio do tráfico. (Leide Guedes, entrevista concedida em maio de 2016).

A entrevista acima, mais uma vez, reforça a resistência da ocupação à favela. A partir de diálogos mais intensificados e aproximação de assistentes sociais da SEPLAN com os dois grupos, as famílias da “Favela do Papelão” foram aos poucos se

cadastrando no programa habitacional, no próprio terreno do Dinamérica, onde foi feito um verdadeiro mutirão de inscrições, com uma equipe de funcionários da prefeitura da cidade, durante uma semana.

Para efeito geral a SEPLAN acabou denominando os dois grupos por “Favela do Papelão”, motivo pelo qual deixou as famílias da ocupação insatisfeitas, como narra Oliver Ferreira, porteiro, 30 anos “Até hoje nós, que éramos da ocupação do MLB, somos revoltados com a SEPLAN, que juntou tudo no pacote e deu o nome “Favela do Papelão”. Tanto que lutamos pra sermos reconhecidos como “Ocupação Margarida Maria Alves”. Como dito anteriormente, a prefeitura de Campina Grande deu o nome de “Favela do Papelão” a todos os moradores do espaço do Dinamérica que seriam realocados para moradias de interesse social. Após o cadastramento das famílias, uma equipe de assistentes sociais da prefeitura realizou uma série de entrevistas, para averiguação das informações prestadas durante o cadastro. Como dito anteriormente, a renda das famílias, não poderia, na época da realocação (2013 e 2014) ultrapassar R\$ 1, 600 reais.

A parcela da concessão das moradias corresponde a 5 % da renda total da família, totalizando R\$ 25,00 reais o valor mínimo da parcela a ser paga. A concessão não foi e não é permitida nos casos de quem já possuía ou possui casa própria, restrições no SPC e Serasa, ou ter sido atendido em outro programa habitacional. É dada prioridade as famílias que se encaixem em critérios nacionais estabelecidos pelo programa, como a presença de pessoas com deficiência, crianças com microcefalia, ou famílias que residam em área de risco. O programa prioriza, também, as mulheres chefes de família.

É importante destacar que a política federal dos governos Lula e Dilma deu prioridades às ações voltadas ao combate à pobreza e às desigualdades sociais, em que se destacam as intervenções para a inclusão, promoção social das mulheres e equidade entre as relações (mulheres e homens) no espaço familiar, exemplo disto, é a prioridade que o Programa Minha Casa Minha Vida oferece às mulheres. Conforme Bárbara Caldeira (2007), categoria privilegiada da agenda social nas últimas décadas, as mulheres foram alvo de propostas de intervenções dos programas sociais nas gestões Lula e Dilma, que através de políticas, buscaram beneficiar esse grupo através da diminuição do peso da pobreza e da melhoria dos serviços básicos prestados pelo Estado, nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Toda mudança traz consigo uma série de impactos, desafios e de novas dinâmicas que são construídas a partir do “novo”. A mudança de residência trouxe uma infinidade de questões que serão levantadas nos próximos momentos. Este deslocamento implicou em uma série de transformações e dificuldades para esta população realocada, como veremos mais adiante.

A prefeitura da cidade disponibilizou ônibus e caminhões para realizar as mudanças das famílias no dia 16 de dezembro de 2013, para o empreendimento habitacional. Inicialmente não foram realocadas todas as famílias da “Favela do Papelão”, pelo fato de alguns trabalharem com carroças de burros e materiais recicláveis, por esse motivo, continuaram no terreno aguardando a construção das casas. Outra parcela de famílias da “Favela do Papelão” foi impossibilitada de ir, naquele momento, para as unidades residenciais, pelo fato de não possuir documentação nenhuma, exigência principal da Caixa Econômica Federal, para a inscrição e concessão da moradia.

A chegada ao Major Veneziano foi algo emblemático. Ao mesmo tempo em que chegaram às famílias que habitavam o terreno do Dinamérica, chegaram, também, famílias oriundas de variados bairros da cidade. Fui informada que esse início foi marcado por frequentes brigas e discursões entre os novos moradores, como narra o entrevistado, Marcos Belarmino, eletricista, 38 anos “Pra onde a gente olhava era uma briga; era tudo muito novo, gente diferente demais junta no mesmo lugar, depois foi até diminuindo as brigas”.

O primeiro impacto, para as famílias do MLB e do Papelão, sem dúvida, foi o fato de ter que se separar daqueles que possuíam laços sociais estabelecidos, uma vez o condomínio se divide em Major I, II, III e IV, por este e por motivos referentes a divergências de opiniões, o movimento foi perdendo as forças. Outros desafios estavam postos para essas famílias: residir em apartamentos em um bairro considerado distante dos principais pontos da cidade, a precariedade de infraestrutura urbana do novo bairro, e a construção de novas dinâmicas urbanas e sociais. A seguir, duas imagens do Condomínio Habitacional Major Veneziano:

Imagem 5 - Condomínio Habitacional Major Veneziano - Faixada do Major II



Fonte: acervo da autora

Imagem 6 -Arredores do condomínio



Fonte: acervo da autora

É importante destacar que após a realocação, o MLB – Campina Grande se desintegrou. Um a um foi saindo do movimento até que ele passou a não existir mais, como narra o entrevistado Márcio Douglas: “Depois que ganhamos as moradias o movimento foi perdendo as forças. A maioria saiu por conta de divergências de ideias, começaram a haver conflitos e decidimos sair aos poucos”. Agora, realocados no novo espaço habitacional, não mais pertencentes ao MLB, e separados dos amigos do antigo

bairro, as famílias dos dois grupos que habitavam o mesmo terreno perderam as identidades de “Ocupação Margarida Maria Alves e “Favela do Papelão”, e foram distribuídas entre as outras famílias oriundas de outros bairros da cidade.

De acordo com Queiroz (2016, p. 52), o Condomínio Major Veneziano conta em seu entorno com quatro PSF's, uma UBSF, quatro Escolas Municipais, uma Escola Estadual, três Clubes de Mãe, uma Delegacia de Polícia Civil e duas ONGs que atendem a população local. As unidades habitacionais foram construídas a partir de uma parceria entre a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, a Secretaria Municipal de Planejamento, a Coordenadoria do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria de Serviços Urbanos, a Secretaria de Obras, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação, a Construtora Borges e Santos, além, do SENAC, SENAI, SABRAE, ENERGISA e CAGEPA.

## **2.8 O Trabalho Técnico Social**

De acordo com o Projeto do Trabalho Técnico Social - PTTS foram 496 famílias instaladas em cada Major, totalizando, aproximadamente 1.984 famílias beneficiadas pelo programa. Dentre os moradores, aproximadamente 96,3% são chefiadas por mulheres e dentre os contemplados aproximadamente de 3% é portador de algum tipo de necessidade especial, têm também os idosos que representam 20% dos contemplados. Os apartamentos foram construídos em alvenaria de forma segura e compatível com a realidade socioeconômica dos beneficiários e da área de intervenção. (QUEIROZ, 2016, p. 52 - 53).

O enfoque do Projeto Técnico Social está fundamentado nos eixos apresentados no quadro abaixo:

Quadro 2- Ações do Projeto Técnico Social

Mobilização e Organização Comunitária (algumas ações):	Detalhamento do PTTS, orientações para a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses, identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária, entre outros.
Gestão Condominial (algumas ações)	Capacitação do Síndico e comissão fiscal em gestão condominial, orientações sobre administração financeira e cumprimento do regimento interno, estabelecimento das regras de convivência, com discussão e validação do Regimento Interno e alternativas para a solução da gestão do espaço comum.
Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar (algumas ações):	Divulgação de informações sobre Organização e planejamento do orçamento familiar e racionalização dos gastos com a moradia e orientação para acesso às tarifas sociais dos serviços públicos
Educação Sanitária e Ambiental (algumas ações):	Divulgação de informações sobre o uso racional dos recursos naturais, manejo de resíduos sólidos, preservação e conservação ambiental, entre outros
Educação Patrimonial (algumas ações):	Estímulo a correta apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum repasse de informações básicas sobre manutenção 53 preventiva da moradia e dos equipamentos comuns e informações



	básicas sobre os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos, entre outros.
Geração de Trabalho e Renda (algumas ações):	Promoção de projetos de capacitação para geração de emprego e renda, encaminhamento aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos sistemas de emprego, entre outros.

Fonte: (QUEIROZ, 2016, p. 52- 53)

Queiroz estabelece que como relatado no PTTS o objetivo geral desse projeto é viabilizar o exercício da participação cidadã mediante trabalho informativo e educativo que favoreça a organização da população e a melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiadas, a autora destaca,

Como objetivos específicos podemos citar alguns: informar os beneficiários sobre o Programa, o contrato de parcelamento assinado e o papel de cada agente envolvido com seus direitos e deveres, estimular os beneficiários nos processos de discussão, decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços a fim de adequá-los as necessidades e a realidade local, gerar compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis, incentivar a correta ocupação dos espaços coletivos, estimular a adimplência, articular a promoção de projetos e ações de capacitação para o trabalho e geração de renda na região, incentivar a participação dos beneficiários na gestão do empreendimento, entre outros. (QUEIROZ, 2016, p. 53).

O Trabalho Técnico Social, de acordo com Queiroz, tem a duração de 15 meses e sua execução é de responsabilidade de uma equipe técnica composta por Assistentes Sociais, Pedagogas e Psicólogos, entre outros profissionais que são engajados no decorrer do projeto de acordo com a necessidade de cada eixo de atuação. Mais adiante discutirei como e em que medida o poder público, através do TTS desenvolve essas e outras ações descrito por Queiroz (2016), no Condomínio Habitacional Major Veneziano.

### CAPÍTULO 3

#### “MORAR LONGE DO MUNDO”: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE O “SONHO” DA CASA PRÓPRIA NO MAJOR VENEZIANO

Encontros e despedidas

(...)

Todos os dias é um vai-e-vem

A vida se repete na estação

Tem gente que chega prá ficar

Tem gente que vai

Prá nunca mais...

Tem gente que vem e quer voltar

Tem gente que vai, quer ficar

Tem gente que veio só olhar

Tem gente a sorrir e a chorar

E assim chegar e partir...

São só dois lados

Da mesma viagem

O trem que chega

É o mesmo trem

Da partida...

A hora do encontro

É também, despedida

A plataforma dessa estação

É a vida desse meu lugar

É a vida desse meu lugar

É a vida...

(NASCIMENTO, BRANT, 1997)

O trecho da música, descrita acima, inicia este capítulo apontando para possíveis constatações. A vida no Major Veneziano, assim como esta música apresenta uma série de contradições: chegadas, despedidas, choros, alegrias. As trajetórias das famílias, tanto da “Ocupação Margarida Maria Alves”, quanto da “Favela do Papelão”, e dos demais bairros da cidade, apontam para uma série de dificuldades e desafios que essas famílias precisaram e precisam enfrentar para se adaptarem ao novo espaço residencial. Como dito no início do texto, apenas 5% dos moradores do Condomínio Major Veneziano - que totalizam 1984 apartamentos, distribuídos em quatro condomínios- são oriundos da “Ocupação Margarida Maria Alves” e mais 5% são oriundos da “Favela do Papelão”.

Localizar as famílias que vieram da favela foi o mais difícil; poucos sabiam onde estavam e a maioria não queria falar sobre eles. Sendo assim, só consegui entrevistar duas pessoas oriundas da “Favela do Papelão”, 15 da “Margarida” e mais 15 pessoas provenientes de outros bairros da cidade. A maioria das entrevistas durou em torno de uma hora e meia, sendo algumas mais curtas (em torto de meia hora), enquanto as mais longas duraram mais de duas horas. Como relatei no início desse trabalho, tentei inicialmente aplicar questionários, mas percebi que não seria o mais viável. Sendo assim, parti para as entrevistas informais.

A pesquisa de campo, ao mesmo tempo em que encanta o Cientista Social, de tão reveladora que é, causa também dor, tristeza, estranhamento e, porque não, revolta. Em vários momentos me envolvi com aquelas pessoas, com suas histórias de vida, com suas trajetórias, com suas origens, com suas dores. Era impossível não ficar tocada, afinal, a pesquisa qualitativa é rica por excelência. Inicialmente, meu trabalho, que focava nas famílias da “Favela do Papelão e da “Ocupação Margarida Maria Alves”, incorporou as narrativas dos sujeitos oriundos de outros bairros, que dou o nome de “terceiro grupo”. A incorporação destas falas implicou no maior desafio deste trabalho: assumir, também, o compromisso de não deixá-las de fora; dar-lhes a atenção necessária neste estudo; dar voz, também, a esses sujeitos.

O início das entrevistas era um pouco constrangedor, pois não é fácil pedir para as pessoas falarem de suas vidas a uma estranha. Isso gerava certo desconforto, apesar de que eles não se mostravam resistentes. Fiquei conhecida nos quatro condomínios como a “menina da universidade”, confundida algumas vezes com “a menina da SEPLAN”. Os entrevistados não resistiram às entrevistas, muito pelo contrário, acreditavam que eu

pudesse resolver os seus problemas. Sendo assim, alguns faziam questão de me convidar para entrar em seus apartamentos e bater um papo, alguns até ofereciam café, e eu, óbvio, aceitava.

Algumas famílias me relataram que estavam passando dificuldades, algumas até informaram que estavam passando fome por conta do desemprego. Outras com água ou luz cortadas e sem gás em casa. Um fato interessante é que uma das entrevistadas que veio da “Ocupação Margarida Maria Alves” me adicionou no Facebook, para que eu pudesse pegar suas fotos do período em que foi do MLB e da ocupação, para anexar a este trabalho. Vez ou outra, mesmo com suas dificuldades de leitura e escrita, me manda um recado carinhoso, perguntando se já “me formei”.

Após ir algumas vezes ao condomínio, e já conhecida entre algumas daquelas pessoas, uma das primeiras entrevistadas me observa chegando e vai ao meu encontro. Lá, me disse que a luz do bloco havia sido cortada e precisava de minha ajuda para que isso se resolvesse. É importante colocar que outra resistência que encontrei em algumas pessoas, além do estranhamento com os questionários, foi em relação à gravação do áudio, pois, acreditavam que suas vozes eram “feias” ou não sabiam se expressar corretamente. Ao mesmo tempo em que eu procurava manter uma postura de pesquisadora, principalmente mantendo a ética e não deixando transparecer meus sentimentos, fazia o esforço de me apresentar como uma pessoa simples, de linguajar simples, assim como eles.

As falas dos entrevistados são, por vezes, complexas. As trajetórias são múltiplas. As dinâmicas e as experiências com o espaço urbano são inúmeras. Suas impressões em relação à política, responsável pelas moradias, são, às vezes, contraditórias. Ora se mostraram felizes com as novas moradias. Ora infelizes. Ora as famílias se mostraram insatisfeitas nas habitações, ora se contradiziam e demonstraram as qualidades do novo residir e de como mudou suas vidas para melhor. Mas, é justamente a partir dessa contradição, dessa complexidade de narrativas, dessas trajetórias múltiplas, que busco realizar este estudo, no esforço de produzir uma representação válida do cotidiano destas famílias. No próximo momento apresento as percepções, vivências, dramas, frustrações e esperanças de quatorze moradores do Condomínio Habitacional Major Veneziano, organizados em forma de perfis que expressam a diversidade de experiências engajadas pelo PMCMV.

### 3.1 Um revoltado

Quando cheguei ao condomínio Major II pela primeira vez, fui direto à guarita para me apresentar e solicitar liberação para iniciar a pesquisa. Percebi que havia um rapaz ao telefone e tentei avisar que voltaria mais tarde, no entanto, o mesmo fazia gestos com a mão, pedindo para que eu esperasse, enquanto outro rapaz, identificado como Rafael Mendes, estudante, 23 anos, estava na porta da guarita, e dizia para ele: “Cuide, home, a moça é da universidade”.

Quando esse encerrou a ligação, me apresentei como pesquisadora e mostrei o documento do Programa de Pós-graduação, assinado pelo meu orientador. Esse pediu desculpas, justificando a demora pelo fato de estar resolvendo “pepinos” do prédio: “A senhora vai me perdoar, mas isso aqui é desse jeito, é problema em cima de problema, pepino que não acaba mais”. Seu nome era Aloízio Nunes, técnico em informática, 37 anos, pele parda, casado com uma professora da Educação Infantil, pai de uma menina de sete anos. Nunes relata que além de formação técnica, possui também formação superior em Ciência da Computação, mas sobre esse segundo, se perdeu um pouco nas falas, parecendo-me uma tentativa de manipular a narrativa, para se apresentar como uma pessoa “diferenciada”, com ensino superior.

Atualmente, ele se encontra trabalhando como porteiro do Major II. Segundo o mesmo, durante um expediente exerce a função de técnico de informática em uma empresa no Centro da cidade, enquanto no outro horário trabalha no residencial, na tentativa de ter mais uma renda e ajudar no sustento da casa. Porém, o entrevistado relata que o salário dos funcionários do condomínio constantemente atrasa, justamente por conta da inadimplência da taxa de condomínio por parte da maioria dos moradores.

Sinceramente, não entendo porque esse povo faz isso, pois tivemos reuniões com a SEPLAN avisando que teria condomínio e que teríamos que cumprir essas regras, e outra, eles não pagam a taxa de condomínio, mas pra beber cachaça com tripa assada todo fim de semana no instante eles têm dinheiro; o nome disso é safadeza. (Aloízio Nunes, entrevista concedida em abril de 2016).

Natural de Campina Grande (PB), Nunes relata que antes de se mudar para o Major Veneziano morava no Centro da cidade com sua mãe viúva, esposa e filha, em um quitinete na Rua Joao Suassuna. Nunes, bastante revoltado, durante alguns momentos, parecia estar brigando comigo, de tão alto que falava: “Tudo bem que era de aluguel,

mas era no Centro, né, minha querida? Perto de tudo e sem essa fuleragem toda”. Perguntado sobre a nova moradia, Nunes nem deixou concluir a pergunta e já foi falando sobre as diferenças e convivências conflituosas no condomínio:

Graças a Deus a senhora vai levar isso aqui pra universidade. É bom mesmo que lá saibam o que a prefeitura fez conosco. Isso aqui tá entregue aos ratos e baratas, é uma imundice grande, menino cagando na escada, menino brigando no parque, catinga de mijo nos corredores, é um povo favelado que não sabe morar em apartamento. Esse povo aí coloca som na maior altura, não respeita idoso, nem criança, nem horário. Sem falar nos cachaceiros que ficam bebendo na grama fazendo zoada e incomodando os vizinhos. Olhe pra cima, preste atenção nas roupas dependuradas nas janelas, eles acabam a imagem do condomínio. (Aloízio Nunes, entrevista concedida em abril de 2016).

Para demonstrar o que o entrevistado elencou sobre as roupas dependuradas nas janelas que, segundo ele, prejudicam a aparência do condomínio, segue a imagem 7:

Imagem 7 - Roupas dependuradas no condomínio



Fonte: acervo da autora

Aloízio, o tempo todo se mostrou revoltado com a vizinhança, que segundo ele, era formada por favelados que não sabiam viver em coletividade. Cada palavra que saia de sua boca carregava estigmas e discriminação: “Pra senhora ver, aqui tem esse parque véi, mas eu não sou doido de soltar minha menina aí, perto desses guri véi seboso, não; eles não têm modos nenhum, mete a porrada nas outras crianças no parque, toma o lanche e caga bem do lado do carrossel”. A seguir, imagem do parque:

Imagem 8 - Parquinho do condomínio



Fonte: acervo da autora

Após relatar toda a parte negativa que observa nas novas moradias, o entrevistado inicia um outro discurso, o de que realizou o sonho de ter a casa própria:

Isso é aqui era a realização de um sonho. Minha mãe até chorou no dia que nos mudamos; chegamos aqui emocionados. Meu problema nem é tanto com o fato de ser apartamento ou ser longe, eu tenho meu transporte e a gente vai se virando. Em relação ao meu ap, é bem arrumadinho, só não levo você lá porque estou em horário de trabalho aqui na guarita. Minha raiva mesmo é dos sem vergonhas da prefeitura que jogou todo mundo aqui, até bandido, e não aparecem aqui pra nada, nem fiscalizam, pois o tanto de gente que já vendeu a preço de banana o apartamento, não é brincadeira, e nada a SEPLAN faz. Pra não dizer que ela não faz nada, vez ou outra apareceu aqui com um caminhão de bolacha velha, um monte de palhaço sem futuro, só pra dizer que faz algo pelos passa fome daqui. No final vai embora e a gente que se lasque. (ALOÍZIO NUNES, entrevista concedida em abril de 2016).

A partir das narrativas de Aloizio Nunes, verifiquei que o fato de ter a casa própria foi à realização de um sonho para ele e sua família, no entanto, o mesmo se sente prejudicado de certa forma por conta da inadimplência da taxa do condomínio, que, por conseguinte, atrasa os salários dos funcionários, além de dificultar a realização de serviços de manutenção no condomínio: “Seja sincera, a senhora acha justo eu pagar o condomínio e minha mãe, uma idosa de 76 anos precisar subir as escadas no escuro porque a luz do bloco tá cortada por conta de inadimplência da maioria?”.

Nunes se sente bastante incomodado e inseguro com a presença dos vizinhos mais pobres, principalmente aqueles que não pagam o condomínio ou não sabem, na fala de

Nunes, viver em apartamento. O que se percebe é que a inadimplência da taxa de condomínio representa um instrumento de estigmatização e discriminação, criando uma representação simbólica de quem seria merecedor e não merecedor de morar ali, a “pessoa de bem” e o “favelado” e pode-se perceber isso nas narrativas que apontam os inadimplentes com a taxa de condomínio como “favelados” mesmo que não sejam oriundos de favelas. Nesse contexto, todos convivem lado a lado, e em todas as falas compreende-se a insatisfação e o sentimento de injustiça e frustração, seja por parte do que paga, seja por parte do inadimplente. Meses após o primeiro contato com o entrevistado, voltei ao condomínio e não o encontrei na guarita. Perguntei por ele e fui informada que o mesmo, insatisfeito com a moradia, havia abandonado seu apartamento e se mudado para outra cidade, juntamente com sua mãe, esposa e filha.

### **3.2 Uma militante no condomínio**

Kelly Almeida, artesã e carroceira, 41 anos, solteira, mãe de quatro filhos, moradora do Major IV, narra uma vida de batalhas e lutas em busca do pão de cada dia para sustentar sua família. Esta revela não ter sorte pra casamento e que todos os homens que passaram por sua vida não a mereciam como mulher e esposa. Nesse sentido, sempre batalhou pelos seus sonhos. Kelly já morou em vários bairros da cidade, sempre de aluguel ou de favor na casa de algum parente. Antes de vir para o Major, esta morava no bairro José Pinheiro, em uma pequena casa, onde pagava R\$ 250,00 de aluguel. Kelly só estudou até o Ensino Médio, mas afirma que acredita muito na educação e tenta dar a seus filhos o que não teve, na tentativa de mostrá-los que o caminho da educação é sempre o melhor.

De todos os entrevistados, Kelly me parecia diferenciada. Sua fala era articulada, de uma educação e simpatia de chamar atenção. Engajada nos assuntos do condomínio, esta relata que sempre está por dentro das questões que dizem respeito às moradias, por este motivo é bastante respeitada e conhecida no Major IV. A entrevistada me levou para conhecer seu apartamento e antes de entrar, me mostrou bastante orgulhosa, sua carroça, aquela que a ajuda a recolher materiais recicláveis, aquela “companheira” que a ajuda a trazer o alimento para casa.



Imagem 9 – Carroça que a entrevistada utiliza para a coleta de materiais recicláveis

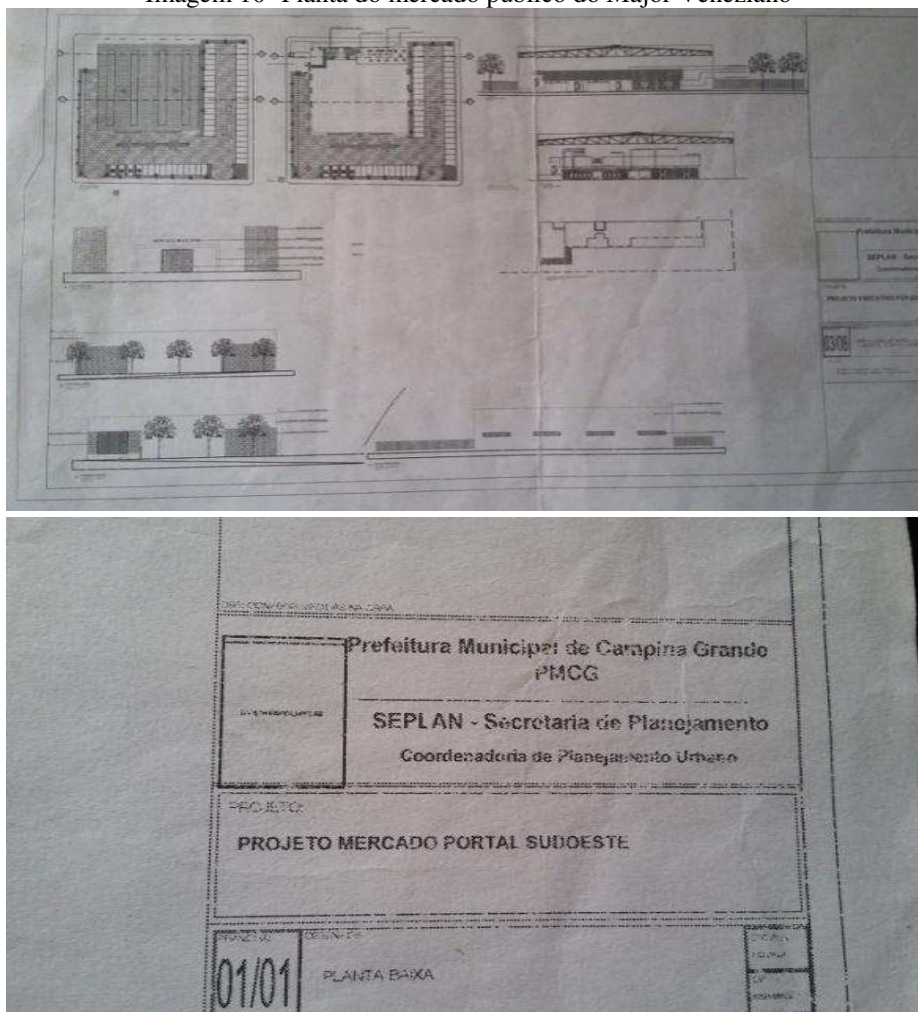


Fonte: acervo da autora

Ao ser perguntada sobre as regras do condomínio, em relação a sua carroça, ela defende sua “companheira”, alegando que se encontra no espaço de sua garagem, como ela não tem carro, guarda sua carroça: “a bichinha está ai e não faz mal a ninguém, quero mesmo que alguém olhe torto pra ela, isso aqui é meu ganha pão”. Além de trabalhar catando materiais recicláveis, essa também faz doce e salgados para vender dentro do condomínio, além de fazer artesanato, o que a deixa extremamente orgulhosa.

Esta relata que sempre procurou sobreviver honestamente através de seu próprio suor, inclusive, juntamente a outros moradores do Major, montou uma barraca na frente do condomínio, onde se forma o comércio ilegal. O mais interessante é que Kelly possui todos os documentos da prefeitura que trata do comércio ilegal, inclusive o projeto do condomínio que indica a construção, também, de um mercado público, o que não foi cumprido pela SEPLAN.

Imagem 10- Planta do mercado público do Major Veneziano



Fonte: acervo de Kelly

As figuras acima correspondem a planta do mercado Portal Sudoeste, que fazia parte da projeto do Condomínio Major Veneziano, obra que não foi realizada pelo poder público, negligenciando todas essas famílias, pois o mercadinho mais próximo dos apartamentos fica a mais ou menos meia hora a pé. Kelly relata que ela e os outros moradores montaram seus comércios na frente do condomínio para tentar enfrentar o desemprego, vendendo seus produtos, mas que a SEPLAN se pronunciou, pedindo que retirassem os barracos de forma imediata, mas isso não foi cumprido pelos moradores:

Eles que são os errados, prometeram um mercado e não fizeram, e agora querem ter razão mandando a gente desmontar as barracas da gente. Agora me diga onde as pessoas vão comprar comida, água, gás, se não for nesse comércio que se formou aqui? (Kelly Almeida, entrevista concedida em maio de 2016).

A inexistência de opções de pontos comerciais próximos aos apartamentos - o mercadinho mais próximo fica a meia hora das moradias - fez com que vários comerciantes, por conta própria, montassem várias barracas de plástico, papelão e container na frente dos apartamentos, onde comercializam alimentos no geral, remédios, água mineral, entre outros, consoante verifica-se na imagem 11.

Imagem 11- Comércio ilegal na frente do Major Veneziano



Fonte: acervo da autora

É importante destacar que além das barracas, alguns moradores comercializam produtos dentro de seus próprios apartamentos, como lanches, impressão e xérox de documentos, água mineral e alimentos não perecíveis.

A pesquisa de campo apontou para a insatisfação das famílias em relação a este comércio ilegal, principalmente por existir, segundo narrativas, comércio de drogas dentro de alguns, mas a maior crítica das famílias é em relação ao poder público municipal, junto à SEPLAN, que não cumpriu o que estava no projeto do Major Veneziano: a construção de um mercado público para que as próprias famílias adquirissem um mini box para comercializar seus produtos.

Os moradores defendem a permanência do comércio ilegal, justificando que é a única forma de algumas famílias conseguirem o “pão de cada dia” através da venda de alimentos, água mineral, gás, etc. Conforme Rufino (2015, p. 69), a construção de empreendimentos dessa natureza fez emergir em numerosas situações um setor terciário informal no entorno dos empreendimentos ou improvisados nas próprias unidades, com vistas a oferecer produtos básicos aos moradores, ao mesmo tempo em que se consolida

como alternativa de geração de renda e sobrevivência sob um grau de absoluta precariedade, uma vez que esses pequenos comércios, em geral, contrariam as próprias regras do Programa e da ocupação das unidades. “Se expressa aqui um dos paradoxos do Programa, que se, por um lado, avança na formalização da moradia, tende a impulsionar novas formas de informalidade e desigualdades”. (RUFINO, 2015, p. 69)

Para as famílias do conjunto residencial, o comércio informal construído aos arredores dos apartamentos é feio esteticamente, como a entrevistada Léa Maria, 28 anos, solteira, classifica: “É triste de feio, parece uma favelinha, sem falar que, já, até mataram gente lá dentro, porém é necessário, uma vez que não existe outro local próximo para a gente comprar comida quando precisa”. Abaixo, trecho de reportagens cobrando posicionamento da prefeitura:

Marinaldo solicita construção de Mercado no Condomínio Major Veneziano:

Temos recebido reclamações constantes dos moradores solicitando esse mercado, destacou Marinaldo. O vereador disse que já realizou várias visitas ao Condomínio na tentativa de solucionar o problema até que a Prefeitura Municipal de Campina Grande faça licitação e decida pela construção do Mercado Público. Por enquanto, algumas barracas alocadas nas proximidades estão resolvendo temporariamente o problema.  
(ASCOM, 2014).

João Dantas solicita Mercado Público para atender os conjuntos Major Veneziano, Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna:


O vereador João Dantas (PSD) apresentou requerimento na Câmara Municipal de Campina Grande, solicitando por parte da Secretaria de Planejamento do Município – SEPLAN, a elaboração de projeto para construção de um mercado público no bairro Três Irmãs, visando atender os novos conjuntos residenciais recém inaugurados; Acácio Figueiredo, Raimundo Suassuna e o Condomínio Major Veneziano. Dantas afirmou que a proposta surgiu em face do aumento brusco da quantidade de moradores daquela região, haja vista a inauguração de grandes conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. “Estima-se que cerca de 4 mil pessoas residem no Condomínio Major Veneziano e cerca de 8 mil pessoas nos conjuntos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna. Essa densidade demográfica é maior do que a maioria das cidades paraibanas, entretanto, essa população ainda não dispõe de um Mercado Público”. Justifica Dantas. Hoje existe uma improvisação de feira em frente ao Condomínio Major Veneziano, contando com tendas, barracos de papelão e madeira, trailers e até contêineres. “Este mercado improvisado desafia todas as regras da vigilância sanitária descartando seus rejeitos na rua e em um canal de escoamento”. Alertou.

(ASCOM, 2017).

Conforme as narrativas dos moradores, identificamos que, apesar das várias solicitações e reclamações dos moradores para o que o mercado fosse construído, a única atitude da prefeitura foi solicitar, por várias vezes, a retirada do comércio dos arredores das moradias, afirmando que seria construído imediatamente o mercado para os comerciantes que já estivessem trabalhando na área. No entanto, nem o mercado foi construído e nem os comerciantes desfizeram suas “lojas”. Tive acesso aos documentos da prefeitura - através de moradores responsáveis pelos diálogos com a SEPLAN - que comprovam a existência do projeto de construção do mercado público. No entanto, é só mais uma promessa do poder público municipal, entre tantas outras que não foram cumpridas. Durante a entrevista, Kelly me apresenta outro documento da prefeitura, solicitando aos comerciantes que retirassem suas barracas da frente do Major Veneziano, segundo observa-se na imagem 12:

Figura 12- Memorando da SEPLAN solicitando retirada do comércio ilegal

Doris  
Cassio  
e prout  
complemento  
em 27/07/15

  
 ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
 SECRETARIA DE OBRAS

**MEMORANDO**

DATA	ORIGEM	DESTINO	Nº
24/07/15	SECRETARIA DE OBRAS	SESUMA	321


Sr. Secretário,

Solicitamos de Vossa Senhoria que através da fiscalização de Posturas seja **NOTIFICADO todo o pessoal que está ocupando área pública Municipal localizada no Condomínio Residencial Major Veneziano, com barracas de madeira cobertas com lona e plástico e contêiner, comercializado frutas, verduras, lanches, cabelereiro e congêneres, dando um prazo de 72h00min para que os mesmo desocupem a área.**

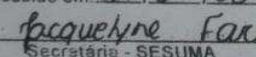
**OBS.: Informamos ainda que a retirada desse pessoal está agendada para o dia 04.08.15 às 07h30min, já encaminhado Memo Nº 270, datado de 09.07.15.**

Sem outro assunto para o momento, renovo a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**André Agra Gomes de Lira**  
 Secretário de Obras

Ilmo. Sr.  
**Dr. Geraldo Nobre Cavalcante**  
 Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente

Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente  
 Recabido em 27/07/15  
  
 Secretário - SESUMA

Fonte: acervo da autora

O memorando do Secretário de Obras, André Agra, solicita retirada do comércio na data de 04 de agosto de 2015, o que não aconteceu. Para Kelly, o maior descontentamento com a moradia é o fato de ser distante e não possuir os equipamentos urbanos necessários: “Não tem nada, nem posto de saúde, as escolas são distantes, comida só vende longe, se não fosse às barracas ai da frente íamos morrer era de fome também, isso é o que acho ruim nesse condomínio”. No que se refere às relações sociais estabelecidas com a vizinhança, à entrevistada narra que tem muitos amigos, que é bastante querida no condomínio, principalmente por ser porta voz dos moradores na luta

pelo mercado público. No entanto, em determinado momento da entrevista, esta relata certo descontentamento com alguns vizinhos:

Meu medo mesmo é meus meninos fazer amizade ruim por aqui, pra ser sincera. Tenho vontade de me mudar por isso. Aqui tem muito menino envolvido com coisa errada, com bandidagem e tenho filho adolescente, você sabe como é, né? E pra ser sincera meu menino mais velho é danado pra ficar conversando com esses meninos mais danados, eu já cansei de dar conselho, meu medo é ele aceitar alguma coisa errada, como droga, roubo. Eu moro aqui e até gosto, mas quando penso que sou sozinha, sem um pai pra orientar esses quatro, fico preocupada em pensar que eles podem se acompanhar de quem não presta, tenho também filha mulher e tenho medo dessas coisas de gravidez ainda menina, né? Fora essas coisas de estupro. Peço a Deus todo dia que livre eles do mau caminho. (Kelly Almeida, entrevista concedida em maio de 2016).

Kelly narra que sempre aconselha os filhos para que estudem, pois acredita que só a educação pode mudar a vida deles. Dois de seus filhos estudam na Escola Major Veneziano, que fica aproximadamente, meia hora do condomínio, e mais dois no Maria das Vitórias, que também fica distante aproximadamente meia hora também, (ambos no bairro da Catingueira) “É um sofrimento pra essas crianças, as duas escolas além de longe são superlotadas, porque já tinham os alunos da Catingueira, e agora juntou com os do Major e ficou lotado, tudo isso foi descaso da prefeitura que não cumpriu nada”.

Sobre o valor do financiamento, Kelly relata que paga R\$ 60,00 mensais, mais R\$ 50,00 do condomínio, e concorda com a maioria no que tange a inadimplência, alegando que acha um absurdo fazer de tudo para pagar suas contas em dia, enquanto a maioria não paga. Kelly relata, porém, que dependendo do mês atrasa a taxa do condomínio, pois como não tem “emprego fixo” tem dificuldade de cumprir mensalmente com todos os seus compromissos. Kelly acredita que a inadimplência da taxa prejudica a vida no condomínio, pois se torna impossível manter funcionários e realizar as manutenções necessárias, contribuindo para a depredação dos apartamentos. A entrevistada não acha caro os valores pagos pela moradia, pois alega que sempre viveu de aluguel, e ter seu próprio “cantinho” é uma benção.

### **3.3 O casal do MLB**

Moradores do Major II, Gerson Silva, ajudante de pedreiro, 34 anos, e sua esposa, Veridiana Silva, 30, faziam parte da “Ocupação Margarida Maria Alves”, organizada pelo MLB. No dia da entrevista, os dois estavam juntos na secretaria do condomínio.

Veridiana relatou que atualmente é secretária do condomínio, com carteira assinada e remuneração de um salário mínimo mensal.

Seu esposo, que estava ao seu lado, falou um pouco sobre suas vivências no período em que integraram o movimento e a ocupação, sempre orgulhosos ao relatarem que a moradia é fruto de lutas e que foram felizes no período em que moraram nos barracos do bairro Dinamérica. Sobre a realocação, relataram que no início sentiram a diferença de morar em apartamento, mas que aos poucos foram se acostumando e se adaptando às novas dinâmicas de morar em condomínio fechado.

O interessante dessa entrevista é que pela primeira vez não ouvi tantas críticas em relação à moradia ou em relação ao bairro, ambos se mostravam satisfeitos e felizes. Os dois possuem renda, ela no próprio condomínio e ele fora, como ajudante de pedreiro. O casal não tem filhos e eles relatam que antes de participarem da ocupação moravam de favor na casa da mãe de Gerson, e que ter a casa própria hoje é a realização de um grande sonho, e que para isso se concretizasse, lutaram muito. Gerson possui uma moto, o que facilita o casal se deslocar do condomínio para outros bairros da cidade. Perguntados sobre a vizinhança, ambos relataram que fizeram bastante amizade, que não têm nada contra ninguém, e que o Major II, diferente de outros “Majors”, era organizado.

Gerson e Veridiana foram às únicas pessoas que vieram da “Ocupação Margarida Maria Alves” que se prontificaram em localizar para mim as famílias que vieram da “Favela do Papelão”. Sobre o comércio da frente do condomínio, Veridiana relata que acha desorganizado, mas que não tem nada contra, pois é onde pode comprar alguma comida quando precisa e onde as famílias podem comercializar seus produtos. O casal está em dia com o pagamento do financiamento do imóvel e da taxa do condomínio. Veridiana relata que acha um verdadeiro absurdo à inadimplência, uma vez que precisam desse dinheiro para pagar os funcionários, inclusive seu salário, já que a mesma é secretária do residencial.

Sobre a segurança no prédio, o casal informa que faltam rondas policiais e que de vez em quando há assaltos e até assassinatos na proximidade do condomínio. Sobre transporte público, informaram que a linha 092 faz a rota da região e que não demora tanto para chegar, mas que na verdade utilizam pouco o coletivo pelo o fato de possuírem a motocicleta. Perguntados sobre o Trabalho Técnico Social da prefeitura, relataram que foi feito, que frequentemente assistentes sociais estavam no condomínio acompanhando as famílias, levando cursos, como oficinas de sabão e bonecas para a



população, mas que nem todo mundo participava, segundo os entrevistados, por falta de interesse.

Para estes, no início foi um pouco “complicado”, mas aos poucos foram se adaptando com a vida em condomínio fechado, e que o passado no MLB lhes possibilitou o aprendizado de cumprimento das regras impostas para que a vida em coletividade fosse possível. Os mesmos acreditam que problemas hoje vivenciados pelas famílias do Major Veneziano possam ser solucionados com o passar do tempo, mas que para isso seria de fundamental importância o engajamento coletivo.

### **3.4 A ameaçada**

Durante a entrevista com o casal, dentro da secretaria, a síndica do prédio se aproximou, eu me apresentei, mas ela não se mostrou tão aberta à entrevista, com palavras soltas e diretas. Quando terminei de entrevistar Veridiana e Gerson, a síndica do Major II, Bernadete Souto, 52 anos, se abriu um pouco e me relatou que é ameaçada constantemente, pelo fato de cobrar a taxa de condomínio aos inadimplentes, que se revoltam contra ela e a ameaçam com frequência. Mesmo não querendo tanta conversa, esse relato foi de suma importância para minha pesquisa.

Bernadete não quis entrar muito no assunto da inadimplência, mas relatou que em torno de 60 por cento dos moradores do Major II não pagam a taxa do condomínio, no valor de R\$ 50,00, sendo assim, o seu próprio salário estava atrasado e de vários outros funcionários. A mesma coloca que a troca de síndico nos quatro “Majors” é frequente.

### **3.5 Um morador assassinado**

Amanda Justino, 17 anos, solteira, negra, mãe de duas crianças, moradora do Major I, relata que veio do bairro da Ressurreição, onde morava de aluguel com sua mãe, três irmãos, seus dois filhos pequenos e mais dois sobrinhos. Essa entrevista foi a mais delicada de todas, pois, pela primeira vez eu entrevistava alguém que havia perdido um parente (que também era morador do espaço habitacional) de forma brutal na frente do Condomínio Major Veneziano. Amanda inicia seu relato dizendo que a vida no Major Veneziano foi, na verdade, um “atraso de vida”, pois poucos meses

depois que se mudaram para o apartamento, seu irmão se envolveu com “certas amizades” (nas palavras dela), tendo sido assassinado em 2016: “Aqui só trouxe atraso na vida da gente, lá na Ressurreição a gente conhecia todo mundo, toda quebrada, aqui olha logo o que aconteceu, enterramos nosso irmão”.

Amanda, que parou de estudar ainda no Ensino Fundamental, relata que seus dois filhos são de pais diferentes, tendo sido mãe pela primeira vez aos 14 anos e pela segunda vez aos 16. Segundo a mesma, nenhum dos pais dos seus filhos paga pensão. Como ela não trabalha, nem sua mãe e nem seus irmãos, atualmente, sobrevivem dos rendimentos do Programa Bolsa Família de seus filhos e de seus sobrinhos, segundo a entrevistada:

Aqui é ruim pra tudo, não tem emprego, não tem posto, escola longe, a gente queria mesmo era uma casa, vivemos muito apertados com tanta gente dentro do apartamento. A sorte é que temos esses batentes pra sentar e conversar, porque passamos o dia assim sem ter muito o que fazer. Lá, na Ressurreição, eu me criei, fiz amigos, tinha mercado em todo lugar, tinha médico perto. Aqui é ruim demais, nem falo pela vizinhança, eu até fiz umas amizades, mas o problema mesmo é a lonjura das coisas. A prefeitura jogou a gente aqui e não aparece pra nada, nunca foi na minha casa saber as coisas que passamos, e até o mercado público que prometeram aí na frente nunca fizeram. Aí pra acabar logo até irmão meu foi morto dentro dessas barracas aí na frente que só dá o que não presta, não tem mesmo como gostar disso aqui; bom mesmo era lá no meu bairro antigo, tudo bem que era de aluguel e era pequeno, mas é ruim demais morar assim longe do mundo e sem nada. (Amanda Justino, entrevista concedida em junho de 2017).

Perguntada sobre a taxa de condomínio, Amanda relata que acha um absurdo que o valor seja superior ao da concessão do apartamento, e que sua família nunca pagou uma parcela sequer, pois todos estão desempregados, vivendo apenas do Programa Bolsa Família. A entrevistada relata que até a parcela do imóvel encontra-se inadimplente há alguns meses, e que ela e sua família sentem medo de serem despejados pela Caixa Econômica Federal e perderem a moradia. Amanda relata que todas as reuniões do condomínio são para cobrar os valores das taxas de condomínio atrasadas, gerando grande desconforto e constrangimento entre aqueles que não possuem condições de pagar. No entanto, destaca o fato de não pagar aluguel, afirmando que essa foi à única mudança para melhor na sua vida e de sua família após a realocação.

### 3.6 Os forrozeiros

Em mais uma tarde de pesquisa no Major Veneziano III, percebi quatro pessoas sentadas no batente do bloco, consumindo bebida alcoólica e petiscos. Aproximei-me, expliquei sobre minha pesquisa e pedi autorização para entrevista-los e gravar áudios. Nesse momento, me sentei também no gramado e iniciamos a conversa. Inicialmente, debaixo de gargalhadas, um apontava para o outro, para que o colega começasse a ser entrevistado, enquanto o outro dizia: “vai tu primeiro”.

O som estava bastante alto e vinha do apartamento de Lidiane de Jesus, desempregada, 32 anos, que estava com um boné com a imagem do cantor de Forró “Wesley Safadão”, de quem a mesma se diz “fã número um”. Em uma pequena mesa de plástico, um prato com fatias de calabresa, tripas assadas e rodela de tomate e cebola. Ao lado, garrafas de cerveja e cachaça. Lidiane relata que vive com seu companheiro, que é deficiente físico que recebe uma aposentadoria por conta de sua condição, mas que ambos brigavam com frequência, antes mesmo de se mudarem para o condomínio. Esta narra que antes de vir para o apartamento morava nos fundos da casa da mãe no bairro do Pedregal, com seu filho de dez anos, e que seu atual companheiro morava no bairro do Verdejante, com a família dele.

Lidiane relata que não gostava de viver na casa da mãe, pois sempre sonhou com seu “cantinho”. Como seu apartamento é no térreo e a porta e a janela estavam abertas, e observei que o espaço da sala era bastante organizado, com uma pintura cor de rosa na parede, uma TV em cima de um rack de madeira, alguns porta-retratos com fotos de um menino, e um sofá de couro na cor preta.

Enquanto fumava e tomava sua cerveja, Lidiane contava um pouco sua trajetória de vida. Nesse momento, seu companheiro, que estava dentro do apartamento vizinho conversando com um amigo, veio até ela para acender o seu cigarro. Esta narra que já havia trabalhado de diarista e cabelereira. A entrevistada relata na entrevista que se arrepende muito de não ter estudado, pois, apesar de vir de família pobre - pai pedreiro e mãe dona de casa - nunca faltou nada em sua casa, inclusive incentivo para estudar, e que tenta passar isso para o seu filho, que não trouxe para morar com ela no apartamento pelo fato de não haver escolas por perto, além de o menino ser apegado aos avós.

Lidiane narra um pouco à expectativa de receber as moradias, afirmando que foi uma grande felicidade receber o apartamento, que é em seu nome. Como ela está desempregada, paga o financiamento no valor de R\$ 60,00 com a ajuda dos pais, e que

apesar de o companheiro ser aposentado, o fato de brigarem constantemente e ele voltar para a casa dos parentes com frequência, ela não pode contar com ele para muita coisa: “Ele faz uma feira ali, uma feira aqui, paga uma luz aqui, uma água ali, mas o apartamento é meu, ele já veio depois pra cá, mesmo assim a gente briga tanto que ele não passa um mês completo aqui desde que veio pra cá, eu gosto dele, mas é cada briga que só a senhora vendo”.

A entrevistada relata que não paga a taxa de condomínio há vários meses, motivo que a deixa envergonhada e chateada com o síndico e com outros moradores. A mesma afirma sofrer preconceito por não pagar a taxa, e diz que só não voltou pra casa da mãe ainda porque a mãe a aconselha a zelar pelo seu “cantinho”, pois nem todo mundo tem uma “benção” dessas. Sobre a vizinhança, ela aponta para os colegas ao lado dizendo que eles são seus únicos amigos no condomínio, principalmente nos momentos que param para ouvir um “forrozinho” e “tomar uma”, e que a grande maioria do Major Veneziano era um bando de chato e arrogante, que se sente melhor que os demais:

Isso é um povo velho mal amado. Ao invés de serem felizes, ficam se preocupando até com o barulho do gemido do sexo do vizinho, ou com o som alto, a senhora vai ver, daqui pra mais tarde o síndico aparece ou manda alguém vir reclamar do som e porque estamos bebendo no gramado. Eu não gosto nem de pronunciar o nome dele, chamo ele de “esse aí”; o bicho é o cão purinho, meu maior desgosto nesse lugar é por causa do abuso desse homem. Além de discriminar a gente por causa da taxa do condomínio, ainda quer mandar na forma como a gente vive, e pra lascar logo a gente é tão discriminado que o sentimento é de quem mora de favor, vendo a hora ser despejada. Ele vive dizendo que já levou meu caso de inadimplência para o Ministério Público e pra prefeitura, medo de perder a gente tem, mas fazer o que se não posso pagar? (Lidiane de Jesus, entrevista concedida em julho de 2016).

Para Lidiane, é um verdadeiro absurdo existir essa obrigatoriedade no pagamento da taxa do condomínio no valor de R\$ 50,00 reais, pois, boa parte dos moradores estão desempregados ou ganham muito pouco. A mesma afirma que não pagará de forma alguma, pois o dinheiro que recebe como ajuda dos pais é para pagar a parcela da Caixa Econômica Federal, enquanto o companheiro aposentado, por conta da deficiência física, quando sobra algum dinheiro dos remédios ajuda com feira, água e luz: “Eles podem se estrebuchar aí que eu não tenho mesmo pra pagar. No mês passado aquele lá me ameaçou, dizendo que ia me colocar na justiça, pois pode colocar, quero mesmo que a justiça veja minha situação”.

Em relação aos amigos que estavam com Lidiane no momento da entrevista, consegui identificar algumas impressões dos mesmos em relação às novas experiências

na vida no condomínio. Os entrevistados, Aline Matias, desempregada, 36 anos, Moises Moura, carroceiro, 24 anos e Milton Júnior Leite, servente de pedreiro, 25 anos, todos solteiros, ao mesmo tempo em que seguravam o copo de cachaça e um garfo com petisco, resumiam as moradias como “um canto bom pra viver”, “um lugar limpo e novinho”, apontando como aspectos negativos a taxa do condomínio; distância dos empreendimentos do centro da cidade e da ausência de equipamentos urbanos e, talvez principalmente, a dificuldade de convivência com o síndico e com a vizinhança, que segundo eles, se sentiam superiores, e os tratam - principalmente por não terem condições de pagar a taxa do condomínio - com indiferença, discriminação e preconceito.

### **3.7 “A terra do nunca”**

Esse momento da pesquisa foi bastante revelador. Pela primeira vez uma entrevistada chorou durante a entrevista, relatando todos os pontos negativos que a mudança para o residencial lhe proporcionou. Josefina Andrade, 49 anos, peixeira, divorciada, inicia seu relato descrevendo o Condomínio Major Veneziano como a “a terra do nunca”. Segundo a entrevistada: “isso aqui é bom pra quem trabalha o dia todo e vem só de noite pra dormir, mas pra gente que passa o dia aqui preso, longe do mundo, é a pior coisa do mundo, eu costumo chamar isso aqui de terra do nunca, aqui nunca existiu, aqui não existe, nem a gente existe”.

A entrevistada descreve seu passado com saudade, afirmando que era “feliz e não sabia”. Segundo a narrativa, Josefina veio do bairro da Ressurreição, próximo ao bairro Presidente Médice, rodeado de mercados, posto de saúde, farmácia, praças, igrejas, etc:

O dia a dia aqui é triste. Ter que viver sem renda nenhuma, sem emprego nenhum, aqui não tem posto de saúde, escola, não tem melhoria nenhuma aqui dentro, nenhum benefício, mulher, falando serio, aqui é péssimo. Sobre o condomínio não acho legal, o valor é caro e aqui não tem jeito, não tem organização mesmo que se pague condomínio, eu mesma não pago porque não tenho nem pra comer, quanto mais pra dar R\$ 50,00 assim de condomínio. O canto aqui é horrível, longe de tudo. Eu sou peixeira, vendia meus peixes de porta em porta, pela ressurreição, Presidente Médice e Cruzeiro, tinha dia de vender 80 quilos de peixe, Eu e meu filho levava as caixa de peixe pra frente da empresa A&C e lá vendia feito água, e o que tenho hoje? Angústia no coração e fome na barriga, aqui junta taxa de condomínio, do financiamento da casa, água, luz, gás, comida e ainda o cartão amarelo (Minha Casa Melhor), veja aí o tanto de dinheiro que

dá, eu mesmo o que pego de mixaria é pra comer. (Josefina Andrade, entrevista concedida em julho de 2017).

Após o relato acima, Josefina chora ao relembrar seu passado como vendedora de peixe. Aos prantos, a entrevistada relata que hoje em dia no Major Veneziano cata comida no lixo para poder sobreviver com os filhos, e que ela e seus filhos foram jogados na “terra do nunca”, onde não têm onde trabalhar, nem como se deslocar até o antigo bairro para vender peixe, pois, segundo ela, é extremamente distante do atual bairro do condomínio e não possui dinheiro para pagar passagem de ônibus.

A entrevistada relata que nada melhorou na vida dela e dos filhos, pois mesmo que hoje não pague aluguel como antes, o fato de não ter comida e passar necessidade supera qualquer alegria de ter a casa própria.

Minha água é um mês cortada e um mês ligada. Todos os três filhos estão parados também. A caçula tem 16 anos, aqui não tem nada, nada, nada, nada, a escola é no fim do mundo, até quando morei na “Invasão do Saara”, de aluguel, eu fui mais feliz. Aqui é o primeiro lugar que não pago aluguel, mas também é o primeiro que passei fome e senti desgosto na vida. A relação com o síndico é terrível, o síndico não quer saber de nada do que a gente passa, só faz cobrar condomínio e humilhar a gente. A gente sofre preconceito demais aqui, eles apontam dedo dizendo que como eu não pago condomínio não tenho direito a nada aqui, é uma coisa terrível, já fui barrada na reunião do condomínio aqui várias vezes, pois o síndico disse pra todo mundo ouvir, que quem estava em dia com a taxa do condomínio podia participar da eleição para novo síndico, e participar das escolhas e decisões do condomínio, já quem não pagava não tinha razão nenhuma pra tá se metendo aqui dentro. Lá na Ressurreição a gente tinha mais de um salário mínimo, além dos peixes eu também abatia frango, vendia salgado, fazia tudo pra viver, tinha meu dinheirinho do aluguel, da feira, da água, da luz, do gás, tinha dinheiro pra gastar, aqui é assim, o dia todinho sentada na grama vendo a vida passar, sem nada em casa. (Josefina Andrade, entrevista concedida em julho de 2017).

Para Lúcio Kowaric:

Trata-se de um conjunto de situações que pode ser denominada de espoliação urbana, ou seja, uma somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso a terra e a moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho, ou, o que é pior, da falta desta. (KOWARICK, 2000, p.22).

Para nortear esse estudo, utilizamos a noção de segregação sócio espacial de Flávio Villaça (2003). Para o autor, a segregação é, portanto, aquela forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial. Para o teórico, quando no passado, nos Estados Unidos ou na África do Sul, os negros eram obrigados a ocupar somente os últimos

lugares nos bondes ou ônibus, ou em outro caso, quando havia banheiros separados para brancos e negros, ou ainda quando havia bairros ou escolas separadas para negros e brancos, esses locais, eram as dimensões espaciais da segregação. Nesse contexto, evidencia-se que no Brasil, a segregação socioespacial é uma realidade.

Essa segregação é observada na medida em que a má distribuição habitacional, em conjunto com outros quesitos representados no espaço, separa a população, a partir das diferenças no que tange aspectos financeiros. Segundo Villaça (2003), a segregação age como uma ferramenta de dominação e exclusão, impossibilitando ou dificultando que os menos favorecidos acessem serviços, direitos, e benefícios de ordem pública ou privada, podendo ser um transporte público, lojas, praças, shoppings entre outros.

De acordo com Pequeno e Rosa (2015), desde o seu lançamento, o PMCMV, corria riscos de realizar segregações socioespaciais, principalmente devido aos problemas associados à localização dos empreendimentos, que na maioria dos casos encontra-se em localizações distantes. “Alguns pesquisadores já mencionavam o risco de implantação de conjuntos em periferias distantes, onde o acesso aos bens de consumo coletivo fosse dificultado” (ROLNIK, et al., 2012).

Em relação à vizinhança, no geral, Josefina afirma que não tem problema com ninguém, e que fez amizade com o pessoal de seu bloco, mas que o problema maior é com o síndico e com algumas pessoas que pagam a taxa de condomínio e se acham no direito de discriminar quem não tem condições de pagar. Segundo a entrevistada, a prefeitura mal pisou lá após as realocações das famílias, que nunca procurou saber como as pessoas estavam vivendo e as dificuldades que enfrentavam: “eu vim pra cá enganada, eu nem sabia que era nesse fim de mundo, assinei tudo sem saber, sou analfabeta e assinei sem saber o que estava assinando, sabia que era uma casa, nunca que era apartamento, se soubesse que poderia vender ou trocar por uma casa perto das coisas, eu digo a você, eu seria a primeira a fazer isso.

Josefina narra que o fato de viver ociosa dentro do condomínio faz com que gere um desconforto e estresse diário, pois, segundo a mesma, era acostumada com a dinâmica do comércio, de trabalhar no dia a dia, e de ter sua renda através de seu suor, mas que agora, pelo o fato do condomínio se localizar em uma região distante dos principais pontos da cidade, não tem como se deslocar para comercializar seus produtos, nem tem condições de pagar passagem de ônibus:

Pra você ver, quando a gente morava na Ressurreição, o agente de saúde ia até nossa casa. Aqui, quando um resolve aparecer, é lá no

salão de festa e às vezes a gente nem sabe. Então quem tá lá é atendido e quem não viu não é atendido, fica por isso mesmo. Isso é um atraso de vida danado, a gente é esquecido, minha revolta é muito grande, se eu tivesse um canto abandonaria e ia embora. Eu nunca passei o que passei, e eu vou te dizer uma coisa, se fosse pra trocar de presidente eu até queria se fosse Lula ou Dilma, eles tem seus erros, mas só eles olham por a gente e podia socorrer a gente nesse momento. Esse outro aí e esse prefeito daqui só servem aos ricos, no tempo de Lula com 150,00 eu fazia uma feirona, hoje é duas sacolinha, e lhe digo mais, ta tudo só piorando com esses safados aí comandando tudo. Esse presidente aí só quer saber é dos ricos, e esse prefeito de Campina é da laia dele. (Josefina Andrade, entrevista concedida em julho de 2017).

### **3.8 Uma mãe de família**

Elaine Mendes, casada, 30 anos, branca, encontra-se atualmente desempregada, vivendo apenas da renda do esposo que trabalha como auxiliar de produção em uma empresa da cidade. A mesma relata que possui o Ensino Médio completo, tendo trabalhado em mais de sete empresas na cidade, ao longo de sua vida, principalmente nas funções de auxiliar de produção e serviços gerais. Durante a entrevista, Jaqueline amamentava seu filho recém-nascido, enquanto a mais velha de cinco anos brincava no gramado do bloco.

A entrevistada relata que antes de se mudar para o Major Veneziano morava no bairro do Cruzeiro, vizinho à principal igreja católica do bairro, onde pagava o equivalente a R\$ 350,00 de aluguel, e que ao saber da concessão da moradia ficou extremamente feliz com a possibilidade de possuir a casa própria. No entanto, já no início da entrevista, Elaine descreve com desgosto o cotidiano na nova moradia, afirmando que atualmente convive no mesmo condomínio com criminosos:

Porque assim, eu fui vendo as coisas e não achei bacana. Isso aqui eles não souberam escolher as pessoas, botaram gente que trabalha o dia todo, com gente que veio de favela, gente do Pedregal, aí o Major ficou troncho. Pra você ver, já teve assalto dentro do Major, já acharam dois estupradores aqui dentro, droga nem se fala, bem em baixo da minha janela mesmo tem gente usando drogas direto. Outro dia uma mãe foi trabalhar e o padrasto tentou estuprar a enteada de dez anos que tomava banho. Foi a maior confusão aqui; quiseram linchar ele, teve até polícia e jornal. (Elaine Mendes, entrevista concedida em agosto de 2016).



Para Elaine, a vida no antigo bairro em que morava era feliz: “eu era feliz demais, lá eu tinha tudo perto, aqui além de ser tudo longe, ainda tem que conviver com criminoso, com favelado, com gente usando droga na porta da minha casa”. Segundo ela:

Se meu bebe tiver doente preciso ir pra o posto da Catingueira porque aqui não tem posto. Essa minha menina mais velha estuda no Catolé, meu marido sai logo cedo pra deixar ela na escola pra poder trabalhar. Em relação à prefeitura, prometeram um mercado aí na frente, mas até hoje foi só conversa. Aí acontece do povo fazer esse comércio horrroso que parece mais uma favelinha; até de motel eles fazem desses barracos da frente. (Elaine Mendes, entrevista concedida em agosto de 2016).

Em relação à taxa do condomínio, Elaine afirma que não paga e nem vai pagar, não pelo o fato de não ter condições financeiras, mas por acreditar que mesmo pagando não haverá melhoria, e que só serve para encher o bolso do síndico e dos seus:

No começo até paguei, achava que seria algum benefício pra aqui pra dentro, mas depois fui vendo as coisas. Esse novo síndico a gente sabe que é pessoa errada. Ele achou pouco e botou os outros funcionários tudinho da categoria dele. São todos errados, tudo uma quadrilha, eles mesmos facilitam as coisas erradas aqui dentro. O que a Caixa deveria permitir? Deveria deixar quem quisesse alugar aqui a outra pessoa, o importante, acredito eu, é pagar a taxa do financiamento do imóvel em dia, então eles deveriam permitir ao menos a gente alugar isso aqui, porque tá difícil conviver com isso do jeito que está, eles obrigam gente nada a ver a conviver junto nesse lugar. Se ao menos fosse uma casa, eu fazia um muro e o que acontecesse ali ou aqui morria. Mas apartamento é pra lascar, passo o tempo todo trancada com esse bebê e essa menina. O único lazer da gente é ficar aqui no gramado no finalzinho da tarde. Aqui é gente saindo e vindo morar direto, o povo aluga, vende por mixaria, abandona, vai gente, vem gente, no meu bloco mesmo uma família invadiu um que tava fechado, meu medo de sair é só esse, eu sei que é errado porque os governantes fizeram pra gente morar, né, mas nesses dias quem vai trancar tudo e ir embora sou eu. (Elaine Mendes, entrevista concedida em agosto de 2016).

A entrevistada narra que a atual moradia não é o lugar mais adequado para criar filhos, e que seu sonho atual é poder um dia sair do Major Veneziano, por medo de seus filhos crescerem ao lado da criminalidade e da desordem:

Oxe, tu não viu essas casinhas do gás, que ficam na frente dos blocos? Ali eles fazem de motel, adolescente entra ali pra transar em pleno dia. Eu digo a meu esposo todo dia, se eu tivesse trabalhando pra ajuda-lo, eu trancava de cadeado e a gente saia, porque aí ficava melhor pra gente alugar um canto, mas só com a renda dele temos que aguentar aqui mais um tempo, pois uma mãe de família criar um filho aqui, não

tem condições, virou bagunça mesmo. Minha vizinhança no bairro do Cruzeiro era boa demais, gente decente, ônibus direto na porta, minha mãe morava ao lado, escola da menina, mercado, posto de saúde, aqui eu não tenho coragem de soltar essa menina nesse parque não. Outro dia se juntou cinco pra bater em outra criança, aí se a gente achar ruim, a gente que apanha da mãe e do pai do outro, pois é tudo favelado. (Elaine Mendes entrevista concedida em agosto de 2016).

Segundo Elaine, aqueles que por algum motivo não pagam a taxa do condomínio, constantemente são alvos de estigmas e discriminação por parte do síndico e de outros moradores:

Se acontecer alguma coisa no meu apartamento, como por exemplo, se o vizinho tiver fazendo zoadas, e eu for reclamar, ele olha na tabela se a taxa está em dia, se não tiver, ele diz que a gente se vire, pois não pagamos condomínio e ele não pode fazer nada, isso pra mim é uma humilhação e um preconceito contra a gente. (Elaine Mendes, entrevista concedida em agosto de 2016).

No que tange a estrutura dos apartamentos, descreve:

A gente tem problema sim com os apartamentos, a estrutura é fraca e não vou mentir pra dar uma de bonita, essa semana tive problema com uma antena, as tomadas dos apartamentos são tudo doida, aí eu tive que chamar meu pai pra olhar porque o síndico disse que eu não pagava condomínio e não podia me ajudar. Eu só queria que ele olhasse porque ele tem mais acesso a prefeitura e poderia levar nossos problemas, né, mas aí ele fez isso e eu tomei abuso. Eu até poderia pagar a taxa do condomínio, mas pela condição que o Major é hoje, com esse povo que tá tomando conta da portaria, com esse síndico, não adianta pagar não. (Elaine Mendes, entrevista concedida em agosto de 2016).

A entrevistada finaliza sua fala afirmando que só tem um ponto positivo atualmente que é pagar por aquilo que será seu no futuro, entretanto, mesmo que esse tenha sido seu maior sonho de vida, as frustrações e decepções no cotidiano atual da nova moradia são maiores do que a satisfação da realização do sonho de ter a casa própria.

### **3.9 “Foi Deus quem me deu”**

Laudiceia Nogueira, empregada doméstica, 57 anos, relata que antes de residir no Major Veneziano I, morava de aluguel no bairro da Liberdade com seu esposo, um aposentado de 70 anos. Ela tem um filho, formado em administração e casado com uma professora. No dia da entrevista, Laudiceia se preparava para o trabalho, enquanto me

contava um pouco sua trajetória. A entrevistada disse que sempre trabalhou como doméstica e que há 20 anos exerce essa função na casa de um casal de advogados de Campina Grande, sendo que além da obrigação com a casa desta família, ainda precisa realizar faxinas, também no escritório de advocacia desse casal. Laudiceia narra com orgulho que mesmo sem ela ou o marido terem tido oportunidade de estudar, conseguiram realizar o sonho do filho fazer uma faculdade.

A entrevistada afirma que sempre sonhou com a casa própria, mas que nunca conseguiu juntar dinheiro para comprar uma e viram no Programa Minha Casa Minha Vida a possibilidade de realizar esse sonho. A entrevistada se mostrava muito feliz com a moradia, afirmando que para quem morava de aluguel aquilo ali era uma benção, como ela mesma narra: “isso aqui foi Deus que me deu”.

A entrevistada coloca que no início estranhou o novo bairro, principalmente por conta da distância para o seu trabalho, mas que aos poucos foi se acostumando, inclusive os ônibus que circulam na região foram aumentando a frota, facilitando sua vida. Sobre a vizinhança, Laudiceia informa que não conhece muito o pessoal do condomínio, pelo o que escuta, sabe que tem um pessoal “errado” por lá, mas acredita que gente errada tem em todo lugar, e como nem ela nem o esposo ficam muito tempo fora do seu apartamento, não sabe muita coisa sobre o condomínio.

Em relação à taxa de condomínio, a entrevistada narra que acha o valor irrisório para quem pagava aluguel, e que hoje, no total, somando a concessão e condomínio paga em torno de 110,00 reais, que para ela é muito inferior perto do valor que pagava com aluguel. Entretanto, esta narra que acha errado as outras pessoas não pagarem o condomínio, pois o residencial precisa constantemente de manutenção e pagar seus funcionários.

### **3.10 O primo do político**

Ao observar um homem e duas mulheres sentados no batente do bloco 10 do Major III, me aproximei, pedi licença e falei um pouco sobre a minha pesquisa. Solícitos, concordaram com a entrevista e com a gravação de áudio. O primeiro a falar foi Janailton Bezerra, 36 anos, branco, solteiro, autônomo, que inicia a fala dizendo que é primo de primeiro grau de um deputado conhecido na Paraíba, mas que por ser pobre e ter vivido a maior parte da vida no bairro do José Pinheiro, o primo político nunca lhe

deu muita atenção. O entrevistado relata que só estudou até o primeiro ano do Ensino Médio, mas que desde a adolescência trabalha como comerciante. Durante nossa conversa, o mesmo pediu para que seu enteado, que brincava ao lado, fosse até seu apartamento pegar um mini rádio para me mostrar, afirmando que se “vira” de todo jeito para trazer o pão de cada dia para casa, como por exemplo, vendendo esses rádios portáteis pelo valor de R\$ 25,00, além de vender colares, brincos, pulseiras e roupas masculinas.

Durante toda a entrevista Janailton me pedia para anotar tudo e apresentar à universidade toda a problemática enfrentada pelas famílias do Major Veneziano. O entrevistado descreveu com carinho a vida no bairro do José Pinheiro, afirmando que lá fez as melhores amizades e que perduram até hoje, e que seus pais moram lá há mais de 50 anos, além de destacar várias vezes todos os serviços públicos e privados deste bairro. Apesar do pouco estudo e do linguajar simples, entre um gole de cerveja e uma tragada de cigarro, Janailton, com muita convicção, repetia tudo o que faltava e lhe incomodava no Condomínio Major Veneziano:

Mesmo sem UNIMED, tá ligada, você podia chegar no posto, no dentista, que lá era atendido rápido, escola é o que mais tem no Zepa, igreja, praça, supermercado, açougue, campo pra os guri jogar bola e gastar as energias, igreja pras velhas irem rezar ou orar, aqui fica todo mundo com a energia guardada pra dentro, não tem onde despejar a energia, tá, ligada? Aí gera confusão, gera conflito. Tem que ser feito uma lanchonete, anote aí, um mercado, escola, praça, aquelas academia pública, posto de saúde, essas coisas que a pessoa precisa, e também pra passar o dia mais ocupado. Você veja minha situação, gosto de ouvir meu sonzinho, aí um vizinho fica com raiva e pega e liga direto pra polícia, nem pede pra gente baixar, vai logo chamando os homem, aqui ninguém se entende não. Sem falar nesse comércio aí da frente que é uma bagunça danada, eu não vou mentir não, eu compro sim as coisas lá quando preciso, tá ligada, mas eu também não tiro a culpa da SEPLAN que prometeu o mercado e até hoje não fez foi nada, eu sei que os comerciantes precisam viver e as barracas ajudam nesse sentido, mas que isso aí é horrível é. (Janailton Bezerra, entrevista concedida em abril de 2017).

A cada gíria falada e a cada lata de cerveja jogada na grama, o entrevistado descrevia a vida cotidiana no condomínio:

Outra coisa que posso lhe dizer é sobre a polícia. Ela não vem muito aqui não, mas quando chega aqui ela sai revistando geral, tá ligada, pode ser qualquer um, até idoso, chega na ignorância e vai logo mandando ir pra parede com a mão pra cima. Eu fico puto com isso. Pra falar a verdade você foi à única que chegou aqui na humildade e que sentou na grama e olhou no olho da gente, falou de igual pra igual, querendo saber do nosso dia a dia, da nossa vida passada, ta

ligada? Aqui somos todos esquecidos, pelos governantes principalmente. Aqui não se tem o que fazer, só tem o batente da grama pra sentar e bater um lero. Os vizinhos no geral não se dão bem, cada um com sua diferença, pra falar a verdade à única coisa que une todo mundo aqui é a fofoca. (Janailton Bezerra, entrevista concedida em abril de 2017).

No que tange a taxa de condomínio, Janailton relata que acha justo pagar se for para a melhoria do condomínio, mas que no geral não vê tanto benefício. O mesmo afirma que paga geralmente com atraso, principalmente por ser vendedor autônomo. No mês que as vendas são menores, não paga a taxa, e que é constantemente cobrado quando atrasa ou deixa de pagar. No entanto, ele afirma que com a chegada do novo síndico as coisas melhoraram, pois o síndico atual é mais do “povo”, diferente do antigo que discriminava os moradores e que se sentia “melhor” que os demais, segundo o entrevistado.

Para o entrevistado, o bairro atual, além de toda a precariedade de serviços públicos e privados, é extremamente afastado, dificultando o acesso de serviços, como por exemplo do SAMU: “ Xexeu mesmo quando levou as facadas às três e dez da manhã, a SAMU veio chegar às seis e vinte, quando chegou estava morto fazia tempo”. No final de sua fala, a namorada do entrevistado, Preta Lopes, 39 anos, desempregada, que também morava no bairro do José Pinheiro, inicia sua fala:

Minha amiga, leve mesmo tudo que Janailton falou e mostre lá na universidade. Eu sei que lá tem professor que estuda mesmo os direitos dos pobres e pode ser que nos ajude, eu tenho pouco estudo mas eu entendo das coisas, to ligada que você vai fazer sua crítica em cima da crítica da gente. Tem quatro anos que estamos aqui e a SEPLAN nunca quis ouvir nossas dificuldades. Gostei demais de você aqui sentada com a gente trocando umas ideias bacana sem preconceito, mesmo vendo a gente tomando uma e fumando cigarro que você deve saber o que é (risos). A maioria aqui se sente superior, mesmo sendo tudo pobre, e a prefeitura nem se fala, nem pisa aqui. Espero que isso aqui tome jeito um dia, pois eu gosto de ter meu apartamento, eu vivia de aluguel e isso aqui é como um sonho, só que tá difícil demais sem emprego e sem escola perto. Esse meu menino aqui tem sopro no coração, é maior complicação arrastar essa criança a pé todo dia pra Escola Maria das Vitórias, é meia hora pra ir e meia pra vir, se adoecer tem que ir pro posto de saúde da Catingueira, aí vem esse povo cobrando condomínio direto sem melhorar as coisas pra gente, só dá desgosto, assim fica difícil, mas eu não vou mentir não, eu gosto de ter minha casa, mas tirando isso de bom o resto tá foda. (Preta Lopes, entrevista concedida em abril de 2017).

O casal afirma que fez amizades dentro do condomínio, mas que sua rede de sociabilidade está associada ao bairro do José Pinheiro. Janailton possui uma moto, o

que facilita o deslocamento do condomínio, no entanto, no final da entrevista, Preta coloca que os dois possuem só um “chamego” e que Janailton não dorme sempre com ela no apartamento, pois passa maior parte do tempo na casa da mãe no José Pinheiro, enquanto ela, diarista desempregada, passa maior parte do tempo dentro do apartamento com seus três filhos, um de 09 anos, outro de 13 e uma de 18, sobrevivendo dos rendimentos do Bolsa Família e de alguma ajuda financeira do namorado. Além disso, Preta trabalha como manicure no condomínio.

### **3.11 Uma mulher de lutas**

Rosilda Gouveia, 40 anos, casada, negra, desempregada, foi integrante do MLB e da “Ocupação Margarida Maria Alves”. Antes de morar na ocupação, Rosilda relata que morou no bairro do Cinza, de aluguel, com seu esposo e suas duas filhas, que hoje são casadas. A entrevistada resgata sua trajetória de vida com bastante emoção, chorando algumas vezes, mas diferente da outra entrevistada que chorou de tristeza, Rosilda chorava de felicidade ao narrar sua origem e seu cotidiano atual, destacando todas as suas conquistas e de sua família, principalmente pelo o fato de ter sofrido dois AVCs no decorrer de sua vida.

Oriunda de família pobre, a maioria com baixa escolaridade, Rosilda revela que no período que morou no bairro do Cinza, aos 18 anos, engravidou pela primeira vez de sua filha mais velha. O namorado da época fez de tudo para que ela abortasse a criança, afirmando que não assumiria o filho, causando grande dor e desgosto. Após contar para os pais da gravidez, Rosilda narra que teve apoio da família e de um amigo da escola, com quem contou por toda a gestação.

Ainda grávida Rosilda conta que cedeu às investidas do seu amigo - que já demonstrava interesse há um tempo - e começaram a namorar. Quando a primeira filha nasceu, o atual namorado a assumiu, registrando a criança e ajudando na criação, mesmo morando em casas separadas. Quando a primeira filha estava com três meses Rosilda engravidou pela segunda vez desse amigo que se tornou também namorado:

O mundo desabou na minha cabeça, com um bebê em casa de três meses e outra no bucho, meu pai quase me mata, mas esse meu namorado foi homem de novo e assumiu também a segunda filha. Nunca moramos juntos, nunca casamos, acho que nunca passamos de grandes amigos, uma amizade colorida, mas acima de tudo com respeito. Até hoje ele é pai das duas meninas, mesmo que só a caçula

seja do sangue dele, mas tudo que dá a uma dá a outra, e elas são doidas por ele. (ROSILDA GOUVEIA, entrevista concedida em maio de 2016).

Segundo a entrevistada, quando suas filhas estavam com oito e dez anos conheceu seu atual esposo, que segundo ela, foi amor à primeira vista. Com ele se casou no civil e foi morar de aluguel perto da casa de seus pais, também no bairro do Cinza. Já com as filhas adolescentes, Rosilda voltou a estudar, com o sonho de um dia fazer uma faculdade, já que havia interrompido os estudos por conta das duas gravidezes na juventude. Enquanto seu marido trabalhava com manutenção de computadores, Rosilda trabalhava como auxiliar de produção nas principais indústrias da cidade. Através de sua irmã foi informada sobre o MLB e sobre a ideia de ocupar o terreno do bairro do Dinamérica. Rosilda narra que sempre foi uma mulher de lutas, uma sonhadora, e que não pensou duas vezes, se prontificando rapidamente em fazer parte do movimento de luta por moradia na cidade:

Não foi difícil convencer meu marido, na verdade a gente é muito parecido e ele também é um homem de lutas, somos muito parceiros, conversamos bastante e decidimos fazer parte do movimento, nós sonhávamos em ter nossa casa própria e não estava conseguindo juntar dinheiro, quando disseram na primeira reunião que eu fui que o objetivo do MLB era chamar a atenção do poder público da cidade para a questão da moradia e que lutaríamos para conseguir alguma pra gente, não tivemos dúvidas, aceitamos na hora. (Rosilda Gouveia, entrevista concedida em maio de 2016).

A entrevistada coloca que além dela, o pai e mais três irmãos também fizeram parte do MLB e da ocupação, e todos foram realocados para o Condomínio Major Veneziano. Rosilda descreve com saudade o período da ocupação, afirmando que foi feliz e que tem consciência que tudo que conquistou foi fruto de lutas. Para a mesma, tudo o que aprendeu na ocupação marcou para sempre a sua vida:

A gente estudava lá, tínhamos regras, tudo era pensado na coletividade, a gente discutia o capitalismo, a reforma urbana e agrária, o direito à moradia. Eu tenho plena consciência de que aprendi lá coisa que nunca imaginava que fosse aprender. Eu consegui isso aqui através de nossas lutas. Teve um congresso em Joao pessoa que nós que abrimos, quem diria que eu, que sai do nada, ia abrir um evento sobre mobilidade urbana e moradia na capital? As pessoas acham que por ser morador de ocupação a pessoa não é pessoa de bem, diz que é favelado, que só tem bandido, mas eu sou a prova viva de que aonde menos se espera a gente encontra gente de bem, gente que sonha estudar, trabalhar, dar um futuro honesto aos filhos. (Rosilda Gouveia, entrevista concedida em maio de 2016).

O relato da entrevistada foi bem revelador, pois apontava para a importância da militância e das lutas coletivas para a conscientização da população. Nesse momento, as lágrimas de Rosilda começam a rolar: “Eu tenho tanto orgulho, Valéria, de dizer que sou negra, pobre, nordestina, e que consegui minha casa própria através de lutas, e que através de tudo que aprendi no movimento eu fui capaz de passar no vestibular da UEPB”. Com a ajuda das cotas, Rosilda passou para o curso de Administração de empresas da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através do ENEM 2017, mas relata que apesar de se orgulhar bastante, seu sonho mesmo é fazer Direito, e que esse será seu próximo objetivo de vida.

Sobre a aprovação das concessões dos apartamentos, a entrevistada descreve o dia que recebeu a notícia como o dia mais feliz de sua vida. Ao chegar ao Condomínio Major Veneziano em dezembro de 2013, Rosilda afirma que chegou com muita alegria, mas que aos poucos foi observando as dificuldades de morar em um residencial fechado com famílias com trajetórias diversas:

A gente aprendeu com a militância a respeitar a coletividade, a respeitar regras e pessoas. Aqui ninguém quer respeitar ninguém, aqui se rouba até bocal de luz. Som alto é só o que tem, parede melada, traficante, lá na ocupação a gente tinha dificuldade com o povo da “Favela do Papelão” mas hoje eu digo com toda certeza, mil vezes morar com eles do lado do que aqui com esse pessoal, a começar pelo síndico que é todo errado, vive com cara errado, eu passo o dia aqui trancada e lhe digo com toda sinceridade, tenho medo de sair de casa porque aqui é comum isso de tentar arrombar os apartamentos, meu marido é mais tranquilo e diz que eu exagero, mas é porque ele trabalha o dia todo, a gente que vive aqui vendo as desordem no dia a dia é bem mais complicado. Eu me sinto triste por dizer que tenho orgulho de ter morado na ocupação, ter morado de aluguel do Cinza, me orgulho de ter lutado pra ta aqui, mas não me orgulho da moradia atual, não estou satisfeita aqui e não escondo, mas ao mesmo tempo eu tento ver isso aqui é fruto de minha luta, aí fico orgulhosa e assim vou vivendo, e eu sei que pode melhorar com o tempo, mas fica complicado uma pessoa sozinha atrás das coisas, se todo mundo se unisse podia ser que a prefeitura olhasse por nós como um dia olhou pra ocupação e pra “Favela do Papelão”. (Rosilda Gouveia, entrevista concedida em maio de 2016).

Sobre a SEPLAN, a mesma se mostra insatisfeita, afirmando que além da negação da ZEIS, que foi solicitada pelos moradores da “Ocupação Margarida Maria Alves”, o poder público havia “jogado” todo mundo no condomínio sem nenhuma infraestrutura urbana na região:



É muito complicado até pra falar porque vai parecer que somos ingratos, era meu sonho ter a casa própria, lutei por isso, mas não era assim que sonhava, aqui tudo é longe, não tem nada, não tem um mercado, não tem uma praça, é complicado demais, fica parecendo que somos exigentes e ingratos, mas não é isso, a gente estudou na ocupação e sabe um pouco dos nossos direitos, você me entende? Lá na ocupação era perto de tudo, minhas moças que ainda eram solteiras na época da ocupação estudavam no IFPB, bem do lado da ocupação. Quando viemos pra cá as pobres tinham que ir a noite pra escola Major Veneziano lá no bairro da Catingueira, e eu sem trabalhar não podia dar o dinheiro pra elas irem de ônibus, graças a Deus que todas duas casaram e hoje estão bem, uma no bairro da Liberdade e a outra em Bodocongó, aqui não tava bom pra elas não. (Rosilda Gouveia, entrevista concedida em maio de 2016).

Sobre o fim do MLB, Rosilda relata que aos poucos o movimento foi perdendo a força quando as famílias foram transferidas para o Major Veneziano. Ela narra que o movimento ainda resistiu por aproximadamente três meses, mas por divergências de opiniões e também pelo o fato de as famílias terem se distribuído entre os Majores I, II, III e IV, o movimento de luta por moradia foi perdendo a força. Rosilda reconhece que o desfecho do MLB foi uma grande perda, pois tudo o que conquistou em termos de aprendizado, além da concessão da moradia, foi graças às discussões e a escola construída pelo movimento dentro da ocupação.

Sobre a taxa de condomínio, Rosilda revela que às vezes paga, outras vezes não, mas que no geral não vê melhorias no condomínio. Ela acredita que há desvio de verba por parte da gestão condominial. A entrevistada relata que a discriminação contra aqueles que atrasam ou não pagam o condomínio é realidade na vida cotidiana das famílias do condomínio. Para a mesma, o poder público municipal negligencia as famílias do Major Veneziano, e a ausência de fiscalização, de acompanhamento, e do cumprimento daquilo que foi prometido às famílias, é fator principal para desgosto, insatisfação e abandono das moradias.

### **3.12 Uma catadora de materiais recicláveis**

Localizar esta moradora foi uma das maiores dificuldades de minha pesquisa de campo. As pessoas não queriam dar notícias sobre quem veio da “Favela do Papelão” e a grande parte não sabia quem eram essas pessoas, enquanto outra afirmava que essas famílias já haviam vendido, trocado ou abandonado às moradias.

A próxima entrevistada é Maria do Desterro da Silva, 49 anos, analfabeta, negra, viúva, catadora de materiais recicláveis. Ela é oriunda da “Favela do Papelão”, onde morou por aproximadamente sete anos. Antes de morar na favela, Maria do Desterro relata que veio do bairro do Glória, conhecido como antigo Morro do Urubu, onde morava com o marido e cinco filhos em uma pequena casa, nos fundos da casa da sogra. A entrevistada relata que o marido era alcoólatra e faleceu de cirrose, ainda quando moravam no bairro do Glória. Por conflitos com a sogra e cunhados, Maria do Desterro relata que, por orientação de uma “conhecida”, decidiu levantar um barraco no bairro do Dinamérica, na conhecida “Favela do Papelão”. Lá, trabalhava como doméstica nas casas de famílias da região, além de catar materiais recicláveis com seus filhos.

Maria do Desterro rememora seu passado na favela com saudade, afirmando que gostava do bairro por ser “perto de tudo”, e que o problema maior era com a ausência de infraestrutura, pois nos barracos não havia água encanada, energia elétrica, nem banheiro. Desterro relata que foi comunicada sobre a provável realocação para o apartamento através dos integrantes do MLB e moradores da ocupação, seus antigos vizinhos, e que prontamente demonstrou interesse:

Fiquei contente demais de imaginar ir pra uma casinha nova com banheiro, água, luz, dei meus documentos e fui sorteada, aí vim pra cá e senti a diferença nos primeiros dias, era bom ter uma casa assim com azulejo, com cozinha, com laje, mas também achei ruim a lonjura das coisas. Aqui tá difícil pra coletar meus produtos, tenho que andar muito pra fazer isso, enquanto isso vamos vivendo do Bolsa Família dos meus netos, fácil num tá não, se eu disser a senhora que tem dia que a gente não tem o que comer a senhora acredita? Eu acho muito ruim por isso, lá na favela se tinha fome pedia nas portas, aqui nem isso tem. (Maria do Desterro, entrevista concedida em maio de 2016).

A entrevistada relata que nunca pagou a taxa do condomínio, e constantemente é cobrada pelo síndico nas reuniões. A mesma encontra-se, também, inadimplente em relação ao valor mensal do imóvel, que custa R\$ 25,00. Maria do Desterro alega que na “Favela do Papelão” não pagava aluguel, condomínio, nem água, nem luz, e com a realocação vieram novas responsabilidades que nunca possuiu, além disso, solicitou o cartão Minha Casa Melhor, adquirindo o saldo total do cartão – cinco mil reais - em móveis e eletrodomésticos, mas que nunca teve condições de pagar, sequer, uma parcela, encontrando-se, atualmente, extremamente endividada.

Perguntada sobre os outros moradores que vieram da “Favela do Papelão”, a entrevistada narra que a maioria foi embora por não ter se adaptado à vida em condomínio, principalmente em relação a taxa de condomínio, a taxa da CEF, água e

luz, pois antes não tinham essas responsabilidades surgidas na nova moradia. Em outros casos, segundo a entrevistada, os antigos vizinhos não se adaptaram ao novo bairro do condomínio, por ser distante. Em outros casos, a entrevistada admite que estes sujeitos, por serem usuários de drogas, acabaram trocando ou vendido às moradias para comprar droga. Para Desterro, a nova vizinhança é “tranquila” e o único problema mesmo é com o síndico e com alguns moradores que se sentem, em suas palavras, “as pregas”. Sobre o uso do espaço, a mesma afirma que seus dois netos frequentam o parquinho, e que seus filhos jogam bola no campo de futebol frequentemente, além da mesma frequentar o culto realizado no salão de festas do condomínio:

Eu não tenho o que falar disso não, é bom, meus netos passam o tempo todo no parque e no campo, meus meninos também, já com os vizinhos eu gosto de algumas, dou bom dia, boa tarde, de vez em quando vou pra um culto que fazem lá no salão de festa, acho bom porque saio de casa, às vezes fazem um sopão lá, é bacana, já com o prédio eu acho ruim não ter onde estender roupa, sabe, porque se boto na janela o povo acha ruim e reclama, mas tirando isso, as contas pra pagar e a gente sem dinheiro, e a distancia dos canto, é uma maravilha ter sua casa e dou graças a Deus. Não vou dizer que queria morar de novo em barraco de papelão, mas que queria morar no outro bairro eu queria, era perto de tudo, se aqui fosse uma casa no lugar de apartamento eu também não ia achar ruim não, mas já foi um favor que fizeram, né, temos que agradecer... (Maria do Desterro, entrevista concedida em maio de 2016).

A narrativa acima aponta para a extrema vulnerabilidade das famílias oriundas da “Favela do Papelão”, em que boa parte abandonou as moradias, e as que ficaram, sobrevivem, geralmente, dos rendimentos do Bolsa Família e da reciclagem, passando por inúmeras dificuldades. Na fala acima, algo me chamou a atenção, o fato de Maria do Desterro acreditar que o poder público fez um “favor” “doando” a nova moradia, e por este motivo teria que agradecer a Deus, aceitar e aprender a viver com todas as dificuldades da vida cotidiana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revelou os bastidores da política habitacional do Programa Minha Casa, Minha vida, através das narrativas dos próprios sujeitos beneficiados pelo programa. Utilizando a sociologia da vida cotidiana, este trabalho resgata as trajetórias, memórias e origens das famílias realocadas para um empreendimento vertical denominado por Condomínio Habitacional Major Veneziano, trazendo como pano de fundo a “Ocupação Margarida Maria Alves” e a “Favela do Papelão”, mas sem deixar de lado outras famílias oriundas de outros bairros da cidade, possibilitando a compreensão das relações sociais cotidianas, das vivências, das experiências e das sociabilidades que emergem no residencial, em que foi possível identificar novas formas de desigualdades e vulnerabilidades.

A narrativa de uma moradora entrevistada, que se refere ao Condomínio Major Veneziano como “a terra do nunca” como forma de expressar seu sentimento de invisibilidade frente à nova moradia, já apresenta a frustração de uma parcela de moradores realocados que não se sentem reconhecidos em sua existência, como se não fizessem parte da sociedade da qual estão inseridos.

A realocação da “favela” e da “ocupação” para o condomínio já revela o primeiro impacto: a distribuição dos sujeitos entre os Majores I, II, III e IV, que fez com que antigos vizinhos se separassem, inclusive, contribuindo para a desmobilização do

movimento social de luta por moradia – MLB. Em seguida, o impacto em relação ao novo bairro, ao novo espaço residencial e ao entorno deste, e, por conseguinte, o estranhamento em relação aos vizinhos desconhecidos.

Este trabalho revela que a heterogeneidade de origens, trajetórias, experiências e dinâmicas com o espaço urbano - principalmente marcadas por precariedades habitacionais - faz com que todas essas famílias construam formas de adaptação, estratégias de convivência em coletividade, sociabilidade, e ajustamento à nova vida cotidiana de forma diferenciada. Mas, apesar das diversas trajetórias que os diferenciam em certa medida, observa-se que os sujeitos realocados apresentam certa homogeneidade de características, uma vez que a maioria possui baixa escolaridade, grande parte não possui emprego fixo, e sobrevivem, principalmente, dos recursos oriundos do Programa Bolsa Família, ou em outros casos através de “bicos” e, talvez principalmente, a moradia do Condomínio Major Veneziano, construída pelo PMCMV, se constitui como a primeira “casa própria” de todas as famílias.

Constatou-se, que a política de moradia através dos condomínios verticais resolve, apenas, parte da demanda por moradia para as famílias carentes, mas, principalmente, “ter a casa própria” que era o sonho destas famílias, não os isenta das condições de precariedades, e novas formas de segregação, vulnerabilidades e desigualdades. No que corresponde à estrutura das unidades, no geral, as famílias pontuam como “boa”, apontando como aspecto negativo, geralmente, o tamanho dos apartamentos nos casos daquelas famílias maiores, que causa desconforto, impactando na qualidade de vida destes, além da falta de manutenção que leva a deterioração das unidades.

Este estudo revela que o fato de ser condomínio vertical dificulta a produção de meios e estratégias de adaptação e vivência, uma vez que o condomínio limita a possibilidade de reparos e modificações na estrutura da obra, além de ser um dilema diante da falta de privacidade, como pontua Laura Fontes, 24 anos, empregada doméstica: “Se fosse uma casa eu estava no céu, lá eu fazia um muro, cercava, tinha onde estender os panos, onde fazer um churrasco, tinha privacidade que aqui não se tem”.

Esta pesquisa trouxe a percepção de que as famílias que vieram da ocupação organizada pelo MLB, apesar da insatisfação e frustração, encontram-se todas no espaço residencial, diferente das famílias da “Favela do Papelão” que em sua grande maioria não se encontra mais nas moradias. Os moradores que integraram o MLB no passado construíram representações simbólicas como estratégia de adaptação no condomínio, e

essas representações são fruto, justamente, do passado destas famílias em um movimento de luta por moradia, possibilitando que os mesmos, por terem conseguido as concessões das moradias através da militância do MLB, sintam-se orgulhos por estarem morando naquilo que tanto lutaram para conquistar.

Todas as narrativas destes que vieram da ocupação, apesar de destacarem todos os problemas enfrentados hoje no condomínio e no bairro, apontam para a enorme satisfação e felicidade por terem moradias que são resultado de suas lutas. Outro dado importante é o fato de que essas famílias, por possuírem certo senso crítico, adquirido no período que integraram o movimento social, acreditam que os problemas hoje enfrentados no cotidiano, podem ser melhorados com o tempo, principalmente se houverem lutas coletivas que chamem a atenção do poder público municipal para as problemáticas.

No entanto, através das próprias narrativas destes sujeitos, compreende-se que a desmobilização do MLB e o afastamento das famílias do movimento foi um aspecto extremamente negativo que a realocação proporcionou, pois, se estes acreditam que as demandas e os direitos dos moradores do condomínio podem ser garantidos através do engajamento e das lutas coletivas dos moradores, acredito que, mais do que nunca, seria de fundamental importância às ações e mobilizações do MLB dentro do Major Veneziano.

Cabe destacar que a experiência no MLB faz com que essas famílias tenham se adaptado melhor com a vida coletiva no Major Veneziano, facilitando o convívio e o cumprimento de determinadas regras impostas no novo espaço habitacional, já que os mesmos cumpriam regras de convivência no período em que integraram a “Ocupação Margarida Maria Alves”. Entretanto, no que corresponde a taxa de condomínio, uma parte - principalmente aqueles que hoje exercem funções remuneradas nas unidades - acredita ser de fundamental importância para a manutenção e organização do condomínio, enquanto outra parcela que veio também veio da ocupação, e que não trabalha no espaço residencial, fazem severas críticas à gestão, principalmente aos síndicos, destacando a corrupção e desvio da verba destinada às melhorias do condomínio, pagas pelos moradores.

Em relação aos sujeitos realocados que vieram da “Favela do Papelão”, percebe-se que são os mais vulneráveis. Aqueles que, sofreram preconceitos, estigmas e segregação no período em que moraram nos barracos do bairro do Dinamérica, e que a realocação para o condomínio, acabou aprofundando e gerando novas formas de desigualdades,

inclusive novas formas de irregularidades com a comercialização ilegal dos apartamentos, como a venda e troca das unidades. Conforme Santos (2017) pontua: “Uma vez identificados, aqueles que vendem ou alugam seus imóveis no período do financiamento são excluídos da política habitacional de interesse social”, isto significa que estes sujeitos são os mais vulneráveis, pois além de perderem estas moradias ficarão impedidos de acessar o programa novamente.

Alguns destes sujeitos oriundos da “Favela do Papelão” são caracterizados pelos moradores do Major Veneziano como usuários ou traficantes de drogas, reforçando os estigmas do período em que estes habitavam nos barracos do bairro do Dinamérica. Outra parcela de moradores do Major relatou que os vizinhos foram embora pelo fato de não terem se adaptado as regras impostas na nova forma de residir – inclusive estes, segundo narrativas, são catadores de materiais recicláveis, e foram impedidos de levarem carroças e materiais para o condomínio - e por conta da distância do empreendimento dos principais pontos da cidade. Parte dos que vivem nos apartamentos, que vieram da “Favela do Papelão”, sobrevive apenas dos recursos do Programa Bolsa Família, e não conseguem pagar as taxas de condomínio, a taxa da concessão, água e luz.

As duas únicas famílias oriundas da “Favela do Papelão”, encontradas e entrevistadas, diante da pouca escolaridade, vulnerabilidade social e precariedade de diversas ordens que se encontram, desconhecem seus direitos enquanto cidadãos, nesse contexto, apesar de todas as angústias e sofrimento surgidos no novo espaço social, acreditam que a política habitacional através do Programa Minha Casa, Minha Vida, os fizeram “um favor” por “doarem” os apartamentos, e por esse motivo teriam que agradecer e conviver com todos os novos desafios e dificuldades enfrentados cotidianamente.

Em relação às famílias que vieram dos outros bairros, aqueles que chamo de terceiro grupo, grande maioria foi impactada pela obrigatoriedade de pagamento da taxa condominial - que é maior do que o valor da concessão da moradia - principalmente os que vieram de invasões, favelas ou casa de familiares. Muitos destes, nunca pagaram, sequer, uma parcela. Nesse contexto, novas formas de estigmas e discriminações emergem no espaço habitacional, gerando frustração, desgosto e medo de perder a moradia.

A outra parcela desse terceiro grupo que paga a taxa do condomínio em dia e estigmatiza os vizinhos inadimplentes - em sua maioria, pessoas que possuem emprego

fixo, e maior escolaridade - resumem os vizinhos inadimplentes como “favelados” (mesmo aqueles que não são oriundos de favelas) “vagabundos” e “velhacos” e, segundo as falas, “merecem” ser expulsos das moradias, esses adjetivos são compartilhados em todo o Major Veneziano, gerando medo e frustração nas famílias inadimplentes.

Este estudo identificou que mesmo aqueles que estão em dia com a taxa do condomínio, por motivo de desemprego, e em outros casos, por motivos pessoais, já atrasaram em algum momento a taxa de condomínio, ou seja, a inadimplência ultrapassa as questões de origem das famílias, e até aqueles que estigmatizam os vizinhos, em algum momento já deixaram de pagar. Compreende-se que as ações do Estado no momento de escolha/seleção dos sujeitos, não dialogam com as famílias, expressando mais o aspecto de lógica empresarial do que o próprio bem estar e qualidade de vida dos moradores.

No que corresponde às famílias que vieram do aluguel, possuem renda fixa, e maior nível de escolaridade, as narrativas apontam para uma melhora significativa com a redução de despesas associadas ao aluguel, em que grande maioria apresenta aumento do poder de consumo. Identifiquei que a maioria entrevistada desse grupo, após a realocação comprou algum meio de transporte. Entretanto, percebe-se que por ter aumentado o poder de consumo, alguns se encontram endividados, e com custos semelhantes aos das antigas moradias de aluguel, como narra Lindalva Pereira, recepcionista, 30 anos:

Eu coloquei essa minha menina pra estudar numa escolinha particular, porque aqui as escolas além de longe são superlotadas e cheia de menino danado, a escola dela é em outro bairro, mas aí meu marido comprou uma moto, antes e ir pro trabalho passa lá e deixa ela, aí na hora do almoço dele ele pega ela de volta, pra falar a verdade a você, acho que hoje gastamos mais do que quando morávamos no Cruzeiro de aluguel. (Lindalva Pereira, entrevista concedida em julho de 2017).

Diante da narrativa, compreende-se que aqueles que vieram do aluguel tiveram uma melhora significativa devido à redução das despesas, no entanto, estes ascenderam ao mundo do consumo, passando a ter novas despesas, associadas, geralmente, a compra de meios de transportes, escolas particulares para os filhos, lazer, etc. Estes, afirmam que a vida melhorou no aspecto “casa própria”, mas que em decorrência de outras questões, como falta de infraestrutura no bairro, aumento das despesas e relação conflituosa entre vizinhança, os fazem criar estratégias de adaptação, que em muitos



casos é a auto reclusão, ou a internalização da ideia de que estão ali apenas de passagem, e que futuramente, quando “as coisas melhorarem” voltará para antigos ou para novos bairros da cidade.

Em contrapartida, tem aqueles que enxergam o Major Veneziano como a realização de um sonho e um lugar de permanência, procurando buscar meios de adaptação que tornem a vida cotidiana possível. O interessante é que a maioria destes que avaliam o espaço como um lugar bom e de permanência, são, em sua maioria, idosos aposentados ou pessoas com idade superior a cinquenta anos, que exerce alguma função remunerada, e em outros casos, moradores oriundos da “Ocupação Margarida Maria Alves” que são contratados pelo próprio condomínio.

Esta pesquisa revela a insatisfação dos moradores – oriundos da ocupação, favela e de demais bairros - em relação à distância do condomínio até os principais pontos da cidade, e da ausência de equipamentos urbanos no setor, como destaque a narrativa de uma moradora entrevistada, que descreve o condomínio como “lugar longe do mundo”. O sentimento desta é que o Major Veneziano e seus moradores não existem socialmente e não fazem parte da cidade de Campina Grande.

No projeto do conjunto habitacional havia outro projeto integrado para a construção de equipamentos urbanos em frente aos apartamentos, no entanto, o poder público municipal, após a transferência das famílias não tocou mais no assunto. As duas escolas públicas, Maria das Vitórias e Major Veneziano, encontram-se no bairro da Catingueira, ha aproximadamente meia hora do condomínio. O posto de saúde é localizado, também, no bairro da Catingueira e, segundo narrativas, não dá conta de todas as famílias do residencial. A ausência de rondas policiais também é um ponto que as famílias entrevistadas destacam, principalmente por conta do aumento da violência na região. Também foi relatado que taxistas, entregadores de gás de cozinha, água mineral e remédios, se recusam a deixarem esses produtos nos apartamentos quando a noite vai chegando.

Compreende-se que no processo de implementação das unidades habitacionais do Major Veneziano, era dever do estado e município a identificação da demanda local por moradias, através das companhias de habitação de popular, com base no Cadastro Único, e parceria com a Caixa Econômica Federal que analisa os dados financeiros das famílias, mas que na prática, o Estado da Paraíba pouco fez nesse sentido, ficando a cargo da prefeitura junto a SEPLAN todo o trabalho de seleção, implementação, realocação e pós-realocação. Nesse sentido, faz-se necessário cobrar, identificar e

acompanhar as ações e articulações dos Estados juntamente aos municípios no que diz respeito à implementação do programa nas cidades.

Apesar de esta pesquisa considerar, no geral, positivamente o PMCMV, que de fato realizou verdadeira revolução, tornando-se o maior programa habitacional do país, refletir sobre a política era um dos propósitos deste estudo. Sendo assim, as principais críticas que esta pesquisa faz em relação ao programa, é em relação à escolha/seleção das famílias - que poderia ter levado em conta as trajetórias e experiências dos mesmos - a negligência em relação à construção dos equipamentos urbanos que fazem parte do projeto, mas que não foi concretizado, a escolha do bairro, e em relação ao Trabalho Técnico Social - que as famílias relatam que a SEPLAN pouco fez pelos moradores no período de pós-realocação, principalmente, deixando a desejar nos quesitos acompanhamento e fiscalização das unidades - a inexistência de articulações entre o Estado da Paraíba e o município de Campina Grande, e a falta de articulação e integração entre políticas sociais. Compreende-se que o estado aprofunda as desigualdades e vulnerabilidades sociais ao negligenciar os aspectos descritos acima.

A partir do próprio cotidiano e das falas dos entrevistados, compreendi que o poder público poderia ter realizado um trabalho mais efetivo e contínuo dentro do condomínio. Far-se-ia necessário uma pesquisa sobre a estrutura urbana da região, sobre o bairro das Três Irmãs, além do diálogo com as próprias famílias durante as seleções, assim: “A falta de um acompanhamento efetivo do poder público e da integração das políticas sociais resulta no desconhecimento da população sobre os mecanismos institucionais e organizativos da esfera estatal” (SANTOS 2017, p. 160).

Este estudo revela que as diferentes trajetórias e a heterogeneidade dos moradores do condomínio, contribuem para a geração de tensões e conflitos no espaço social. A maioria das famílias nunca havia residido em apartamentos, e por desconhecer as dinâmicas dessa nova forma de residir, a adaptação à nova moradia torna-se um desafio diário, principalmente pelo fato da nova residência estar dentro de um condomínio fechado onde a convivência tornar-se mais próxima, mostrando como a vida em coletividade é um dilema vivenciado pelas famílias.

Nesse contexto, os moradores precisam lidar com a adaptação pessoal e espacial, além da adaptação em relação aos vizinhos. Em determinadas falas pude compreender melhor tal problemática, uma vez que alguns moradores acreditam que os vizinhos desconhecem as práticas da vida em condomínio, como narra o entrevistado Luís Araújo, 32 anos, mecânico:

Eu acho que tem gente que não nasceu pra morar em condomínio, porque aqui você tem que respeitar as horas, você tá aqui e já já começa o funk na maior altura, e isso é de dia e de noite, é um povo sem consciência, sem educação, parece que trouxeram a favela junto deles, na reunião é falado que não pode estender pano na janela, mas se você olhar pra cima é um mundaréu de roupa, eles sabem que não pode jogar lixo no gramado, mas é cheio de lata de cerveja, de papel, de tudo que não presta. (Luís Araújo, entrevista concedida em abril de 2017).

A fala acima reforça a perspectiva de que as famílias do Major Veneziano trouxeram práticas sociais que dificulta a compreensão sobre o privado e o coletivo, ultrapassando os limites da boa convivência, gerando conflitos dentro do empreendimento, como por exemplo, o som alto que é um dos maiores motivos de tensões dentro do espaço residencial.

A dificuldade nas relações e interações entre vizinhança é consequência do processo de estranhamento e desconfianças, em um quadro marcado por medo da violência e da perda de status social. Segundo narrativas, alguns moradores usam e comercializam drogas dentro dos apartamentos e nas áreas verdes do espaço, o que gera medo, insegurança, além de desconforto por conta da fumaça. Outra questão identificada é o fato de que a maioria das mães entrevistadas teme que seus filhos criem laços de amizade com outros jovens envolvidos com criminalidade, como elas colocam: “amizades ruins”.

Quando meninos, o medo dessas mães é do envolvimento com drogas ou com pessoas que praticam roubos e furtos na região; quando meninas, o receio das mães é em primeiro lugar com a violência sexual, - que segundo relatos já aconteceu no condomínio contra algumas crianças e mulheres - e gravidez na adolescência. As famílias entrevistadas, em destaque as mães, acreditam que a proximidade da vizinhança, pelo fato de ser condomínio vertical, e o fato de não ter muitas atividades de lazer para os jovens, os usuários ou traficantes podem “fazer a cabeça” de seus filhos e estes vierem a se “perder”. Nesse contexto a vigilância destas famílias em relação aos filhos e filhas, e o desejo de poder sair do Major em um futuro próximo, é a principal estratégia de adaptação e vivência no espaço social.

Entrevistados relataram que é frequente o arrombamento dos apartamentos, roubo de lâmpadas nos corredores e até dos tapetes que ficam nas portas dos apartamentos. Outra questão levantada é a da limpeza e da conservação do espaço, em que entrevistados

apontam para uma grande parcela que não mantém os corredores e os gramados limpos, além do parquinho que a cada dia encontra-se mais deteriorado.

No que tange os Majores I, II, III e IV, percebe-se uma grande diferença entre os quatro, principalmente em relação à organização, manutenção, relação entre vizinhança e síndico, conflitos, trajetórias das famílias, etc., onde identifiquei que o Major I possui maior organização referente à estrutura do espaço residencial e a própria vida coletiva, sendo o menos deteriorado e conflituoso dos quatro.

É importante destacar que a manutenção dos condomínios só é possível através do pagamento da taxa do condomínio, que em sua maioria encontra-se em inadimplência, em que as falas representam certa dualidade: uma parte não paga por não ter condições e outra parte por não ver melhorias e benefícios realizados no condomínio, denunciando corrupção por parte da gestão condominial. Nesse contexto inserem-se os que pagam a taxa e estigmatizam os outros, fazendo leituras daqueles que não pagam como os “vagabundos” “favelados” “velhacos”, apresentando-se como “pessoas de bem” “trabalhadoras” “corretas”.

Sobre os espaços comuns dos Majores, identifiquei que os parquinhos encontram-se, em sua maioria, deteriorados. Os moradores que se julgam “diferenciados” da grande maioria pobre, proíbem seus filhos de brincarem nos parquinhos para não se “misturarem” com os demais. Os campos de futebol dos quatro Majores são bastante utilizados por crianças e homens, principalmente nos finais de semana. Os salões de festas não são tão utilizados por conta da falta de privacidade relatada pelas famílias, já que estes são abertos.

Em minha pesquisa de campo identifiquei que o espaço de maior sociabilidade das famílias dos quatro condomínios que formam o “Major Veneziano”, são os batentes e as áreas verdes dos blocos, onde grande parte dos sujeitos, inclusive de outros blocos, se encontra diariamente para socializar.

Imagem 13-Blocos dos apartamentos que demonstram os batentes e áreas verdes



Fonte: acervo da autora

Na imagem acima, observa-se os batentes e áreas verdes do Major Veneziano, principal local onde ocorrem as interações sociais. Nesse estudo, observa-se, também, que a vida ociosa, consequência do desemprego, da inexistência de igrejas, praças, academias públicas, escolas nas proximidades, etc., faz com que os moradores passem boa parte do dia, ora reclusos em seus apartamentos, ora sentados nos gramados e nos batentes dos blocos.

Compreende-se que as famílias da “ocupação”, da “favela” e “dos outros bairros”, trouxeram consigo diferentes origens, experiências urbanas, trajetórias de vida, práticas, valores, e que essas diferenças, convivendo porta com porta no mesmo espaço habitacional contribuiu para o surgimento de conflitos e tensões. O barulho provocado por algumas famílias, principalmente pelo som alto, drogas, roubos e inadimplência da taxa de condomínio são os maiores problemas de estranhamento e brigas dentro do Major Veneziano, tornando-se, por diversas vezes, caso de polícia.

Este trabalho revela que aquilo que diz respeito à adaptação pessoal de cada família à vida cotidiana no Major Veneziano é suportável, mas aquilo que diz respeito aos comportamentos e as ações dos vizinhos é quase impossível de chegar a um consenso, por estar longe do alcance individual e por, segundo as narrativas, não existir possibilidade de diálogo, respeito e educação entre os vizinhos no condomínio, como coloca Marilda Linhares, 48 anos, costureira:

Meu apartamento é pequeno pra cinco pessoas, mas aí eu comprei beliches, dei uns móveis, deixo tudo bem pouquinho pra ficar mais confortável e menos apertado, isso aí a gente controla, o difícil mesmo é controlar a desorganização do vizinho, som alto, catinga, bebedeira

de madrugada, isso aí é impossível se resolver, aqui não tem dialogo, e ninguém é doido de arrumar confusão com certos tipos de gente não. (Marilda Linhares, entrevista concedida em abril de 2017).

A fala acima confirma o que foi abordado anteriormente: os desafios e dificuldades postas na vida cotidiana, no tocante à vida privada é até suportável e aceitável, já aquilo que diz respeito à vida coletiva, isto é, como os outros se apresentam no espaço residencial, torna a vida no condomínio insustentável e insuportável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORE Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **MINHA CASA... E A CIDADE? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428 p.: Il; 23 cm.

ARANTES, Otilia B. Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil**. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, P. 121-192.

BODART, Cristiano das Neves. **O que são as normas sociais**. Disponível em: <<http://cafecomsociologia.com/2015/04/o-que-sao-normas-sociais.html>>. Acesso em: 10 fev. 2017..

BONDUKI, N. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida**. In: Revista Teoria e Debate. Ed.82, 209 Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/do-projeto-moradiaao-programa-minha-casa-minha-vida&page=0,2>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

BUENO, Karoline; VERONEZZI, Fernando; BASTOS, Tatiane Leal; SILLVA, Felipe Alexandre Da. **Cidade e habitação: segregação espacial urbana – considerações sobre o contexto urbano de Guarapuava/PR.** Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO – 2 de jul. de 2010 – Porto Alegre – RS.

CASTELLS, M. A Estrutura Urbana. In: **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.145-294

CERTEAU, Michel de, 1925 – 1986: **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar.** Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução de Ephraim F Alves e Lúcia Endlich Orth – Petrópolis, RJ Vozes, 1996. Título original: L' invention du quotidien.

DE PAULA, Fernanda C. **Reassentamento: reestruturação da vida, espaço e experiência.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 8, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: ANPEGE, 2009. 10p.

DUMONT, Thiago Vieira Rodrigues. **Segregação sócio espacial e a recente política urbana e habitacional nas cidades brasileiras.** Ano 2014 – Edição 13 – Maio/2014 ISSN 1983-2192. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/viewFile/3756/2830>>. Acessado em: 29 abr. 2016.

file:///C:/Users/armpb/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O-ANA-KELI-DE-QUEIROZ%20(1). pdf, Acesso em 20 de jun.

GEERTZ, Clifford. **La interpretación de las culturas.** México: Gedisa, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

HARVEY, David. **A crise mundial é uma crise da urbanização.** Disponível em: <[http://www.forumreformaurbana.org.br/\\_reforma.>](http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma.>). Acesso em: 29 abr. 2016.

HOLZ, Sheila. **Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil.** Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – São Miguel do Oeste/Brasil - sheilaholz@uol.com.br, Tatiana Villela de Andrade Monteiro-

Universidade Estadual Paulista -tativmonteiro@hotmail.com, disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>

[http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf), acesso em 23 de jul. de 2017.

<http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/producao-docente/doralice-satyro-maia/30429-124705-1-pb.pdf>, Doralice satyro maia, UFPB. Acesso em 12 de jul. de 2017.

[http://www.mlbbrazil.org/our\\_team](http://www.mlbbrazil.org/our_team), acessado em 11 de set. de 2016.

<http://www.senado.gov.br/senado/Programas/EstatutodaCidade/perguntas.htm>, senado federal, acessado em 12 de set. de 2016.

<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550>, acesso em 13 de jun. de 2017.

IBGE, Agência Brasil. **IBGE aponta 178 favelas na Paraíba; na Capital, 91 mil moram nesses aglomerados em CG, 41 mil.** Disponível em: <http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/cidades/gente/2013/11/06/NWS,231427,4,86,NOTICIAS,2190-CENSO-IBGE-MOSTRA-178-FAVELAS-CONCENTRAM-MAIORES-NUMEROS.aspx>. Acessado em: 27 out. 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra; PRIEGO, Jaqueline. **Sociedades subterrâneas, identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro.** Hernandez, - Brasília: UNESCO, 2013. 252. p, il.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro: (Paz e terra, 1979, coleção Estudos Brasileiros, v 44) I. São Paulo (Cidade) - condições sociais, 2 – sociologia urbana I. Título II, série.

\_\_\_\_\_. **Escritos Urbanos.** São Paulo: editora 34, 2000.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradias nas grandes cidades.** In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). **A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1996.



ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HOLSON, James. **Cidadania Insurgente:** disjunções de democracias e da modernidade no Brasil / James Holston ; tradução Cláudio Carina; revisão técnica Luísa Valentini. – 1ª edição. – São Paulo; Companhia das Letras, 2013.

LIMA, Yure Silva. **A política habitacional em Campina Grande.** - João Pessoa: 2010. Orientadora: Doralice Sátyro Maia. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.uern.br/encope/resumos/arquivos/2013.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível.** In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93.

\_\_\_\_\_. **Problemas e Mitos na luta pela moradia,** in: Travessia. Revista do Migrante. Cidade e o Embate pela vida. Campinas: UNICAMP, 1988.

MELO, Luis Gonzaga. *Habitação popular em Campina Grande.* Dissertação (Mestrado em Sociologia), Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: Políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade.** Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf). Acesso em 24 de jul. de 2017.

NASCIMENTO, BRANT. Encontros e despedidas. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47425/>. Acesso em 15 de ago. de 2017.

OLIVEIRA, A. M. Urbanização brasileira e marginalidade: os olhares socioeconômico e sociocultural em contraponto. **Revista FAAC**, Bauru. v. 2, nº 1, p.55-68, 2012.

Disponível em:

<<http://www2.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/75>>

PAIS, J. M. **Vida Cotidiana**. Enigmas e revelações. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PAIS, José Machado. **Fontes documentais em sociologia da vida cotidiana**. In: *Análise Social*, vol xx, 83, 1984, pp. 507-519.

Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Plano Diretor do Município de Campina Grande**. Campina Grande: PMCG, 2006.

QUEIROZ, Ana Keli de. **Produção e apropriação espacial em Campina Grande: o empreendimento imobiliário residencial Major Veneziano (2010 – 2015)**. Campina Grande, 2016.

RIZEK, C. S., AMORE, C. S., CAMARGO, C. M., CASTRO, A. Q., PEREIRA, R. B. RODRIGUES, D. P., PEREIRA, M. B. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções Urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas. In: **Minha casa...e a cidade?** Org. AMORE, C. S., RUFINO, M. B. C., SHIMBO, L.Z. Letra Capital: Rio de Janeiro, Ed.1, 2016.

RUFINO, M. B., Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos etnográficos. . In: **Minha casa...e a cidade?** Org. AMORE, C. S., RUFINO, M. B. C., SHIMBO, L.Z. Letra Capital: Rio de Janeiro, Ed.1, 2016.

SÁTYRO MAIA, Doralice. **A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (80). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

SIMMEL, G. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). *Mana* (online), v.1 - (2005).

SOUZA, José de. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala** Martins, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

TORRES S, M da G. **Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* . Vol. 19, n 54. São Paulo, fevereiro de 2004.

VASCONCELOS, Sonale de Souza. **Problemática habitacional: Uma análise do processo de periferização da Cidade de Campina Grande** – Universidade Federal da Paraíba/UFCG. Ano 2010.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana: Um estudo de Antropologia Social**. 6. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

VILLAÇA, Flávio. **A Segregação Socioespacial**, texto publicado na *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 1, no 4 de julho/ setembro 2003, pgs 341/346. Urbanista, professor titular de planejamento urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgUo4AE/segregacao-urbana-flavio-villaca>.

Acesso em: 30 abr. 2016. VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Estúdio Nobel: FAPESP, 1998.

SANTOS, Viviane Vidal Pereira. **VIVER EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” NA PERIFERIA DE CURITIBA-PR: PÓS-OCUPAÇÃO, TRAJETÓRIAS E SOCIABILIDADE** - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ– DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA A UFPR EM 2017.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Disponível em: <<https://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>>. Acesso em: 23 de jul. 2017.